



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania**

**IRACI SANTOS**

**DIREITO A TER DIREITOS: ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO  
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR**

**SALVADOR**  
**2014**

**IRACI SANTOS**

**DIREITO A TER DIREITOS: ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO  
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inaiá Maria  
Moreira de Carvalho

**SALVADOR  
2014**

UCSal. Sistema de Bibliotecas

S237 Santos, Iraci.

Direito a ter direitos: assistência social à população adulta em situação de rua em Salvador / Iraci dos Santos. – Salvador, 2014. 167 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho.

1. População adulta – Situação de rua - Salvador – Bahia 2. Política de Assistência Social 3. Movimento social 4. Direitos I. Título.

CDU364.252 (813.8)

**TERMO DE APROVAÇÃO**

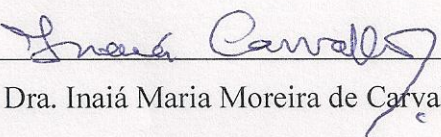
**IRACI SANTOS**

**“DIREITO A TER DIREITOS: ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO  
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR”.**

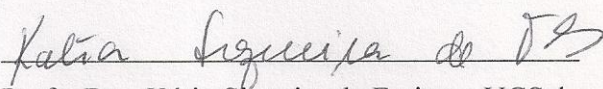
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 18 de julho de 2014.

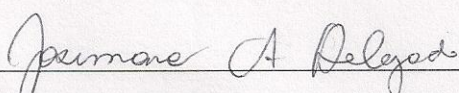
Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho – Orientadora – UFBA/UCSal

  
\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Kátia Siqueira de Freitas - UCSal

  
\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Josimara Aparecida Delgado – UFBA/UCSal

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer com carinho a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, professora Inaiá Carvalho, manifesto meu respeito e admiração pela atenciosa, importante e competente orientação.

Agradeço às professoras Ângela Borges, Ana Pitta, Mari Bortoli, Mary Castro e professor Michel Perreault pelo compartilhar de conhecimento.

Não posso deixar de agradecer à professora Solange Cristo, que participou da minha banca de qualificação pelas sugestões feitas ao texto e palavras de incentivo. Elas foram de grande relevância e contribuíram para o amadurecimento das minhas reflexões.

Às professoras Josimara Delgado e Kátia Freitas que gentilmente aceitaram compor a comissão examinadora desta dissertação, pelas críticas e sugestões. Elas foram de grande importância e colaboraram muito para o aprimoramento do meu texto, meus agradecimentos. Não posso deixar de expressar carinhosamente minha gratidão à professora Josimara que participou dessa trajetória desde a seleção do projeto de pesquisa. A forma atenciosa e amiga com que sempre me tratou, jamais esquecerei.

Agradeço aos funcionários da Universidade Católica do Salvador e, particularmente, aos servidores da Pós-Graduação, todos sempre muito prestativos e competentes no desempenho das suas atribuições. Preciso ainda agradecer, principalmente a funcionária Luciana, pelas inúmeras solicitações, sempre atendidas com tanta presteza e zelo.

Aos gestores da rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua, dos governos municipal e estadual, que prontamente autorizaram a pesquisa nas instituições de acolhimento.

Não posso deixar de mencionar os trabalhadores da rede assistencial, em particular as colegas assistentes sociais, que foram de grande importância e contribuíram significativamente para a efetivação desse projeto.

Minha gratidão aos meus ex-colegas da SEMPS, que não mediram esforços para auxiliar na elaboração desta pesquisa.

Agradeço aos coordenadores das instituições confessionais e voluntários pela atenção dispensada durante as minhas visitas às entidades e entrevistas.

Preciso agradecer ao Movimento de População de Rua de Salvador pela imensa colaboração.

A minha enorme gratidão a todos que se encontram em situação de rua ou passaram por ela e que, mesmo com tantas amarguras vividas, ainda sabem ser generosos. A vocês devo a concretização deste trabalho. Muitíssimo obrigada!

À minha família, aos amigos e colegas do mestrado pelas contribuições nesta jornada.

## MENSAGEM

### **Sem Garantia**

*Vivendo sem garantia  
Nada de privilégio  
Mato a fome todo o dia  
Com o lixo do teu prédio.*

*Dormindo sem garantia,  
Noites de solidão  
Me cubro com medo,  
Por colchão o papelão.*

*Meu luxo  
É o teu lixo  
Viro ele todo dia.  
Disputo até com bichos  
Vivo sem alegria.*

*Um desprivilegiado  
Nada de faculdade,  
Nunca estudei de verdade,  
Não tive oportunidade.*

*Para matar o tédio  
De ter construído o teu prédio,  
Hoje tomo uma pinga  
Esse não é o remédio.*

*Tudo sem garantia  
A comida, a moradia, a saúde  
A escola, o transporte.  
Garantia só a morte  
Para quem tem sorte.*

**(Luiz Carlos da Trindade o “analfa-poeta” da rua).**

## RESUMO

Esta dissertação versa sobre a rede socioassistencial destinada ao atendimento da população adulta em situação de rua em Salvador - BA. Entende-se esse segmento populacional como uma das expressões da questão social presente nas cidades, agravada pelas políticas neoliberais adotadas pelo Brasil, que provocaram no país o processo de reestruturação produtiva, privatizações e restrições de investimentos nas políticas públicas. A partir desse pressuposto, descrevemos como tais orientações levaram ao agravamento do desemprego na década de 1990 até os primeiros anos deste novo milênio, ocasionando um aumento do exército de trabalhadores alijados do mercado e, conseqüentemente, o crescimento do número de pessoas vivendo nas ruas. Abordamos a evolução da proteção e da Política de Assistência Social, após a promulgação da Magna Carta de 1988, o conceito e o perfil desses sujeitos e a luta deflagrada pelo Movimento Nacional da População de Rua pela garantia de direitos. Nesse contexto, analisamos as instituições mantidas pelos governos municipal e estadual, além da assistência prestada pelas entidades confessionais. Nas visitas aos equipamentos socioassistenciais observamos, que às instalações não são suficientes e nem adequadas para atender o contingente de moradores em situação de rua na capital baiana. Outro aspecto constatado é que o quadro de recursos humanos é constituído, em sua maioria, por profissionais terceirizados, o que vai de encontro às normativas proclamadas para garantir os direitos desse grupo. Nas entrevistas realizadas com os assistidos apuramos o desejo de reinserção social. Verificamos, portanto, com o estudo que os serviços de acolhimento estão voltados basicamente para atender de forma precária às necessidades básicas desse público, deixando em plano secundário medidas voltadas para a inclusão social de homens e mulheres que fazem da rua seu local de moradia e sustento.

Palavras-Chave: população adulta em situação de rua; política de assistência social; movimento social; direitos.



## **ABSTRACT**

This dissertation discusses the social assistance network involving the homeless adult population of Salvador, Bahia. This segment of the population is a phenomenon of urban social issues, which have been aggravated by the neo-liberal policies adopted by Brazil that placed the country under a process of productive restructuring, privatizations and restrictions on investments in public policies. On this basis, we describe how these guidelines worsened the level of unemployment during the 1990s through to the first years of this millennium, causing a growth in the army of workers excluded from the market and, consequently, the rise in the number of people living on the streets. We address the evolution of the Social Assistance Policy and protection, following the enactment of the 1988 Constitution, the concept and profile of these subjects, and the fight for the guarantee of their rights, sponsored by the National Movement of the Homeless People. In this context we analyze the institutions maintained by both the municipal and state governments, as well as the assistance provided by religious entities. Visiting the social assistance establishments we found that these facilities are insufficient and inadequate to meet the needs of the number of homeless people in Salvador. Another aspect was that the staff was mostly comprised of outsourced professionals, which goes against the standards for ensuring the rights of this group. Interviews with the assisted people revealed their desire of belonging and of citizenship, corroborating our views that the care services are precarious, do not meet the basic needs of this public, and consider of lesser importance measures aimed at the social inclusion of men and women who make the streets their home and livelihood.

Keywords: adult homeless population; social assistance policy; social movement; rights.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Dados gerais das pessoas que estão ou passaram por situação de rua entrevistadas. Salvador, 2013.	59
QUADRO 2	Atividades e conquistas do Movimento Nacional de População de Rua (2005 a 2014).	69
QUADRO 3	Atividades e conquistas do Movimento da População de Rua Salvador (2010 a 2014).	74
QUADRO 4	Rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua. Salvador, 2013.	84
QUADRO 5	Profissionais de Serviço Social que atuam na rede socioassistencial em Salvador, 2013.	140

## LISTA DE SIGLAS

ABECAL - Associação Beneficente Caminho de Luz  
ADRA - Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais  
AICO - Associação Ibero Americana de Câmaras de Comércio  
ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária  
ASA - Ação Social Arquidiocesana  
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal  
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial  
CAPS-AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas  
CATA - Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolista  
CIAS - Centro de Informação e Atendimento Social  
CIMPR - Comitê Intersetorial de Monitoramento da População de Rua  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNS - Conselho Nacional de Saúde  
CNSS - Conselho Nacional de Seguridade Social  
COPA - Campeonato Mundial de Futebol  
COSAN - Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especial de Assistência Social  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos  
FCM - Fundação Cidade Mãe  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
FJS - Fundação José Silveira  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
HEMOBA - Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia  
IAPS - Institutos de Aposentadoria e Pensões  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
IMES - Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia

LBA - Legião Brasileira de Assistência  
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social  
MNPR - Movimento Nacional de População de Rua  
MS - Ministério da Saúde  
NOB-RH - Norma operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social  
ONG – Organização Não Governamental  
OSID - Obras Sociais Irmã Dulce  
PCS - Programa Comunidade Solidária  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão  
SDF - Sans-Domicile-Fixe  
SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais  
SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza  
SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano  
SEMAS - Secretaria Municipal de Ação Social  
SEMPS - Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza  
SENARC - Secretária Nacional de Renda de Cidadania  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SETAD – Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direito do Cidadão  
SETRADS - Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social  
SETRAS - Secretaria do Trabalho e Ação Social  
SETRE – Secretaria Trabalho, Emprego, Renda e Esporte  
SINE - Sistema Nacional de Emprego da Bahia  
SIMM - Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-obra  
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento e Livre Esclarecido

TOPA - Programa Todos pela Alfabetização

TRE - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

UCSAL - Universidade Católica do Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB - Universidade de Brasília

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
1. Construção do objeto de pesquisa	17
2. Pressupostos metodológicos	23
3. Localizando os sujeitos da Pesquisa	25
<b>CAPÍTULO 1: EXCLUSÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL</b>	29
1.1 Conceito de população em situação de rua	37
1.2 Perfis e características da população adulta em situação de rua nas cidades brasileiras	42
1.3 A população em situação de rua em Salvador	50
<b>CAPÍTULO 2: PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL</b>	61
2.1 Movimento da População em Situação de Rua e suas conquistas	66
2.2 O Movimento da População em Situação de Rua em Salvador	71
<b>CAPÍTULO 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR</b>	77
3.1 Viver ao deus-dará: A Assistência das Instituições Religiosas às Pessoas em Situação de Rua	85
3.2 A Política de Assistência Social implementada pelo Município de Salvador	91
3.3 A política de Assistência Social desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia	105
<b>CAPÍTULO 4: CARACTERÍSTICAS E LIMITES DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR</b>	114
4.1 Entidades confessionais	114
4.2 Serviço Especializado de Abordagem Social	116
4.3 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	119
4.4 Serviço de Acolhimento Institucional e em República para Adultos em Situação de Rua	129

4.5 Recursos Humanos da Rede Socioassistencial	139
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	147
<b>REFERÊNCIAS</b>	152
<b>APÊNDICE A</b> Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	160
<b>APÊNDICE B</b> Roteiro de entrevista com profissionais de Serviço Social	162
<b>APÊNDICE C</b> Roteiro de entrevista com profissionais das instituições	163
<b>APÊNDICE D</b> Roteiro de entrevista com pessoas em situação de rua	165
<b>ANEXO</b>	167

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a rede socioassistencial de atendimento à população adulta em situação de rua em Salvador. Viver nas ruas é um problema mundial, presente, principalmente, nos grandes centros urbanos, pois com as transformações econômicas desfavoráveis para os trabalhadores, vislumbramos, nas últimas décadas, o agravamento da crise social que tem levado uma parcela significativa da população a viver em condições de extrema vulnerabilidade.

No Brasil, a situação não é diferente, sujeitos adultos em situação de rua estão presentes nas cidades, sendo mais grave nas metrópoles. Conforme o 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2009a) em 71 municípios, sendo 48 com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, foram encontrados 31.922 pessoas maiores de 18 anos. Com esses números, somados aos dados das cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que não fizeram parte do estudo por contarem com pesquisas próprias, estima-se que existam, aproximadamente, 50.000 adultos vivendo nas ruas. Como o censo não foi realizado em todo território nacional, ainda é uma incógnita o quantitativo dessa população no país.

Em Salvador, terceira capital mais populosa do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a pesquisa localizou 3.289 pessoas nessa situação, expondo a complexidade dessa problemática.



## 1. Construção do objeto de Pesquisa<sup>1</sup>

Na capital baiana, estudos realizados em 2002 e 2009 pelos órgãos estaduais e municipais indicaram que esse grupo populacional se concentra, principalmente, nas áreas centrais, cidade baixa e na orla nos bairros da Barra e Pituba.<sup>2</sup>

O Centro Histórico, em particular, exerce um grande poder de atração sobre esse segmento social, em função do movimentado fluxo de pessoas, por se tratar de uma região de importância histórica, cultural, entretenimento, comercial e vocação turística da cidade.

A saída para o “mundo das ruas” não se origina de uma única causa, mas de múltiplas delas. No estudo realizado pelo MDS (BRASIL, 2009a), foram citados, como determinantes mais imediatos para estarem vivendo nas ruas, o consumo abusivo de álcool e outras drogas, desemprego e problemas familiares,

---

<sup>1</sup>Usarei neste trabalho a 1ª pessoa do discurso nas partes em que pessoalmente estive em contato com os indivíduos pesquisados e as Instituições e Entidades que os acolhem, para poder expressar minhas impressões objetivas sobre aqueles encontros e visitas. Usarei a 1ª pessoa do plural nos capítulos em que a mobilidade da temática assim o exigiu, nas citações e material pesquisado. (A autora)

<sup>2</sup>A velha capital baiana divide-se em cidade alta e cidade baixa. Como assinala Carvalho (2008), na aérea central de Salvador, - onde ficam os bairros Barris, Campo Grande, Graça, Canela, Barra, Pituba e a Orla Atlântica até Lauro de Freitas – concentram-se as oportunidades de trabalho, a maior parte dos equipamentos urbanos e residências privilegiadas da parcela branca da população. Já na cidade baixa e o Subúrbio (como Lobato, Coutos, Paripe, Periperi, Plataforma), predominam áreas do tipo popular onde se abrigam pretos e pardos muitas vezes em sítios acidentados. Mas a autora ainda destaca que a cidade moderna e a cidade precária, não são totalmente homogêneas em termos de tecido urbano, equipamentos e habitações. Na cidade moderna existem ilhas de precariedade e a cidade precária contém ilhas de relativa prosperidade. Em relação ao centro Histórico Uriarte (2003), destaca que o Largo do Pelourinho (oficialmente Praça José de Alencar) localizado na cidade alta, durante o século XIX foi local de moradia dos senhores de engenho, desembargadores e grandes negociantes. A partir de meados daquele século, a alta classe deslocou-se para os bairros da Vitória, Graça, Barra e Rio Vermelho, o que fez com que a área passasse a ser ocupada pelos setores mais baixos da escala social. Na década de 70, iniciou-se a recuperação do Centro Histórico para fins culturais e turísticos.

ocorrendo a perda dos vínculos com a família, amigos e a comunidade, levando-os à situação de isolamento.

Entre os que vivenciam essa situação, a fase inicial do desabrigo exige dos sujeitos que conheçam e interiorizem novos comportamentos, estabelecendo estratégias de sobrevivência, como identificar locais que disponibilizem abrigo, água, alimento e possibilidade de obtenção de rendimento. A oferta das condições que supram suas necessidades faz com que os moradores em situação de rua circulem por áreas que possibilitam a resolução de suas carências básicas. O Centro das cidades é o local preferido, durante o dia, por causa da concentração do comércio e grande fluxo de pessoas e, à noite, ficando deserto, os passeios sob as marquises se transformam em locais de repouso. Além disso, instituições religiosas doam alimentação, cobertores, roupas, calçados e auxílios diversos nessas áreas.

O desejo dos indivíduos de saírem das ruas diminui com o tempo e eles passam a se concentrar na sobrevivência diária. Segundo Rosa (2005, p. 151), “estar na rua acentua o cansaço, o estresse e as pessoas vão, aos poucos, perdendo certas condições necessárias ao trabalho”. Objetos pessoais, ferramentas de trabalho são vendidos ou roubados e os documentos perdidos. Os rendimentos que ganham com atividades de guarda e lavagem de carro, reciclagem, descarga de caminhão são consumidos de imediato com alimentação, drogas e bebida. Como acrescenta Rosa (2005, p. 128) “quem tem dinheiro consigo corre o risco de ser ‘acharcado’<sup>3</sup> por outro companheiro de rua, roubado, sofrer agressão violenta e até mesmo morrer”.

A dependência química, em especial, a do álcool, é mencionada na maioria dos estudos sobre esse segmento social, onde pesquisas realizadas por

---

<sup>3</sup>Achacar na linguagem das pessoas em situação de rua é pedir dinheiro, roupa ou comida.

Varanda e Adorno (2004), Botti et al ( 2010) destacam que a maioria das pessoas em situação de rua se torna consumidor abusivo de álcool por enfrentar a situação de rualização, reconhecendo o consumo de bebida alcoólica como fator de fragilização da saúde, mas, também, como elemento socializador desse segmento que vive na pobreza absoluta. “O encontro na rua, por meio da conhecida roda de pinga, (...). É o momento em que se solidarizam e se identificam por meio das mesmas dificuldades”, destaca Rosa (2005, p.160).

Além dos estigmas sofridos pelo desemprego, consumo de álcool e uso de drogas a população em situação de rua, nos últimos anos, passa a conviver no seu cotidiano com o aumento da violência. Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato (2012), o ex-presidente do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR), Anderson Miranda, denunciou que “304 moradores de ruas foram assassinados no Brasil, entre janeiro a junho de 2012. Na média, são quase duas pessoas por dia”. Ainda não foram acrescentados nesse quantitativo os 30 mortos no Estado de Goiânia nos últimos dez meses. Policiais e grupos neonazistas são apontados como responsáveis por grande parte das mortes. “Comerciantes pagam para policiais que trabalham como seguranças para fazer isso. Esse extermínio é fruto da Copa, da Olimpíada e de uma sociedade preconceituosa”, disse ele. (BRITO, 2012).

Os integrantes do Movimento exigem políticas para combater o que chamam de “genocídio” e declaram que as propostas elaboradas pelo Comitê Intersetorial de Monitoramento da População em Situação de Rua (CIMPR, 2009), coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, não foram concretizadas. “As pessoas continuam morrendo e nada é feito”, afirma Anderson Miranda.

No que se refere à prevenção e punição desses crimes, o ex-presidente do MNPR enfatizou que é “possível prevenir e punir os crimes com políticas intersetoriais efetivas. O governo federal poderia não repassar verbas para cidades que não respeitem os direitos humanos dessa população”.

Apesar do número crescente de pessoas em situação de rua, ainda é tímida a assistência social prestada pelo poder público, o que é acompanhado por escassa produção científica com dados quantitativos e qualitativos sobre esse grupo populacional. É importante destacar que esse segmento social nunca foi contemplado pelos censos oficiais. A maioria das pesquisas de caráter censitário sobre o tema realizada no país foi organizada por iniciativas do Poder Municipal. Segundo Sposati (1998, p. 129) “o censo não reconhece a existência do morador de rua de nossas cidades, porque ele conta o número de habitantes a partir do domicílio”,

Grande parte da sociedade associa a situação de rua a problemas individuais e culpa a própria pessoa pela condição em que vive. Expressa seu preconceito por meio de denominações, como: vagabundo, pedinte, mendigo e os vê como uma população suja, feia e perigosa. Ignora, segundo Sposati (1998, p. 131), que “esse ciclo começa na expulsão da terra, exploração do trabalho, não acesso a direitos e a políticas sociais e se agrava com o desemprego, preconceitos morais e sociais, culminando com o rompimento dos laços familiares”.

Os poderes públicos destinam a esse segmento ações pontuais, ineficientes, higienistas e violentas, principalmente quando ocorrem reclamações de moradores e comerciantes devido a ocupação do espaço público próximos aos seus imóveis, bem como eventos de grande repercussão nos meios de comunicação. Como ressalta Maria Lucia da Silva (2009, p. 122), “marginalizados, e negados por grande parte da sociedade, a presença de pessoas vivendo na rua é tão banal que já faz parte da paisagem. Há no país uma tendência à naturalização do fenômeno”.

Meu interesse por esse contingente populacional começou em 1997, quando iniciei minhas atividades profissionais como assistente social na Secretaria de Assistência Social do Município de Salvador - SETRADS, hoje Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza - SEMPS.

Durante o período em que desenvolvi minhas atividades profissionais na SETRADS, participei de eventos e também organizei vários deles, entre os quais, visitas a comunidades terapêuticas, reuniões com grupos de distribuição de alimentação, 1º Contagem e Diagnóstico da População de Rua na Cidade de Salvador, Seminário Construção de Políticas Públicas para a População de Rua, 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 1ª Marcha Nacional da População de Rua, reuniões na Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS, hoje Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Encontro das Pastorais de Ruas, manifestações de rua e em ocasiões festivas de convivência promovida por organizações sociais. Travei conhecimento com pessoas em situação de rua e com representantes de instituições governamentais e não governamentais que prestam assistência a esse segmento da população, além de adquirir bibliografia sobre o tema.

No contato com esse público, nos atendimentos realizados na rua e no serviço de acolhimento, aprendi muitas coisas, principalmente nas histórias recheadas por dramas familiares, desemprego, consumo abusivo de álcool e drogas. Nesta trajetória observei que a permanência de pessoas vivendo nas ruas envolve diversos fatores, isto é, a falta de trabalho, saúde, educação, cultura e lazer. Somada a essas ausências, as escassas medidas por parte do poder público que assegurem a devida assistência, com o objetivo de promover a inclusão social, completam esse quadro de carência total.

Surgiu o interesse de compreender a vida desse segmento social, bem como as relações que levaram à ruptura de vínculos familiares e de trabalho, pois, mesmo vivendo nas ruas, percebi que as pessoas tendem a reinventar, no espaço público, a concepção de casa e explorando, criativamente, recursos existentes na rua, realizam atividades, fazem escolhas, constroem formas de sociabilidade.

Ao pensar no projeto de mestrado em 2011, optei por estudar questões que me inquietavam como as precárias condições em que vivem homens e mulheres que fazem das ruas seu habitat, apesar de a Carta Magna de 1988

estabelecer no país um sistema de proteção social com princípios universais, redistributivo, com direitos públicos amplos e fundados na cidadania.

Pretendo, por meio da pesquisa, contribuir para produção de conhecimento e reflexão acerca desse segmento populacional e a falta de medidas por parte dos poderes públicos que garantam seus direitos fundamentais. Espero, com isso, colaborar, em primeiro lugar, para a desmistificação da imagem de vadios, de preguiçosos, de perigosos e de coitadinhos vinculada a esses sujeitos, bem como da ideia de que são pessoas que estão na rua principalmente por vontade própria. Para tal, é preciso destacar que o estado de exclusão social em que se encontram está vinculado à estrutura da sociedade capitalista, que restringe a proteção social, sendo seus efeitos a discriminação e negação de direitos. Desse modo, penso que o estudo é relevante e poderá influenciar ainda no levantamento de questões que poderão contribuir para efetivação das recentes políticas públicas destinadas para esse público.

A partir da minha experiência no atendimento à população em situação de rua e das reflexões sobre questão social e políticas sociais que fiz nas disciplinas que cursei no Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania, decidi abordar este tema, tendo como **pressupostos** que, a partir da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido no país um padrão universal de proteção social, com a introdução da seguridade social, formada pelas políticas de saúde, previdência e assistência social. Porém, foi uma conquista no campo do Direito que não se concretizou. A exclusão e as desigualdades no Brasil continuam a atingir uma grande parcela da população, com destaque para as pessoas em situação de rua, que vivem em condições extremas de risco e vulnerabilidade social, sendo estigmatizados pela sociedade em geral.

Diante da situação apresentada, elegi como **objetivo geral** examinar a rede socioassistencial de atendimento as pessoas adultas em situação de rua em Salvador; e como **objetivos específicos**: analisar a Política de Assistência Social e a legislação específica para as pessoas em situação de rua e sua

efetivação; levantar e conhecer os serviços e equipamentos sociais mantidos pelo poder público e organizações não governamentais para o acolhimento da população em situação de rua, em Salvador e conhecer os trabalhos desenvolvidos pelas entidades assistenciais de cunho confessionais e grupos autônomos de doação de alimento.

## 2. Pressupostos Metodológicos

*(...) Pesquisa para constatar, constatando, intervir, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Paulo Freire).*

Pretendendo compreender em que medida a Política de Assistência Social está possibilitando melhorias das condições de vida da população em situação de rua, adotei como estratégia metodológica, a pesquisa qualitativa, segundo Bauer e Gaskell (2011, p.22), “lida com interpretações das realidades sociais”.

No estudo, privilegio o método materialismo histórico dialético, que tem sua fundamentação em Marx e Engels. Como analisa Antonio Gil (2011), quando o pesquisador escolhe esse parâmetro, enfatiza a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção e da sua relação com as superestruturas (política, jurídica, etc.) na sociedade, é que ele procede à elucidação dos fenômenos constatados.

Corroborando esse pensamento, Canzonieri (2011, p. 44) considera que “os fatos devem ter um olhar no contexto social, político e econômico, em que vive o homem e situa o comportamento humano como produto do meio, do momento histórico e cultural”.

Para interpretação dos dados qualitativos, utilizei a técnica de análise de discurso. Rosalind Gill (2011, p. 244) explica que a denominação análise de discurso “é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de

textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas". A autora (2011) ainda destaca que existem vários estilos de análise de discurso, mas que compartilham da rejeição da ideia realista de que a linguagem é um meio neutro de descrever o mundo e da certeza da relevância do discurso na construção da vida social.

Ratificando esse pensamento, Canzonieri (2011, p. 52) nos lembra que "o discurso é transcrição de opiniões, de atitudes, da fala (...) do sujeito, que demonstram o recorte de um momento, (...) na elaboração de uma análise feita pelo pesquisador sobre o conteúdo trazido pelo pesquisado".

Assim, para realização da pesquisa, utilizei as seguintes técnicas para obtenção de dados:

- 1) Revisão Bibliográfica que, segundo os estudos de Marconi e Lakatos (2009, p. 160), "é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema".
- 2) Observação direta e anotações realizadas no caderno de campo que, para Ludke e André (2011, p. 26), permite aos pesquisadores conhecer "*in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às próprias ações".
- 3) Entrevistas que, para Minayo (2004 apud Minayo, Assis e Souza, 2005, p. 169), "pode ser reconhecida como 'uma conversa com finalidade' regida por regras de sociabilidade, que terá maior sucesso se partir, gradativamente, de perguntas mais amenas até as mais delicadas".

Complementando o olhar de Minayo, Ludke e André (2011, p. 34) destacam a entrevista semi estruturada que "se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações".



Já a entrevista estruturada para Laville e Dionne (1999) é similar a um questionário com suas opções de respostas determinadas. As perguntas são lidas pelo entrevistador, que também registra as respostas do entrevistado.

Para a realização das entrevistas, segui um roteiro que serviu de guia orientador no desenvolvimento (Apêndices B, C, D), o qual se adaptava ao entrevistado, a necessidade. Os diálogos duraram em média quarenta minutos. O critério de saturação foi aplicado, como explica Canzonieri (2011, p. 83) “saturação ocorre quando o dado se torna repetitivo”.

Com os profissionais de Serviço Social foi realizada uma entrevista estruturada, visando ilustrar o perfil dos trabalhadores que atuam na rede socioassistencial.

### **3. Localizando os Sujeitos da Pesquisa**

Foram realizadas quarenta e quatro entrevistas, sendo vinte e sete com o auxílio de um gravador e dezessete sem a utilização do aparelho, pois os interlocutores se opuseram ao seu uso. O universo da pesquisa envolveu vinte profissionais da rede de atendimento mantida pelos governos municipal e estadual, quinze pessoas que vivenciaram ou se encontram em situação de rua, que foram selecionados de forma aleatória, obedecendo ao critério de serem maiores de dezoito anos, quatro coordenadores de entidades confessionais, três coordenadores de Movimento Social, um ex-assistido acompanhado pela rede socioassistencial e um ex-usuário de um dos serviços de acolhimento.

Para o ingresso nas instituições de acolhimento, mantidas pelos governos municipal e estadual, inicialmente visitei a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SEDES) e a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS) de posse de ofício de apresentação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e expus o objetivo da pesquisa. Os

órgãos públicos autorizaram o ingresso nos serviços de atendimento igualmente através de ofícios. Nas entidades profissionais e movimento social também apresentei ofício de apresentação da UCSAL e fiz uma exposição sobre a pesquisa que foi autorizada mediante assinatura de um Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE).

Em relação às pessoas que vivem nas ruas e às que já passaram por essa situação, ressalto que, antes de iniciar a entrevista, o respondente recebeu orientações quanto ao estudo e sua participação. É importante registrar que o TCLE foi assinado em duas vias pelo entrevistado e por mim, sendo que uma via ficou com o informante e a outra comigo.

O projeto foi submetido à apreciação no Comitê de Ético Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia – IMES, (por exigência da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CNS/MS)) que expediu parecer número 484.656, favorável à realização da pesquisa.

Considereei necessária a adoção de nomes fictícios, visando ao anonimato dos entrevistados e equipamentos da rede de atendimento, subterfúgio que tem o objetivo de garantir a não exposição dos participantes da pesquisa. As transcrições das entrevistas foram realizadas pela própria pesquisadora, com intuito de garantir o sigilo. Para facilitar a compreensão dos trechos selecionados, foram feitas algumas correções no português, buscando, na medida do possível, apresentar as construções textuais originais, pois elas revelam características educacionais e sociais dos informantes.

No trabalho de campo, visitei a SEMPS e quatro equipamentos socioassistenciais, mantidos pela prefeitura. Foram realizadas nove entrevistas com profissionais e oito com os acolhidos, sendo duas mulheres e seis homens, além de uma com o coordenador do grupo voluntário e uma com um ex-usuário, totalizando dezenove entrevistas.

No Governo do Estado foram visitadas cinco organizações parceiras, sendo que cinco entrevistas foram realizadas nas sedes das instituições e onze em três equipamentos de acolhimento, totalizando dezesseis entrevistas, sendo onze com trabalhadores, quatro com abrigados e uma com um ex-assistido.

Nas três entidades religiosas visitadas, realizei quatro entrevistas, sendo três com os responsáveis pelas instituições e uma com um acolhido.

Fui até um Movimento Social, onde foram entrevistados três coordenadores.

Duas entrevistas foram concedidas em via pública, sendo um informante do sexo masculino e o outro do sexo feminino.

As entrevistas aconteceram em sua maioria na sala dos técnicos e refeitórios das instituições, nos salões das entidades religiosas e na rua sentada no passeio. Procurei criar um ambiente descontraído, com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança com o informante e, através de um discurso espontâneo, obter os dados necessários.

A dissertação foi organizada da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado “Exclusão Social e População em Situação de Rua no Brasil”, abordo o processo de exclusão social no país, buscando conhecer o conceito e o perfil desse público, a partir das análises de algumas capitais. Como referência, uso os autores, Bursztin e Araújo (1997, 2003), Escorel (2003), Rosa (1994, 1995, 2005) e Dornelles et al (2012).

No segundo capítulo, “Proteção e Assistência Social no Brasil”, discuto a proteção e assistência social no país, o Movimento da População em Situação de Rua e a Política de Assistência Social, destacando as ações e a legislação voltadas para esse grupo populacional.

No terceiro capítulo, “Assistência Social às Pessoas Adultas em Situação de Rua em Salvador”, apresento os serviços de atendimento existentes no

município soteropolitano, mantidos pelos órgãos públicos e entidades confessionais.

No quarto e último capítulo, “Características e Limites da Assistência à População em Situação de Rua em Salvador”, procuro conhecer até que ponto os serviços ofertados pelos equipamentos de atendimento estão em consonância com as normativas que versam sobre a garantia dos direitos das pessoas que vivenciam a situação de rua, além de ilustrar o perfil dos profissionais, tomando como referência a categoria dos/as assistentes sociais e as condições de trabalho a que estão submetidos na rede socioassistencial.

Nas Considerações Finais, estão algumas observações que ajudam a delinear as trajetórias da Política de Assistência Social e, em particular da Política Nacional para a População em Situação de Rua na cidade de Salvador.

## **CAPÍTULO 1: EXCLUSÃO SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**

*(...) A gente quer viver pleno direito. A gente quer viver todo respeito. A gente quer viver uma nação. A gente quer é ser um cidadão. (Gonzaquinha).*

Propomo-nos, neste capítulo, a realizar reflexões sobre o processo de exclusão social na sociedade brasileira, articulando-o com o conceito e as características da população em situação de rua, presente em nossas principais cidades.

Historicamente, o Brasil foi um país essencialmente rural, de economia agroexportadora, mas especialmente na segunda metade do século vinte, com a crise econômica e a reestruturação produtiva ocorreu intensa migração da população das áreas rurais para os centros urbanos contribuindo para o crescimento acelerado das cidades. Nas palavras de Carvalho (2006),

em 1980, 67,6% dos brasileiros residiam em centros urbanos e em 2000 esse número chegou a 81,2% com sua concentração em um elevado e crescente número de centros de vários tamanhos e em algumas grandes aglomerações metropolitanas (CARVALHO, 2006, p. 07).

Com a industrialização, a estrutura da produção no país tornou-se mais dinâmica, porém, esse desenvolvimento teve um caráter desigual e excludente, não conseguindo incorporar a ampla oferta de trabalhadores, deixando um grande contingente deles como reserva de mão de obra.

Segundo Maria Lucia da Silva (2009),

o processo de acumulação do capital cria as condições de que necessita para atender as suas necessidades e expansão. A criação de uma população trabalhadora excedente, ou seja, uma

superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que ultrapasse as necessidades médias de expansão do capitalismo, torna-se, ao mesmo tempo produto e condição para a acumulação do capital e para a existência do modo capitalista de produção (MARIA LUCIA DA SILVA, 2009, p. 84).

O aumento da população nas cidades gerou desigualdades de renda, de oportunidade de trabalho, de acesso à saúde, à justiça, à escola, à cultura, à segurança, à nutrição e habitação, carência de serviços como transporte, lazer, saneamento básico, principalmente nas áreas densamente povoadas, os chamados bolsões de pobreza, denominados por Castel (2008, p. 64) de “bairros sensíveis”. Milton Santos (2008, p. 57) com muita competência nos explica que “o modelo de crescimento capitalista adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, somado à explosão demográfica, resultaram numa explosão urbana e concentração de riqueza e pobreza nas cidades”.

A partir dos anos 50, o país passou por um processo de industrialização e crescimento, com investimento do Estado nas áreas social e econômica, o que possibilitou o ingresso de um grande contingente da população ao trabalho e ao emprego formal, atendendo, assim, tanto às exigências da sociedade, quanto ao lucro do capital. Mas é importante assinalar que ainda assim persistiu um extenso excedente de mão de obra. Maria Lucia da Silva (2009, p. 68), assim descreve esse período de desenvolvimento “foram trinta anos de crescimento econômico e ampliação da cidadania pela via do quase emprego, consolidação de sistemas de proteção social e da preservação da democracia de massa”, os chamados por Behring e Boschetti (2007, p. 82) “anos gloriosos ou de ouro”.

Já os anos 80, ficaram conhecidos como a “década perdida”, por causa do esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, em função do crescimento da dívida externa que provocou no país a desaceleração da economia e do crescimento, aumento da inflação, desemprego, precarização do trabalho, concentração de renda, aumento do exército industrial de reserva e declínio do movimento sindical, elevando a vulnerabilidade social de grande parte da população. De acordo Jaccoud e Silva (2005)

(...) a ampliação de expressivos contingentes de trabalhadores excluídos de situações estáveis de trabalho, e o risco permanente de ampliação da população em situação de indigência, associados ao recrudescimento do debate democrático e da mobilização social em suas diversas formas, incitaram a transformação da pobreza per se em questão social. (...) Foi neste contexto que a Constituição de 1988 deu um passo inovador, reconhecendo a assistência social como direito do cidadão, (...) que consolida-se (sic) somente após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. (JACCOUD; SILVA, 2005, p. 219-220)

Na década de 90, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil aderiu de fato ao neoliberalismo, agravando o instável cenário social já existente no país, a partir das reformas orientadas pelas economias centrais e organismos internacionais, fundadas nas propostas do Consenso de Washington de abertura comercial ao mercado externo, privatizações e combate ao déficit fiscal do Estado com cortes de investimentos na área social.<sup>4</sup> Segundo Carvalho (2006, p. 09), “o Brasil cresceu muito pouco na década de noventa, que também é avaliada como uma segunda década perdida”.

No governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva o que se averiguou foi uma certa continuidade da política econômica e social do governo FHC. Ao tomar como base os estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), evidenciamos que as políticas adotadas pelo governo Lula, ao longo dos anos 2000, (como a manutenção das taxas de inflação baixa, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito, aumento do trabalho formal e investimento público) impulsionaram o desenvolvimento do

---

<sup>4</sup> Em 1989, reuniram-se, em Washington, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal, para elaborarem um receituário para as economias periféricas. Esse receituário ficou conhecido como o Consenso de Washington, e indica dez medidas que devem ser seguidas pelos países. São elas: ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatizações, abertura comercial, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira, desregulamentação, reestruturação do sistema previdenciário, investimento em infraestrutura básica e fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas. (BATISTA et al, 1994 apud COUTO, 2004, p. 70).

país. Mas o Brasil ainda se encontrava distante de alcançar uma sociedade salarial.

Quanto aos desafios lançados à classe trabalhadora, persiste o impasse de integrar ao mercado formal um significativo contingente da força de trabalho desempregada, além dos que exercem atividade no mercado informal, que são aquelas pessoas não cobertas pela proteção social e previdenciária.

Os rendimentos médios dos trabalhadores inseridos no mercado formal no país aumentaram em todas as regiões entre 2000 a 2009. Contudo, é importante ressaltar que, majoritariamente, os trabalhadores brasileiros estão inseridos em ocupações que não exigem escolaridade elevada ou mão de obra qualificada. Em consequência desse quadro, Moljo e Duriguetto (2012, p. 25) destacam “o baixo crescimento econômico e a continuidade da concentração de renda e riqueza, apesar de alguma distribuição proporcionada principalmente pelo aumento real do salário mínimo e pela influência dos programas sociais”.

Desde 2004, o Brasil vem combinando crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento da renda domiciliar per capita. Mas, ainda assim, o país apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), os 10% mais ricos do país, detinham 43% do total da renda. Para o DIEESE (2012), nem as políticas sociais implementadas, nem o crescimento da economia isolado serão suficientes para promover a distribuição de renda no país; será necessária a efetivação de medidas que garantam a equidade. E continua destacando em seu relatório

a importância das políticas de combate a desigualdade para o projeto de desenvolvimento nacional, estabelecendo objetivos, metas e formas de monitoramento e avaliação para superar esse que é um dos principais problemas sociais do país. Exatamente porque é um problema estrutural, em que a conformação social, econômica e mesmo cultural do país conspira contra a sua reversão, é necessário estruturar uma política que vá além de programas fragmentados, criados, muitas vezes, de modo intuitivo para resolver questões sociopolíticas emergentes e localizadas (DIEESE, 2012, p. 354).



O Brasil, historicamente, apresenta grandes oscilações, constatamos o declínio das conquistas sociais, ao lado de avanços economicamente favoráveis. Conforme Pereira (2012), essa ambigüidade

confere ao Brasil o título de país não propriamente pobre, mas injusto, ou campeão de desigualdades social, dada a secular defasagem entre seus feitos econômicos (hoje ele é a sexta economia mundial) e seus fracos resultados sociais, (PEREIRA, 2012, p. 735).

A autora continua afirmando que “o governo Lula melhorou, sim, as condições sociais de muitos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, melhorou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país” (PEREIRA, 2012, p. 746).

Na sociedade brasileira, os efeitos da crise no mundo do trabalho foram agravados pela adesão às ideias neoliberais, surgidas na Europa na década de 80. As restrições impostas às políticas sociais e o grande contingente de trabalhadores alijados do mercado somam-se ao histórico problema da pobreza, pois uma ampla parcela da população nunca foi beneficiada pelas políticas de proteção social previstas na Constituição Federal e Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e é empurrada da pobreza para a miséria. (BRASIL, 1988, 1993).

Quanto ao debate travado por alguns autores, a exemplo de Castel (2009) e Iamamoto (2012), sobre a distinção entre a “nova questão social” e a “velha questão social”, Pastorini (2010, p. 20) analisando a polêmica destaca que “existem novos elementos, novas expressões imediatas da ‘questão social’, que poderiam nos levar a pensar que ela é nova (...), mas ela continua a manter os traços essenciais e constitutivos da sua origem”.

Nas ruas já não se encontram apenas os ditos “mendigos tradicionais”, a eles se juntaram os desvinculados do mundo do trabalho, pois como aponta Bursztyń (2003, p. 42) “emergem os ‘inimpregáveis’ pelo sistema econômico do mundo globalizado. O rompimento social desses grupos com as expectativas

sociais médias da sociedade brasileira os exclui (...) do mercado”. Nesse sentido, para Nascimento (2003),

o excluído moderno é assim um grupo social que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo, portanto, ser fisicamente eliminado. Nesta tendência, a expressão do mundo econômico antecede as do mundo político e social para, finalmente, chegar à esfera da vida. (NASCIMENTO, 2003, p. 81).

O autor ainda acrescenta que

o problema da exclusão social, não pode ser confundido com o da “linha da pobreza”. Não se trata de um problema puramente econômico, mas de múltiplas dimensões. Não é um problema recente, mas antigo. O “excluído” não é apenas aquele que se encontra em situação de carência material, mas aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade. (...) No Brasil, a exclusão social tem uma dimensão histórica. (...) o Brasil nasce sob o signo da exclusão social. Inicialmente, através da discriminação dos europeus com relação aos índios e, em seguida, em relação aos negros, importados da África como mão-de-obra (sic) escrava. Ambos são considerados como não cidadãos, indivíduos despidos de direito. (NASCIMENTO, 1994, p. 61)

As diferentes formas de desigualdades presentes nas cidades são reflexos mais imediatos de um conjunto de fatores, como o analfabetismo, precarização e instabilidade no trabalho, desemprego e concentração de renda, somado ao ajuste econômico imposto pelo ideário neoliberal, que influenciou negativamente as políticas sociais, provocando o agravamento da exclusão e da pobreza, incidindo negativamente no tecido social da família. Aumenta o número de unidades familiares chefiadas por mulheres, de mães adolescentes, da violência doméstica, alcoolismo, drogadição e doença psiquiátrica.

Kliksberg (2001) ressalta que, na psicologia social,

afirma-se que, nessas situações altamente opressivas, as pessoas ou tendem a enfrenta-lás até as últimas conseqüências ou a produzir os chamados mecanismos de “fuga”. Sendo sua expressão máxima a ruptura dos vínculos familiares, o que pode

acarretar a saída de um membro para rua. (KLIKSBURG, 2001, p. 60)

As pessoas em situação de rua são uma das expressões da questão social encontrada principalmente nos grandes centros urbanos. Escorel salienta (2003, p.139) “que são personagens que narram suas trajetórias de múltiplas, constantes e cumulativas desvinculações”. Expõem o ponto de degradação que as condições de vida urbana atingem. Como destaca Pochmann (2003, p.19) “a exclusão está ligada à negação de direitos na trama das relações sociais. Mantém-se, portanto, o preconceito de que a exclusão é uma marca de inferioridade, descredenciando os indivíduos para o exercício da cidadania”. Nesse contexto, Martins (1997) assinala

o que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário da exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. A inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais. (MARTINS, 1997, p. 26).

Grande parte da sociedade associa o fenômeno da população em situação de rua a problemas individuais, de “sorte”, quase uma escolha pessoal, bem como a vê, também, como uma população de bêbados, drogados e preguiçosos, um caso de polícia, não relacionando sua situação a fatores de natureza socioeconômica, que fazem parte da lógica de acumulação do capital.

Como destaca Paulo Freire (2000)

faz parte do poder ideológico dominante a inculcação dos dominados da responsabilidade por sua situação. Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com as classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa. (PAULO FREIRE, 2000, p. 84).

No Brasil, os efeitos do neoliberalismo sobre as políticas sociais, produziram seletividade entre populações carentes. Behring e Boschetti (2007) analisam que a tendência geral

tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. Prevalecendo o trinômio do ideário neoliberal para as políticas sociais: a privatização, a focalização e a descentralização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Para Ivo (2008, p. 190-191) “a busca de proteção, num contexto restritivo e de reforma do Estado social, prioriza políticas compensatórias focalizadas, que contradizem as orientações de bem-estar mais universalistas (...) da Constituição de 1988”. O Brasil diferentemente dos países centrais que implantaram o *welfare state*,<sup>5</sup> não conseguiu estabelecer o tão almejado Estado de Bem Social, isto é, um padrão de vida digno para sua população, apesar de possuir uma Carta Magna avançada e conhecida como “Constituição Cidadã”.

Atualmente, as possibilidades de inclusão no sistema de proteção social passam por três categorias diferentes: os cidadãos incluídos no mercado formal de trabalho; os assistidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e os atendidos pelos programas de distribuição de renda, produzindo uma massa de trabalhadores excluídos da assistência em geral. Neste exército de desvalidos, podemos incluir as pessoas em situação de rua.

---

<sup>5</sup> Esping-Andersen (1991) em seu artigo 'As três economias políticas *welfare state*' classifica o regime em três tipos. O primeiro caracterizado como *welfare state* “liberal”, em que predomina a assistência aos comprovadamente pobres, implementado pelos países Estados Unidos, Canadá e a Austrália. O segundo denominado *welfare state* conservador e fortemente “corporativista” baseado no princípio de 'subsidiaridade' que serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure adotado pela Áustria, França, Alemanha e a Itália. O terceiro instituído na Escandinávia designado 'social-democrata' neste regime os social-democratas buscaram um *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda parte.

No próximo item, examinaremos estudos realizados no âmbito nacional e internacional acerca da caracterização e nomenclatura dessa população-alvo, pois nossa intenção é estabelecer a definição e a denominação que serão empregadas na presente pesquisa.

### **1.1 Conceito de população em situação de rua**

O desabrigo tem uma longa e variada história no mundo; desde as cidades pré-industriais, várias são as definições que pretendem apreender essa problemática. Na atualidade, a diversidade de grupos encontrados na rua promove um debate acerca da sua conceituação.

São diversas as situações apresentadas pelas pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciários e psiquiátricos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes. Antes do Decreto Federal n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, Pousa Junior (2011) destaca como

a problemática do estudo do 'morador em situação de rua' tinha início com a própria conceituação jurídica de 'população de rua'. Este óbice sempre justificou por parte dos governos e responsáveis pela implementação de Políticas Públicas a dificuldade de criação de normas protetivas, específicas para o segmento, capazes de acompanhar o perfil e as características desta população e que pudessem, por fim, delimitando o grupo analisado, verificar suas reais necessidades. (POUSA JUNIOR, 2011, p. 01).

Ao analisar a situação dessa parcela da população em contextos nacionais, encontramos, na literatura, pesquisas que apresentam características desse público, a partir das mudanças que influenciaram as políticas sociais no Brasil nas últimas décadas. Nesse sentido, apresentamos três estudos de relevância sobre o tema:

1. Para a pesquisadora Rosa (1994, 1995, 2005), entende-se por população em situação de rua

um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. (ROSA, 2005, p. 36).

2. A definição adotada por Maria Lucia da Silva (2009) em seu estudo referente a esse grupo social concebe:

a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as aéreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoite, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias. (MARIA LUCIA SILVA, 2009, p. 136)

3. Schuch e Gehlen (2012, p.13) analisam esse segmento social como “um conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente, e/ou utilizam serviços diversos destinados (...) à promoção de direitos”.

Na legislação brasileira, essa parcela da população é assimilada com base em dados dos principais especialistas na matéria. Nesse contexto o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), frente à diversidade de pessoas que estão em situação de rua, emprega na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua a seguinte concepção

grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos

familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2009a, p. 08).

Já o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua em seu art. 1º, parágrafo único, considera esse segmento social como

um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009b)

No âmbito dos países centrais, destacamos o trabalho de Snow e Anderson (1998) na cidade de Austin, nos Estados Unidos, na década de 80, cujos autores definem esse público a partir das suas carências.

os moradores de rua viviam em grande medida no espaço público e suas vidas se caracterizavam não apenas pela ausência de moradia permanente, convencional, mas também por uma ausência ou atenuação de apoio familiar e de papéis consensualmente definidos de utilidade social e valor moral. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 28)

Nas suas pesquisas, Giorgetti (2006, 2007) toma como base as pessoas que vivenciam a situação de rua no Brasil e na França apresentando o seguinte conceito:

todo indivíduo migrante, imigrante ou nascido em uma grande metrópole, que tem o seu 'fundo de consumo [completamente] dilapidado' (Pessanha, 1983), e não consegue mais repor tal fundo e prover o seu bem estar. Após atravessar um momento em que ocorre o afastamento do mercado de trabalho, a desestruturação familiar e o rompimento com as antigas relações que compunham sua rede de sociabilidade (sem falar, na

maioria dos casos, da dolorosa experiência do preconceito social), esses indivíduos passam a depender da rede pública de proteção social, quando não se apropriam do espaço público, transformando-o em moradia. (GIORGETTI, 2006, p. 25).

Podemos verificar que as características apresentadas nos estudos e em documentos oficiais brasileiros para a população em situação de rua não diferem dos resultados das investigações realizadas nos países centrais.

Todos os autores constatarem como peculiar a esse grupo populacional a exclusão do mercado de trabalho, a desestruturação familiar, a ocupação do espaço público como local de moradia e sustento, a pobreza extrema e a dependência da rede pública de proteção social, o que demonstra a gravidade dessa problemática para a sociedade. Como salienta Giorgetti (2006)

é curioso notar que as diferenças mais marcantes entre Paris e São Paulo, no que se refere à população de rua, não estão relacionadas às suas características demográficas, mas ao tratamento que lhes é dado, seja pelos governos, seja pela sociedade; deve-se, sobretudo, às representações veiculadas no imaginário social oriundas do seu aparecimento na cidade. (GIORGETTI, 2006, p. 25).

Neste relatório, adotaremos o conceito do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009b); a escolha dessa norma legal deu-se em função de o documento ser referência para todo o país.

Sobre a nomenclatura, os principais estudiosos do tema utilizam os termos População de Rua ou População em Situação de Rua. Rosa (1994, 1995, 2005) em suas pesquisas realizadas na cidade de São Paulo, recorre à expressão *população de rua* e chama a atenção para as categorias:

ficar, estar e ser da rua, nessas circunstâncias, a expressão população de rua pode ser mais apropriada para explicar o ser da rua, mas tem pouco poder explicativo para dar conta das demais. Seu uso tornou visível a questão das pessoas que moram e sobrevivem nas ruas e permitiu a instituição de políticas públicas, comprometendo o Estado com sua implementação, isso foi inédito, já que as ações dirigidas à



população de rua ficaram historicamente delegadas às organizações privadas da sociedade civil. (ROSA, 2005, p. 66).

Em sua obra “Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil”, Maria Lucia da Silva (2009) utiliza a nomenclatura *população em situação de rua* e explica sua escolha da seguinte forma:

a expressão população em situação de rua é usada neste livro, em detrimento de outras expressões, por ser considerada a mais apropriada para designar uma situação ou condição social que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital. (MARIA LUCIA DA SILVA, 2009, p. 29).

Já Giorgetti (2006, 2007), em seus estudos sobre esse segmento social nas cidades de São Paulo e Paris, adota a denominação *morador de rua*, apesar de na cidade francesa a expressão utilizada seja *sans-domicile-fixe* (SDF). Justifica sua posição em face do exposto sobre o assunto na capital paulista:

nesta cidade, o Serviço Social, pensando em ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, criou a expressão pessoas em situação de rua, para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a idéia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não tem outra característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade. Entretanto, não há pesquisas suficientes nas duas cidades que comprovem que as situações nas quais se encontram os moradores de rua são reversíveis. Nesse sentido, as pessoas que estão realmente em “situação de rua” são poucas, constituindo talvez uma exceção. (GIORGETTI, 2006, p. 20-21).

A partir das classificações usadas para nomear esse grupo populacional, decidimos utilizar a terminologia *população em situação de rua*, por compreender que é necessário romper com a idéia pejorativa de que são pessoas que pertencem às ruas, que estão em uma condição definitiva, desprezando o potencial transformador, característica inerente ao ser humano. “O ‘em situação de rua’ (...) designa um evento, uma passagem e não um estado

permanente. (...) pode-se afirmar que é de fundamental importância esse espírito de aposta na mudança das suas condições atuais de vida”, segundo Pagot (2012, p. 126). “Uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados”, afirma Maria Lucia da Silva (2009, p. 137).

Maria Lucia da Silva (idem, p. 27), ainda chama a atenção para o fato de o “fenômeno população em situação de rua ser uma expressão inconteste das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, (...). E, como tal, é expressão da questão social”. Na década de 90, a adoção pelo Brasil das orientações neoliberais sobre o trabalho e restrições às políticas sociais, influenciaram diretamente no crescimento do número de pessoas que passaram a utilizar as ruas como local de moradia e sustento. Nesse sentido, a seguir será realizada uma análise sobre o perfil desse segmento social nos principais centros urbanos do país.

## **1.2 Perfil e características da população adulta em situação de rua nas cidades brasileiras.**

Ao longo dos anos 90, com o incremento dessa população no Brasil, a academia passou a pesquisá-la, procurando analisar suas causas, características e condições de vida. Apresentamos os principais estudos realizados no país.

Na capital federal, os pesquisadores Bursztin e Araújo (1997), na sua obra “Da Utopia à Exclusão”, contextualizam a *população em situação de rua* na cidade, enfatizando o processo migratório a partir de 1995. Os autores descrevem esse público como sendo constituído principalmente por

joventes casais com filho, que deixaram seus locais de origem fugindo das dificuldades em que se encontrava. A maior parte é formada por negros e pardos (72%), 88% possuem até o primeiro grau incompleto, 27% desenvolviam atividades na agricultura, 72% das famílias são oriundas do Nordeste, sendo

que 38% são de cidades baianas. O Distrito Federal recebeu muitos migrantes com a esperança de encontrar melhores condições de vida. A distribuição de lotes, promovida pelo governo de Roriz em 1995, aumentou ainda mais o fluxo migratório. Surge um novo candango, que não mais constrói a cidade e nem encontra emprego na máquina administrativa do Estado, de agricultores, passaram a ser catadores de lixo.

Segundo os especialistas, os motivos que levam esse segmento populacional a deixar seus locais de origem e passar a viver nas ruas de Brasília são:

o desenvolvimento excludente, restrito a apenas uma parte da população, e é, portanto, um elemento gerador de migração forçada. O desenvolvimento atual cria nômade, pelas grandes obras que desalojam, pela automação que desemprega e pela agricultura modernizada. O que leva esses excluídos a migrar é justamente a busca do que comer no imediato. Ao chegarem a Brasília, sua maior expectativa se limita ao que comer na próxima refeição.

Quanto aos locais de maior concentração dos moradores em situação de rua, os pesquisadores descrevem a trajetória dessas pessoas, da periferia para as áreas centrais da cidade:

os migrantes que não possuem laços de referência com a nova realidade tendem a se estalar nas periferias das cidades satélites, próximos às estradas que dão acesso ao centro da cidade, alojando-se como podem sob viadutos, pontes, embaixo de uma árvore, em barracas de plástico ou papelão. Logo, buscam deslocar-se rumo ao coração de Brasília, o eldorado, é a fonte de lixo farto e rico e centro da "generosidade" as áreas residenciais de classes média e alta e a zona administrativa.

Para os estudiosos, a principal fonte de sobrevivência das pessoas que vivem nas ruas, além das atividades intermitentes como guarda e lavagem de carro é o recolhimento do lixo reciclável, principalmente da grande quantidade de papel descartado pelos órgãos públicos.

a obtenção de um mínimo de renda se dá a partir das atividades de guarda e lavagem de carros, pequenos serviços e cata de lixo reciclável. Perambulando pelas ruas, descobrem que o que não serve mais aos habitantes desse mundo pode lhes ser de grande valia.

Ao analisar as informações acerca da situação da população em situação de rua no Distrito Federal, é importante assinalar que os autores enfatizam o processo de migração nos anos 90, incitado pela distribuição em massa de lotes no governo Roriz, que atraiu, principalmente, pessoas de baixa renda dos Estados que apresentam menores índices de desenvolvimento, a exemplo daquelas localizadas na região nordeste.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, Escorel (2003) assinala, em seu estudo, a diversidade desse segmento social levando em conta que

responder quem são e quantos são as pessoas que habitam os logradouros públicos da cidade depende de qual é a definição de população de rua. Distinguindo entre aqueles que estão nas ruas circunstancialmente, temporariamente e permanentemente. Não se sabe quantas pessoas moram nas ruas na cidade e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, essas pessoas não são recenseadas pelo IBGE, não entram nas estatísticas e tampouco são levadas em consideração no planejamento de programas sociais. Pesquisas desenvolvidas por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) revelaram que não há um único perfil da população de rua, há perfis, não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações. Há, sim, características freqüentemente verificadas, como predominância de homens sós, em idade produtiva, os não brancos seriam em maior número, a maioria tem família e apresentam baixo nível de escolaridade.

A pesquisadora destaca que são múltiplos os motivos que levam a essa situação, pois considera que

a vida nas ruas mostra 'em carne viva' as consequências dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas que reduziram, drástica e dramaticamente, o campo de possibilidades nos quais podem se movimentar e usufruir das riquezas produzidas e dos conhecimentos alcançados. Os moradores de rua são uma das faces expostas da vulnerabilidade dos submetidos à pobreza e as imensas desigualdades sociais. Populações sem cidadania, ou cujo cotidiano se desenvolve no terreno da infracidadania.

Em relação à territorialidade, como já visto, nas grandes cidades as áreas centrais exercem um grande poder de atração sobre os *moradores em situação de rua*, realidade também confirmada pela estudiosa em suas pesquisas na capital carioca

As áreas centrais da cidade oferecem condições de sobrevivência e também porque, ficando deserto à noite, confere ao grupo certa privacidade doméstica. Apesar de terem que se movimentar continuamente, os moradores de rua tendem a estabelecer um território de circulação, um bairro ou uma rua.

As pessoas que vivem na rua apresentam uma grande criatividade no cotidiano das ruas, segundo a autora. Ela diz que

esse segmento sobrevive a cada dia de teimosos que são, insistindo em continuar vivos e a expor suas misérias no espaço público. As atividades exercidas nas ruas podem ser assinaladas em três grandes grupos: catadores, atividades ilícitas e a mendicância. Porém, as atividades da maior parte dos moradores de rua têm a intermitência como característica principal, são atividades que precisam ser buscadas diariamente, o morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. Em qualquer dessas atividades os rendimentos auferidos não alteram as condições de vida

Na cidade de São Paulo, Rosa (1994, 1995, 2005) destaca, em seus estudos, o aumento da *população em situação de rua* na metrópole, constatado pelas contagens realizadas nos anos de 1994, 1996, 1998 e 2000. A pesquisadora descreve algumas características desse segmento social:

o último levantamento localizou 8.706 pessoas vivendo nas ruas de São Paulo. Constatou-se que a população de rua é majoritariamente, do sexo masculino, só, com idade entre 20 a 40 anos, a maioria sem trabalho qualificado, e proveniente da própria região sudeste.

Ao analisar os motivos que levam as pessoas a habitarem os espaços públicos nas cidades brasileiras, a especialista explica que

não é uma questão isolada dos problemas que ocorrem no plano internacional, referentes às mudanças no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. Está também ligado ao modo como a sociedade brasileira se organiza, em um processo concentrado de renda, marcado por desigualdades sociais, conjunturas econômicas de recessão, desemprego e agravamento das más condições de reprodução da vida urbana, como moradia e saúde.

Na capital do Estado de São Paulo, são diversas as expressões que a sociedade emprega para nomear a população em situação de rua. Em relação às denominações empregadas a estudiosa salienta as mais recorrentes

(...) na década de 1990, são utilizadas nomenclaturas como habitantes de rua, maloqueiros, desocupados, desempregados, andarilhos, albergados, trecheiro, entre outras. Atualmente, ao passarem a utilizar denominações como marginalizados, ex-trabalhadores, exército de miseráveis parece trazer à tona o debate sobre a lógica de como a sociedade está organizada, gerando extremas desigualdades sociais. Assim, as denominações são historicamente construídas e empregadas para nomear as diferentes situações das pessoas que se utilizam da rua para morar e sobreviver.

Para a especialista, os pontos de concentração desse grupo populacional na cidade são, principalmente,

os bairros centrais, são espaços eleitos para a aglutinação desses grupos, graças a algumas características, como presença de áreas deterioradas, comércio, bares e restaurantes, concentração e circulação de pessoas, fatores fundamentais para a sobrevivência das pessoas que moram na rua.

As pessoas que vivenciam a situação de rua realizam diversas atividades para viver e, indiretamente, colaboram com a limpeza da cidade e preservação do meio ambiente. Segundo a autora,

o morador de rua aproveita as poucas oportunidades de trabalho que a cidade lhe oferece como catar papel e papelão, guarda e limpeza de carro, carrega caminhões e encarta jornais. Os olhos que os enxergam com preconceito, não veem o trabalho indispensável dos catadores de papel. Estes limpam e trazem melhorias ambientais às cidades ao reduzirem o desperdício de

materiais que retornam ao processo produtivo depois de reciclados. São agentes autônomos da limpeza urbana.

Analizamos a problemática da *população em situação de rua* na cidade de Belo Horizonte, a partir dos resultados das pesquisas censitárias realizadas nos anos de 1998 e 2005 (BRASIL, 2006). Os dados apresentados destacam o seguinte perfil:

foram encontradas em 1998, 1.120 pessoas em situação de rua contra 1.239 localizados em 2005. A grande maioria da população em situação de rua é composta por homens. Uma importante variável diz respeito ao tempo em que as pessoas encontram-se nessa condição, observa-se que os maiores percentuais (29,52%, em 1998, para 39,04%, em 2005) encontram-se entre aqueles que possuem mais de cinco anos de rua. Em relação à educação em 2005 44,6% das pessoas possuem grau de escolaridade da 1ª a 4ª série. Quanto o local de nascimento, o Censo de 2005 revelou que, a maioria, 41,2%, é proveniente do interior de Minas Gerais. No que se refere à localização das pessoas em situação de rua, em 2005, no momento do censo, a maioria, 60,4% dormia em avenidas, praças, ruas e outros logradouros públicos, sendo que em 1998, este percentual era de 39,7%. Em 2005, 25% afirmaram não possuir qualquer tipo de documento, em 1998 o percentual declarado foi 33,8%. Em 1998, aproximadamente 64% afirmaram não possuir problema de saúde, contra 56,35% de 2005. Quanto à família, em 2005, 58,9% responderam que tem parentes residentes em Belo Horizonte. Quando questionados sobre o seu maior desejo, em 2005, 30,6% expressaram o desejo de possuir moradia.

De acordo os censos, os principais motivos constatados para as pessoas estarem em situação de rua são:

a procura por trabalho por 58,9% em 1998 e por 50% em 2005. Em segundo lugar, aparece 'acompanhamento da família' com 11,5% em 1998 e 14,6% em 2005, seguido de 'desavença familiar', com 8,2% em 1998 e 7,0% em 2005. É importante observar que as respostas a essa questão pode ser acumulativa, ou seja, uma mesma pessoa pode ter mais de um motivo para seu deslocamento.

De maneira geral, esse segmento populacional tende a permanecer em locais de concentração de comércio e grande circulação de pessoas. Em relação à capital mineira, os estudos acrescentam que

essas pessoas tendem a estar próximas aos locais, onde podem obter alimentação, disponibilidade de produtos para vender, concentração de lojas, bares e restaurantes ou de maior fluxo de pessoas. Áreas que indiretamente oferecem mais segurança e locais de mais alta renda, que disponibilizam doações e esmolas. Estas localidades acabam por coincidir com as características dos bairros centrais da cidade.

Sobre a sobrevivência dessa população nas ruas, os dados evidenciam que a maioria vive das atividades de recolher materiais como papéis, jornais, garrafas pet, lavar e vigiar carros, que garantem o ganho de algum dinheiro.

Na cidade de Porto Alegre, Dornelles et al (2012), em sua pesquisa, apresentam o retrato censitário da população adulta em situação de rua e destacam as seguintes características:

O censo localizou 1.347 pessoas. 81,7% eram do sexo masculino, em sua maioria entre 25 a 59 anos. Percebe-se diminuição do número de adolescentes na rua e, por outro lado a permanência de idosos. Metade dos catadores (49,9%) nasceu em Porto Alegre, sendo que 26,5% dessa população estão na rua há mais de uma década. 80% sabem ler e escrever. 85% se declaram heterossexual. A cor branca representa a maior presença nessa população, a segunda incidência aparece para raça/cor negra ou preta. 60% dormem em locais de risco (praça, calçada e parques). 60% desempenham atividade reconhecida e aceita como inclusiva. Apresentam índices altos de não documentação. Em relação à saúde, a “dependência química”, uso abusivo de álcool e problemas nos dentes foram os que apresentaram maior percentual (49,5%). 58,8% declaram consumir cigarro todos os dias. Quanto aos serviços da Política de Assistência Social, 23% acessaram o CRAS, 26% o CREAS e 56,1% as Casas de Convivência. Esses dados mostram que as condições de vida desse conjunto de pessoas são caracterizadas pela precariedade e pela violência.

No que se refere aos motivos que levam pessoas a fazerem da rua seu local de moradia e sustento, os autores expressam a seguinte opinião:



a existência histórica dos moradores em situação de rua não pode ser ignorada ou deslocada da construção de uma sociedade justa e de direitos. Essa parcela da população vem sofrendo as consequências de um modelo econômico de políticas de ajuste neoliberal, produtos de exclusão em todas as esferas, tanto econômica como política, cultural e social. O conjunto dos sujeitos que compõe a população de rua é cada vez mais complexo, constitui múltiplas expressões sociais: o desemprego, o subemprego, a dependência química, a violência doméstica, a discriminação de gênero, e de etnia, o não acesso à saúde, a educação, a habitação, entre tantas outras.

Em relação aos locais de maior concentração desse público na capital gaúcha, os pesquisadores consideram, em primeiro lugar, as praças, ruas e calçadas. Em segundo as casa de convivência e em terceiro lugar os abrigos.

Ao explicar as atividades laborais realizadas pela *população em situação de rua*, os estudiosos destacaram que a maioria desempenha atividade reconhecida e aceita como inclusiva: catar material reciclável, realizar atividade de reciclagem, lavar ou guardar carros, construção civil.

No que se refere ao perfil da população em situação de rua, os resultados das pesquisas revelaram que esse grupo apresenta características muito semelhantes nas principais capitais brasileiras, como predominância do sexo masculino, jovens em idade produtiva, negros, baixa escolaridade e provenientes da própria cidade onde vivem. As exceções foram as cidades de Belo Horizonte, onde foi constatado que grande parcela desse público é proveniente do interior do próprio Estado; Brasília, que teve o aumento dessa problemática em razão da migração, e Porto Alegre, onde os brancos representam a maioria, em função das características da população da região.

Quanto aos motivos que levam uma pessoa a viver nas ruas, os especialistas destacaram as mudanças no mundo do trabalho e a ascensão de um modelo econômico de políticas de ajuste neoliberal, com forte influência no trabalho, na saúde, na educação, na habitação e na família.

Sobre às áreas de maior concentração desse público, os estudos revelaram que os *moradores em situação de rua* ocupam majoritariamente os bairros centrais das cidades, por serem as regiões que oferecem maiores condições de sobrevivência em função do comércio e da grande circulação de pessoas.

As atividades realizadas por esse segmento social são instáveis, os famosos “bicos”, as mais constantes estão relacionadas com a reciclagem (recolhimento de papel, papelão e lata), guarda e lavagem de carro, carregar e descarregar caminhão, encartar jornais, além de pequenos serviços na área da construção civil.

É importante registrar que as características, os motivos que levam uma pessoa a viver nas ruas, a origem desse segmento social, os locais de maior concentração e as estratégias de sobrevivência utilizadas nas cidades estudadas são muito semelhantes.

### **1.3 A população em situação de rua em Salvador**

A velha metrópole soteropolitana não apresenta um panorama distinto dos encontrados nas capitais acima apresentadas; na cidade, esse grupo populacional também é bastante heterogêneo. Nessa condição, encontram-se famílias, homens e mulheres sós, crianças e adolescentes, formando diferentes combinações de grupos que fazem dos espaços públicos (ruas, avenidas, praças, parques, marquises e viadutos) seu lugar de viver, seja de forma circunstancial, emergencial ou definitiva.

É necessário um resgate histórico da base de construção dessa população, para compreendermos esse problema bastante antigo na cidade, sendo descrito pelo historiador Walter Fraga Filho (1996) que, em sua obra “Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX”, ressalta a relação de

exclusão social a que foram submetidos homens livres e ex-escravos no período colonial.

Naquele contexto, a capital baiana impressionava pela intensa vida urbana, pelo conjunto arquitetônico dos seus edifícios públicos e religiosos, pelo seu porto frequentado por embarcações de vários países e por onde escoavam os produtos da colônia, principalmente o açúcar, que alimentava o poder dos senhores de engenho e dos comerciantes de escravos. Era uma riqueza que beneficiava uma minoria, enquanto nas suas ruas um grande número de pedintes e desempregados esmolava.

Nesse período, profundas desigualdades sociais separavam brancos e negros, ricos e pobres. A escravidão atingia mais de trinta por cento da população, havia um grande número de ex-escravos que sobreviviam da mendicância, a escassez de emprego obrigava os homens livres a viver de ocupações passageiras, pois não aceitavam trabalhos que os iguallassem à condição de escravos e, assim, muitos optavam por viver da caridade. As elites, contrariadas, os rotulavam de vadios e preguiçosos.

Não podemos deixar de salientar o papel da igreja na atenção aos pobres, através da caridade, a exemplo do Convento de São Francisco,<sup>6</sup> um dos mais cobiçados pontos de esmola da cidade. Em seus adros, eram solicitados dinheiro comida, roupa, internamento hospitalar e até sepultamento. O autor ressalta que “para os fiéis essas esmolos significavam redenção dos pecados, obtenção das graças de Deus e salvação após a morte. Para os mendigos elas eram a garantia da sobrevivência neste mundo”, (WALTER FRAGA, 1996, p. 52).

---

<sup>6</sup> O Convento de São Francisco foi fundado em 1585, pelo frei franciscano Melchior de Santa Catarina. As estruturas foram erguidas entre os séculos XVII e XVIII e são consideradas uma das mais singulares e ricas expressões do Barroco brasileiro. Foi tombado pelo Iphan e é classificado como uma das sete maravilhas de ordem portuguesa no mundo. Faz parte do Centro Histórico de Salvador que hoje é patrimônio da humanidade. (FLEXOR, 2010).

Em uma sociedade católica, os pedintes eram tolerados, considerados dignos de ser assistidos por particulares ou instituições religiosas, além de utilizarem práticas de mendicância conhecidas atualmente, como bilhetes e presença de criança. A vida de mendigo naquela época, como ainda hoje, implicava criar estratégias de sobrevivência, precisando convencer as camadas de maior renda de que era merecedor da doação, pois só caridade legítima valia a recompensa da salvação. O autor (1996, p. 48) ainda explica que “era esse aspecto que garantia a instável legitimidade e o comportamento tolerante que os mendigos puderam dispor”.

A partir das Constituições Primeiras do Arcebispado, Walter Fraga (1996, p. 51) ressalta que “a igreja tomava a si o controle dessa atividade por ser considerada pertencente ao reino de Deus”.

Tal como na Europa, conforme Castel (2009)

a localização privilegiada das práticas assistenciais nos conventos e nas instituições religiosas corresponde, alíás, a uma espécie de mandato social da igreja e que a torna a principal administradora da caridade. (CASTEL, 2009, p. 70).

(...) Em uma época em que os meios de enriquecimento através do comércio e das especulações financeiras ainda provocavam sentimentos de culpa, e em que, é preciso lembrar isso, os homens viveram no temor do inferno, a caridade representa a via por excelência da redenção e o melhor investimento para o além. (CASTEL, 2009, p. 64).

Com o fim do tráfico de escravos, o Estado passou a atuar no controle da mendicância, diante da necessidade de direcionar essa população para o trabalho na agricultura. Essa repressão se intensificou com a Proclamação da Independência e a ascensão da burguesia, desviando a concepção do trabalho dos aspectos morais e religiosos para o econômico.

A repressão da “vadiagem” passou a ser a principal meta para a formação do Estado. Era necessário constranger, através de medidas legais, as camadas mais pobres a sujeitarem-se ao trabalho, evitando que se rebelasse contra a nova

ordem. Algumas das medidas adotadas foram: reformulação do código criminal do império, aumentando a pena para quem não tivessem ocupação e a fundação do asilo de mendicância, cuja instituição ficou sob a jurisdição da polícia, que teve como principal objetivo remover os pedintes das ruas do centro da cidade.

Em relação à ascensão do trabalho na sociedade, o historiador Walter Fraga (1996) analisa que, nessa época,

a vadiagem passou a representar um desafio à positividade do trabalho. Assim, ao passo que o trabalho representava o mundo da ordem e da solidez moral, a vadiagem apontava para o colapso moral e para desordem social. Caberia ao Estado o papel de civilizar, restituir à ordem e tornar 'úteis' os indivíduos que enveredavam pelo mundo da vadiagem. As camadas livres antes vistas com desprezo, e por isso sujeitas à política de deportação e banimentos para o interior da colônia, passaram a ser encaradas como força de trabalho indispensável para produção de riqueza, em consequência da abolição dos escravos. Nesse sentido podemos entender porque as autoridades buscaram apertar o cerco da vadiagem nos centros urbanos. A intenção era tornar a cidade espaço inóspito para desmotivar a saída de ex-escravos do campo, do trabalho agrícola. (WALTER FRAGA, 1996, p. 170)

Após esse breve relato histórico, podemos indicar que, atualmente, a capital ainda convive com os antigos e novos problemas sociais como desemprego de massa, violência, tráfico de drogas, super posição de carências, atingindo, principalmente, áreas ocupadas pelas classes populares, além da secular discriminação étnica, pois conta com uma população de 2.675.656 habitantes. Trata-se da cidade com o maior número de cidadãos afro-descendentes fora do continente africano, recebendo, por isso, o epíteto de “Roma Negra”, segundo o IBGE (2010). Essa população ainda sofre em todas as áreas restrições de oportunidades. Diante dessa realidade, Carvalho (2008, p.101) conclui que Salvador é uma metrópole que comporta uma cidade “tradicional”, uma cidade “moderna” e uma cidade “precária”.

A modernidade da capital baiana não trouxe soluções para os problemas sociais que a acompanham ao longo de sua existência. O novo estilo de vida

apenas aumentou a distância entre ricos e pobres, uma riqueza cada vez maior, ostensiva e deslumbrante, experimentada no interior dos shoppings centers, condomínios fechados, automóveis importados e blindados que circulam nas ruas, tudo isso em face da miséria, que chega a ponto do abandono do ser humano nas ruas, até a morte.

No caso da cidade de Salvador, existem dois estudos sobre essa população. A primeira pesquisa, denominada “Diagnóstico sobre População de Rua na Cidade de Salvador”, foi desenvolvida por duas secretarias estaduais a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP), Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), atual Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES) e a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS), atual Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS), ainda contou com a participação da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Salvador e pessoas em situação de rua. Englobou as áreas de maior concentração desse segmento social,

Foi realizada durante a noite, entre os dias dois e dez de maio de 2002. O tempo de pesquisa foi breve para evitar a dupla contagem. As *peças em situação de rua* que utilizavam os serviços das unidades de atendimento para pernoite foram recenseadas nos respectivos equipamentos de acolhimento, no mesmo período, para evitar duplicidade dos dados.

A segunda pesquisa, intitulada “Relatório da Pesquisa sobre a População em situação de Rua no Município de Salvador - BA”, constitui um estudo de caráter censitário, foi coordenado pela Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direito do Cidadão (SETAD), hoje Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS), com a parceria da Fundação José Silveira (FJS) e Ministério Público do Estado da Bahia. A pesquisa foi realizada no período de seis a trinta de outubro de 2009, sendo que a coleta de dados ocorreu principalmente no período noturno.

Para a melhor compreensão do perfil desse público, confrontaremos as informações das pesquisas locais com o resultado do censo realizado no país pelo MDS no período de agosto de 2007 a março de 2008, sendo publicado em 2009 (BRASIL, 2009a).

Na pesquisa de campo realizada em 2002, foram localizados 818 moradores em situação de rua contra 2.076 encontradas no ano de 2009, resultado que apresentou divergência do estudo realizado no país, que identificou em Salvador 3.289 pessoas nessa condição, revelando um progressivo aumento dessa população na cidade. No panorama nacional, foram localizadas 31.922 pessoas, quantitativo que, somado aos números das capitais, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre estima-se chegar a uma população de 50.000 no país. (BRASIL, 2009a).

Esse grupo populacional em 2002 era formado em sua maioria 77% por pessoas do sexo masculino e 23% do sexo feminino, enquanto em 2009, o estudo apontou 79,8% e 20% respectivamente, dados que apresentam consonância com o cenário nacional, onde esse segmento social é majoritariamente formado por homens 82% e 18% por mulheres. Sendo o aumento do desemprego um dos seus principais determinantes, muitos homens perdem a capacidade de manter o papel de provedor da família, sendo levados para o “mundo das ruas”. Já em relação às mulheres, Tiene (2004) em seu estudo, destaca que

a mulher moradora de rua é minoria, se comparada à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua, que é um espaço público. (TIENE, 2004, p. 19).

Em 2002, a faixa etária de 25 a 39 anos correspondia a 33% dessa parcela da população, no ano de 2009, a maior concentração desse público (40,6%) foi registrada na faixa etária de 30 a 49 anos. A pesquisa do MDS

(BRASIL, 2009a) também constatou a predominância de homens jovens em plena idade produtiva.

Em 2002, a maioria (98%) deles eram os pretos e os pardos, enquanto em 2009 esse índice apresentou uma pequena redução para (85%). Já no estudo nacional (39,1%) se declararam pardos e (27,9%) negros, totalizando (67%).

Marcelo Paixão (2004) analisa que

os indicadores sociais sobre os negros no Brasil, frisando que se trata da segunda maior população negra do mundo, somente perdendo para a Nigéria, são absolutamente coerentes com a própria história de um país que foi o maior receptor de escravos do continente africano (...), e que manteve a população descendente dos antigos escravos ao longo do século XX, à margem de políticas sociais positivas que pudessem mitigar os efeitos deletérios do regime servil e do modo pela qual este foi abolido, isto é, na ausência de reformas democráticas que integrassem plenamente os negros e negras à nova ordem competitiva. (MARCELO PAIXÃO, 2004, p.101).

No que se refere à escolaridade, no ano de 2002, 56% declaram nível de escolaridade fundamental incompleto, contra 64,1% no ano de 2009, percentuais compatíveis com contexto nacional, que revelou que 63,5% dessa população não concluiu o ensino fundamental. A baixa escolaridade é uma das principais causas da exclusão dos *moradores em situação de rua* do mercado de trabalho. Conforme Marcelo Paixão (2004, p. 72), “no plano educacional, os negros também apresentavam indicadores sensivelmente piores do que os brancos”. De acordo com o CENSO/IBGE, de 2010, “no Brasil os pretos 14,4% e pardos 13,0% apresentam um percentual de analfabetismo três vezes maior do que os brancos 5,9%”.

A pesquisa de 2002 indicou que 44% desse segmento social procedia de Salvador. Já em 2009, essa porcentagem aumentou para 74%. A realidade de a porcentagem da capital baiana não se distinguir daquela encontrada nacionalmente, teria sido constatada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2009a) que informou serem 76,1% desse grupo originário do mesmo



local em que se encontra ou de locais próximos, situados no mesmo Estado. Conforme o segundo estudo

diferentemente do observado em outros momentos da história do Brasil, quando a migração campo-cidade se destacava como um fator importante para o fenômeno população em situação de rua, atualmente, esse segmento social em Salvador e em outras cidades do país tem sua origem na área urbana. (SALVADOR, 2009, p. 24).

Na primeira pesquisa, foi observado, em relação ao tempo de permanência nas ruas, que a maioria – 65% – estava ali há menos de um ano, vivendo nessa situação. 17% moravam de um a menos de cinco anos, 7% de cinco a menos de 10 anos e 11% estava na rua há mais de 10 anos. Em 2009, quase 80% já estava morando nas ruas há dois ou mais anos. No Brasil, o estudo constatou que 48,4% vive na rua há mais de dois anos e cerca 30% encontra-se nessa situação há mais de cinco anos. Maria Lucia da Silva (2009, p. 159) analisa que “o tempo de permanência dessa população nas ruas está aumentando, sem que, em âmbito federal, sejam formuladas e implementadas políticas públicas destinadas ao enfrentamento do problema”.

Quanto ao motivo para estarem em situação de rua, em 2002, 33% respondeu tratar-se de problemas familiares, 27% pelo consumo abusivo de álcool/drogas e 25% por desemprego, enquanto em 2009, 22,5% declarou problemas familiares, 21,7% desemprego e 16,2% consumo abusivo de álcool/drogas. Na pesquisa nacional, as principais causas por eles assinaladas foram 35,5% alcoolismo e/ou drogas, 29,8% desemprego e 29,1% desavenças com familiares. O censo realizado pelo MDS (BRASIL, 2009a, p. 87) ainda apontou que “71,3% dos entrevistados citaram pelo menos um desses motivos, muitas vezes de forma correlacionada, ou indicando uma relação causal entre eles”.

Em 2002, assim como em 2009, a maioria das pessoas em situação de rua se concentrava nas áreas centrais da cidade (41%) e (45,2%)

respectivamente, revelando a importância dessa região para sua vida. Para Escorel (2003, p.139), “a população em situação de rua distribui-se na geografia da cidade segundo as possibilidades de obtenção de rendimentos e de resolução de suas necessidades básicas”.

Em 2002, essas pessoas (35%) se dedicavam principalmente à mendicância, mas, em 2009, isso mudou. A reciclagem é declarada como primeira ocupação por 46,6% dos informantes. No cenário nacional, 70,9% exerce alguma atividade remunerada e, dentre esses afazeres, destacam-se catador de materiais recicláveis 27,5%, flanelinha 14,1%, trabalho na construção civil 6,3%, limpeza 3,1% e carregador estivador 3,1%. Verificamos que a reciclagem se tornou a principal fonte de recursos para esse público-alvo. Tais informações são importantes, segundo o MDS (BRASIL, 2009a, p. 93) “para desmitificar a percepção de que a população de rua é composta por “mendigos e “pedintes”.

Conforme verificamos através dos estudos sobre a referida população no contexto nacional, é possível afirmar que esse grupo sofre todas as formas de injustiças sociais e essas pessoas, então, criam, diariamente, estratégias para sua sobrevivência. Apresentamos, a seguir, um quadro síntese das entrevistas realizadas com pessoas que ainda estão em situação de rua ou a vivenciaram. Observamos que os entrevistados apresentam características análogas aos perfis apresentados pelas pesquisas realizadas nas principais cidades brasileiras. Na seção seguinte, analisaremos a trajetória da proteção e da Política de Assistência Social no país, além da luta do MNPR para garantir a esse grupo o direito de viver com dignidade. É dentro desse contexto, que o Brasil começa a discutir e a implantar políticas públicas para esse segmento social

**Quadro 1 - Dados Gerais das Pessoas que Estão nas ruas ou Passaram por Situação de Rua Entrevistadas Salvador, 2013**

Nome	Idade <sup>1</sup>	Declaração cor/etnia <sup>2</sup>	Natural	Escolaridade	Estado Civil	Profissão/Ocupação	Motivo para viver nas ruas	Consumo de drogas lícita/ ilícitas	Quanto tempo vive ou viveu nas ruas	Demanda para órgãos públicos?
Gabriel	63 anos	Negro	Salvador	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Artesão	Morte do genitor	Bebida alcoólica	40 anos	N/D
Sebastião <sup>3</sup>	37 anos	N/D	São Paulo	N/D	Separado	Segurança	Consumo de bebida alcoólica	Não	05 meses	N/D
Irene <sup>3</sup>	46 anos	Negra	Itapetinga/BA	Ensino Médio incompleto	Casada	N/D	Morte dos genitores	Não	16 anos	Garantia de Direitos
Cecílio	36 anos	Negro	Salvador	Ensino Fundamental incompleto	Separado	Ajudante de pedreiro	Uso de drogas	Maconha	10 anos	Emprego
Tulio	34 anos	Pardo	Fortaleza/CE	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Zelador	Desemprego	Não	07 meses	Trabalho
Nina	29 anos	Parda	Salvador	Ensino Fundamental incompleto	Solteira	N/D	Uso de drogas	Crack	01 ano	Trabalho
Judite <sup>3</sup>	45 anos	N/D	Pernambuco	N/D	Casada	Educadora Social	Uso de drogas	Não	20 anos	Tratamento para as drogas
Domingos	51 anos	Negro	Salvador	Alfabetizado	Solteiro	Pedreiro	Consumo de bebida alcoólica	Bebida alcoólica	10 anos	N/D
Juliano	28 anos	Negro	Aracaju/SE	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Ajudante de pedreiro	Uso de drogas	N/D	N/D	Trabalho
Manoel	57 anos	Moreno claro	Salvador	Ensino Médio completo	Separado	Motorista de Taxi	Morte dos genitores	Bebida alcoólica	01 ano	Educação
José <sup>3</sup>	33 anos	Galego	Piauí	Ensino Médio incompleto	Solteiro	Caixa de Lanchonete	Consumo de bebida alcoólica	Não	N/D	N/D

Fonte: Levantamentos de campo.

1 Idade declarada no momento da entrevista

2 A classificação tem como base a autodeclaração

3 Pessoas que vivenciaram a situação de rua que estão inseridas em movimento social, projetos sociais, mercado formal e informal de trabalho.

**Quadro 1 - Dados Gerais das Pessoas que Estão nas ruas ou Passaram por Situação de Rua Entrevistadas (continuação)**  
Salvador, 2013

Nome	Idade <sup>1</sup>	Declaração cor/etnia <sup>2</sup>	Natural	Escolaridade	Estado Civil	Profissão/Ocupação	Motivo para viver nas ruas	Consumo de drogas lícita/ ilícitas	Quanto tempo vive ou viveu nas ruas	Demanda para órgãos públicos?
Romão <sup>3</sup>	63 anos	Pardo	Canavieira/BA	N/D	Solteiro	Educador Social	Consumo de bebida alcoólica	Não	15 anos	N/D
Rui	38 anos	Negro	Salvador	Alfabetizado	Separado	Guarda carro	Uso de drogas	Não	31 anos	Abrigo bom
Ricardo	33 anos	Negro	Salvador	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Pintor	Conflitos Familiares	Bebida alcoólica	02 meses	Trabalho
Fausto	37 anos	Pardo	São Paulo	Ensino Médio incompleto	Casado	Caminhoneiro	Desemprego	N/D	15 dias	N/D
Horacio	20 anos	Pardo	Cuiabá/MT	Ensino Superior incompleto	Solteiro	Sushiman	Foi assaltado	Não	N/D	N/D
Mel	39 anos	Parda	Salvador	Ensino Fundamental incompleto	Separada	Manicure	Uso de drogas	N/D	N/D	Casa
Manolo	33 anos	Moreno	Salvador	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Catador	Desemprego	N/D	02 anos	N/D
Bela	43 anos	Branca	Curitiba/PR	Ensino Fundamental completo	Solteira	Artesã	Morte da genitora	Não	29 anos	Médico
Zico	58 anos	Parda	Utinga/BA	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Vendedor de doce	N/D	N/D	02 anos	N/D
Souza <sup>3</sup>	52 anos	Negro	Andaraí/BA	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro	Beneficiário do Bolsa Família	Conflitos Familiares	Não	35 anos	Mais direitos
Joel <sup>3</sup>	38 anos	Branco	São José dos Campos/SP	Ensino Superior completo	Divorciado	Técnico de Informática	Conflitos Familiares	Não	03 anos	Mais Republica e Centro 24h

Fonte: Levantamentos de campo.

1 Idade declarada no momento da entrevista

2 A classificação tem como base a autodeclaração

3 Pessoas que vivenciaram situação de rua que estão inseridas em movimento social, projetos sociais, mercado formal e informal de trabalho.

## CAPÍTULO 2: PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

*Ninguém respeita a Constituição. Mas todos acreditam no futuro da nação. (Renato Russo).*

No decorrer deste capítulo, buscaremos compreender o histórico da proteção social no Brasil, a partir das primeiras normas legais até a promulgação da Política de Assistência Social, observando como essa proteção tem chegado à população *em situação de rua* e influenciado teoricamente em suas conquistas, através da organização do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) em sua luta pelo acesso às políticas sociais.

A atenção social no Brasil, antes da década de 30, era restrita basicamente aos cuidados da família, da caridade das associações comunitárias e religiosas e da repressão da polícia. Para tanto, de início, cabe lembrar com Sposati et al (1987) que

até 1930 a consciência possível em nosso país não aprendia a pobreza enquanto expressão da questão social. Quando esta se insinuava como questão para o Estado, era de imediata enquadrada como “caso de polícia” e tratada no interior de seus aparelhos repressivos. (...) A pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos. A competência cotidiana para cuidar de tal “fenômeno” era colocada (...) para organismos atrelados às igrejas. (SPOSATI et al, 1987, p. 41).

A partir dos anos 30 as primeiras leis e políticas voltadas para área social foram implementadas no governo Vargas, com o objetivo de atender os empregados dos setores estratégicos, cobertos pelo emprego formal, não alcançando um grande contingente de trabalhadores ocupados em atividades do setor informal da economia.

Em relação ao trabalho, foi criado o Ministério do Trabalho, o sistema de previdência iniciou-se com os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs); na Educação foi inaugurado o Ministério da Educação e Saúde Pública e na Assistência Social as ações foram centralizadas na Legião Brasileira de

Assistência (LBA). É importante registrar que esses direitos foram conquistados a partir da resistência e lutas impostas pelos movimentos dos trabalhadores. Behring e Boschetti (2007) destacam que a criação dos direitos sociais no Brasil resultou

da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 79).

No período 1930 a 1943, foram introduzidas as primeiras políticas sociais no país. No que se refere à assistência social, foi criado o Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS) e manteve-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), organização que, inicialmente, foi fundada com o objetivo de prestar atendimento às famílias dos militares que lutaram na segunda guerra mundial. Formada por instituições privadas, com característica assistencialista, ficou sob a coordenação da primeira dama. Como assinala Ivo (2008, p. 122) em relação a LBA “ela contribuiu pouco para o bom desempenho das políticas públicas voltadas para os setores mais carentes da população”.

Ao longo do regime militar, essa proteção foi estendida a novas categorias, pois, a partir dos anos 50 e 60, o país passou por um processo de modernização, mas que não incorporou o grande número de trabalhadores alijados do mercado, que viviam em condições de extrema pobreza, reproduzindo, como destaca Ivo, um projeto de “modernização conservadora” (2008, p. 124).

Na década de 80, surgem os primeiros sinais do fracasso do modelo econômico implantado pela ditadura. A partir da Constituição de 1988, foi estabelecido, tardiamente, no país, um padrão público universal de proteção social, através da seguridade social, formado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, mas que não se consolidou.

Em relação à Política de Assistência Social, regulamentada cinco anos depois pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, nº. 8742, de 07 de dezembro de 1993). Em seu artigo primeiro institui que

a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, (BRASIL, 1993).

A Assistência Social foi elevada à política de direito não contributiva, voltada para os que dela necessitarem, mas é a política que tem mais dificuldades para se consolidar. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foi dissolvida a LBA através da Medida Provisória nº. 813 em 01 de janeiro de 1995, mas na mesma norma legislativa foi lançado o Programa Comunidade Solidária (PCS), em detrimento do estabelecido na Lei Maior.

Para Pereira (2008, p.172), “(...) o Comunidade Solidária acabou por reeditar ações assistencialistas da Legião Brasileira, fruto da era Vargas, tão abominadas pelo governo, e pior, desconsiderou determinações constitucionais”.

O governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, entre outras medidas, extinguiu o PCS, rearticulou o Conselho Nacional de Assistência Social, centralizou as ações referente à Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além de aprovar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), implantando no país o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é um “sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira”. (BRASIL, 2010, p. 82).

No que diz respeito à configuração da Assistência Social, na contemporaneidade, podemos destacar: primeiro, que a Assistência Social não conseguiu estabelecer um acesso universal, sendo caracterizada como uma

ação direcionada aos segmentos mais vulneráveis da população. Como explicam Yazbec (2001), Silva (2013) foram implantados programas seletivos e focalizados, em detrimento dos direitos sociais universais preconizados nos marcos legais (a Magna Carta de 1988 e a LOAS de 1993).

Segundo, a eleição da família como núcleo social fundamental das suas ações. Para Teixeira (2012), a família tem “ressurgido” no contexto das políticas sociais “pós-ajuste” como agente de proteção social informal dos seus membros. A responsabilidade da família em prover as necessidades dos seus componentes, que já ocorria movida pelos laços afetivos e de solidariedade, virou obrigação, possível de ser reclamada judicialmente, inclusive com punição. A autora (idem, p. 108) ainda salienta “que é o retorno da família como agente principal do bem-estar social”.

Terceiro, a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Como nos conta Yazbeck (2001),

O Estado Brasileiro hoje é um Estado que, conforme afirma o Plano Diretor da Reforma do Estado, não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. É um Estado comprometido com os ajustes econômicos, para o qual o enfrentamento das desigualdades sociais passa a ser tarefa da sociedade ou de uma ação estatal irregular e tímida, apenas suficiente para minimizar as conseqüências negativas dos programas de ajuste estrutural. É o retorno ao Estado assistencialista que trata a assistência social aos pobres como dever moral, e não a partir do reconhecimento de direitos. (YAZBECK, 2001, p. 43).

Quarto, a monetarização da política de assistência social, que trata do repasse de dinheiro aos beneficiários dos programas sociais e de transferência de renda como uma estratégia para alavancar o consumo e aliviar tensões em detrimento da garantia ao acesso às políticas sociais universais e de qualidade, Pereira (2012) ressalta que a monetarização da política social, visa fortalecer o mérito individual do pobre, de conseguir por meio do mercado a satisfação de suas necessidades. Aposta no poder fetichista do dinheiro que transforma os assistidos em consumidores e pagadores de impostos. Ademais, transforma



esse tipo de consumidor em portador de cartão de crédito ou comprador de produtos a prazo e, por conta disso, permanentemente endividado.

Quinto, a Política passa a ocupar uma posição de centralidade na seguridade social. Como nos mostra Mota (2010), enquanto a saúde e a previdência são cada vez mais privatizadas, restringindo o acesso da população, a assistência social se amplia, na medida em que se transforma no principal meio de proteção social no Brasil e não como mediadora de acesso a outras políticas, como o trabalho.

A referida autora, ainda salienta que

...ao absorver as demandas do agravamento das condições de vida e trabalho da população brasileira através de políticas compensatórias, como é o caso da Assistência Social, o Estado brasileiro define sua principal estratégia de enfrentamento da “questão social”. Nestes termos, a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social, (MOTA, 2010, p. 144).

Nesse sentido, Demo (2001, p. 49) com muita propriedade comenta que “a Assistência Social não é política social central. (...) Daí não segue que a Assistência Social dá conta de tudo, (...) até porque nenhuma política social, tomada isoladamente, é efetiva”. Corroborando esse pensamento, Vilmar Faria (1999) afirma que

é crucial para o Brasil reorganizar a assistência social, pois nenhum país do mundo pode prescindir de uma área de assistência social forte, institucionalmente bem estabelecida, que não esteja fundada no clientelismo, nem na estigmatização de quem recebe os benefícios, nem na precariedade, nem na incerteza. Parece-me absolutamente fundamental que se desenvolva um sistema eficiente de assistência social para aqueles, que sempre existirão, que precisam dessa área. (VILMAR FARIA, 1999, p. 60)

É dentro desse contexto, que ressaltamos a população em situação de rua, segmento social formado, majoritariamente, por homens, jovens, negros,

com baixa escolaridade e sem qualificação profissional, além de apresentar um organismo fragilizado pelas condições de extrema pobreza em que vivem.

Esse grupo apresenta vínculos familiares e comunitários interrompidos e sem possibilidade imediata de integração ao mercado de trabalho, colocando-se portanto, como público-alvo da política de assistência social, mas que não são alcançáveis pelos programas de transferência de renda. Trata-se de cidadãos desprotegidos, em um país que possui um sistema de proteção social de caráter universal. Segundo Ivo (2008, p, 219), “são aqueles em tempo de espera, os excluídos da proteção social”.

O Governo Federal implementou algumas ações com o objetivo de atender às demandas apresentadas por esse grupo populacional, mas ainda é incipiente para tornar as políticas públicas alcançáveis para esse segmento. Considerando as informações colhidas no 1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009a), atualmente

a grande maioria desta população não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais”. (BRASIL, 2009a, p. 97).

Contudo, esse segmento social começa a se organizar no Movimento Nacional de População em Situação de Rua que, atualmente, se faz presente nas principais cidades do país. No item a seguir, detalharemos esse novo Movimento Social que ganha cada vez mais visibilidade na sociedade brasileira.

## **2.1 Movimento da População de Rua e suas conquistas.**

Nos finais dos anos 70, foram registradas as primeiras iniciativas de organização da população em situação de rua no país. Para Sposati (1998), esse segmento social começa a transição do estado de isolamento para o coletivo, um grupo com demandas comuns, sendo a falta de moradia a principal

delas. Na década de 80, ocorreu o reconhecimento público desse segmento populacional, antes assistido apenas pela igreja, através da caridade, conquista que os tornaram alcançáveis pelas políticas públicas.

O ápice desse processo de organização foi a mobilização em torno da criação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), durante um protesto contra o ataque que vitimizou quinze moradores em situação de rua, nos dias 19 e 22 de agosto de 2004, enquanto dormiam na Praça da Sé, centro de São Paulo. Naquela chacina, sete pessoas foram mortas com golpes na cabeça e oito ficaram feridas. Atos semelhantes foram registrados em vários pontos do país, os assassinatos ganharam grande repercussão nacional e internacional, mas, até hoje, não houve identificação e punição dos responsáveis. A violência vivenciada por esse segmento da população motivou a mobilização das pessoas que fazem da rua seu habitat de moradia e trabalho.

Em seu estudo sobre esta problemática, Pizzato (2012) destaca que o Movimento Nacional de População de Rua foi lançado publicamente em 2005, na cidade de Belo Horizonte, durante o 4º Festival do Lixo e Cidadania, em que o apoio do Movimento dos Catadores de Materiais foi fundamental para a consolidação e reconhecimento do MNPR.

Pizzato (2012), fazendo referência a Gohn, salienta o surgimento de um movimento inédito entre as classes populares, o dos moradores em situação de rua.

Seus atores são uma categoria social que antes era vista de forma individual, através da filantropia, como mendigos, e que agora assume caráter coletivo, pois são famílias inteiras que passaram a morar debaixo de pontes, viadutos e outros espaços públicos, devido ao empobrecimento, desemprego e à falta de uma opção barata para a locação. (GOHN, 1997, apud PIZZATO, 2012, p. 75)

Homens e mulheres formam o MNPR, tendo como objetivo principal, uma sociedade mais justa, com direitos e dignidade para todos, através de políticas

públicas que priorizem as particularidades desses sujeitos e possibilitem uma vida digna para as pessoas que se encontram vivendo em extrema pobreza nas ruas. Para esse fim, elegeram os seguintes princípios balizadores: apoio mútuo interno, solidariedade com causas sociais, não violência, ação direta, democracia, igualdade e controle social.

O MNPR busca mostrar à sociedade as condições de risco e extrema vulnerabilidade social às quais está exposta a *população em situação de rua*, e avançar na luta por direitos, para alcançar os objetivos citados. Atualmente, mantém coordenações regionais nas cidades de Cuiabá, Brasília, Curitiba, Manaus, Natal, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, realizam encontros, fóruns de discussões, manifestações em Dias de Luta e participam do Conselho Nacional de Assistência Social e Monitoramento.

Em relação aos poderes públicos, a partir de 2004 – o atendimento das demandas desse segmento que antes era viabilizado de forma residual e precária por ações implementadas nos três níveis de governo – passou a fazer parte da agenda social do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). No quadro a seguir, destacamos alguns marcos importantes nesse sentido, de acordo com MDS (2014).

**Quadro 02 - Atividades e Conquistas do Movimento Nacional de População de Rua (2005 a 2014)**

<b>Ano</b>	<b>Conquista</b>	<b>Ação</b>
2005	Realização do 1º Encontro Nacional de População em Situação de Rua.	Fomentar o debate entre ONGs, representantes do governo, fóruns e entidades representativas da população em situação de rua e técnicos sociais, no intuito de definir estratégias para a construção de políticas sociais.
2006	Participação no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).	Propor diretrizes e propostas de políticas públicas para a inclusão social desse grupo populacional.
2007/2008	1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.	Atender uma demanda da sociedade civil e dos movimentos sociais, visando à produção de conhecimento sobre esse segmento social para subsidiar a formulação de políticas públicas.
2008	Eleição de 01 representante da População em Situação de Rua para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).	Representação e Visibilidade desse grupo populacional.
2009	Instituição da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053 de 23/12/09). Realização do 11º Encontro Nacional para a População em Situação de Rua. Constituição do Fórum Provisório da População em Situação de Rua. Constituição do Comitê Técnico de Saúde para População em Situação de Rua (Portaria nº 3.305 de 28 de dezembro 2009). Resolução CNAS nº 109, de 11/11/2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.	Orientar ações que devem ser efetivadas no âmbito das diversas políticas, não se restringindo à assistência social. Discutir e consolidar proposta da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Promover o debate entre representantes de diversas cidades como: Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Juiz de Fora, Distrito Federal, Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro. Propor ações que visem garantir o acesso à atenção à saúde, pela população em situação de rua, aos serviços do SUS. Cuidar da padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS (Abordagem Social, Centro Pop, Casa de Passagem e Republica).
2010	Implementação de projeto, ações de capacitação de lideranças, seminários e fóruns, além da confecção de materiais de divulgação do Movimento. Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de novembro de 2010.	Fortalecer do MNPR em vários pontos do país. Orientar municípios e o Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único.
2012	Realização 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua em Salvador – Bahia.	Usar o tema: “Protagonizando História e Garantindo direitos”, visando ao fortalecimento do MNPR.
2014	Realização do 2º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua em Curitiba – Paraná.	Utilizar o tema: “O direito a ter direitos”, com o objetivo de discutir as políticas públicas como instrumento de realização de direitos e fortalecimento do Movimento.

Fontes: MDS (2014) – MPR Salvador (2014).

A pesquisa documental para análise do Movimento da População em Situação de Rua no Brasil indica os progressos desse movimento social, próximo de completar uma década, pois desenvolveu várias ações em prol da luta pela defesa dos direitos das pessoas que vivem na rua. Assim, organizou encontros, seminários e congressos, visando à mobilização desse público e ao fortalecimento do Movimento em torno da defesa dos seus direitos. Tivemos, então:

- \* A realização da primeira pesquisa nacional sobre esse segmento social viabilizando o conhecimento do quantitativo e características desse grupo, subsidiando, assim, a formulação de políticas sociais.

- \* A participação nas instâncias institucionais, a exemplo do CNAS, GTI, que são fundamentais para que os direitos dessa parcela da população sejam reconhecidos, garantidos e efetivados com seu protagonismo, sendo porta-voz de suas reivindicações.

- \* A constituição do Fórum Provisório da População em Situação de Rua, com o objetivo de fomentar o debate sobre essa problemática, nas principais capitais brasileiras.

- \* A presença nas maiores cidades do país através da instalação de coordenações regionais e, ainda,

- \* A promulgação de normas que visam assegurar o acesso desse segmento social aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

## 2. 2 Movimento População de Rua em Salvador

O processo de organização do Movimento de População de Rua, em Salvador, se iniciou com um grupo de pessoas em situação de rua, incentivados pela Pastoral da Rua de Minas Gerais e da Rede Rua de São Paulo a participarem de eventos em todo país, voltados para a discussão dessa problemática. A partir dessa experiência, as lideranças começaram a mobilização desse segmento na cidade, primeiramente pelos indivíduos que dormiam no bairro do Comércio, e logo depois expandiram as ações para outras áreas. Como destacou, em sua entrevista, Irene, 46 anos, uma das lideranças do Movimento,

passamos um ano, toda segunda-feira a gente tava na rua no Comércio. No começo na “praça da mão”, na frente do SAC, depois no Aquidabã, na Piedade, a gente sentava e conversava com o pessoal. A gente levava uma garrafa com dois litros de refrigerante sentava e começava a discutir política com eles.<sup>7</sup>

Em 21 de março de 2010, foi lançado o Movimento de População de Rua em Salvador, com a presença do Coordenador nacional e a participação 150 pessoas que vivenciavam a situação de rua. Inicialmente, as reuniões foram realizadas em diversos locais, como a Comunidade da Trindade, a Ação Social Arquidiocesana (ASA) e a Igreja Batista do García e essa variedade de locais provocava o esvaziamento dos encontros.

Em junho desse mesmo ano, em resposta à solicitação das lideranças do MPRS para a disponibilização de um espaço fixo nas dependências da Igreja, o

---

<sup>7</sup>“Praça da Mão”, como é chamada pelas pessoas em situação de rua a Praça Marechal Deodoro da Fonseca no bairro do Comércio, antigo centro financeiro de Salvador. Desde o ano 2000 o local é adornado por um monumento em forma de duas mãos entrelaçadas com mapas da América do Sul e Central em uma mão, em baixo relevo, e da Península Ibérica, em outra mão, do artista Kennedy Salles em homenagem a Associação Ibero Americana de Câmaras de Comércio - AICO. (Esculturas Urbanas, 18.06.2010).

Convento de São Francisco cedeu o antigo refeitório dos pobres, conhecido como “Chico”, que estava desativado, para instalação da sede do Movimento. Segundo a entrevistada “como a gente não tinha idéia de onde seria a próxima reunião, a gente tinha um esvaziamento muito grande, (...) as nossas reuniões eram com 10 a 15 pessoas, hoje, as nossas reuniões são com 130 pessoas”. O depoimento revela a dificuldade para mobilizar e organizar o Movimento, confirmando aspecto também identificado por Pinto (2007) que, em sua pesquisa afirma:

este movimento não é linear, não é completo, nem pleno. Possui falhas e obstáculos, como todo processo. Mas seu valor está em ser desempenhado por moradores de rua. (PINTO, 2007, p. 14).

Na atualidade, o MPRS conta com a colaboração de diversas instituições, como: as Voluntárias Sociais, o Projeto Ideal e o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos que disponibilizam diversos recursos, inclusive, profissionais, como a secretária e o técnico de serviço social que trabalham na sede do Movimento.

Em sua declaração, Irene destacou que o mais importante é discutir sobre a população em situação de rua, fora do âmbito do assistencialismo, mas sim de políticas públicas. O Movimento está sendo muito solicitado para discutir quem é a população de rua e como se encontra hoje. Há três anos, não se debatia nada disso.

Quanto às conquistas do Movimento em Salvador, a entrevistada ressaltou o lançamento do Projeto Bahia Acolhe, pelo Governo do Estado, como um grande avanço que potencializou o trabalho do MPRS e ampliou seu campo de ação para outros municípios, como Feira de Santana, Vitória da Conquista e Jequié, onde o projeto também foi implantado. Esses últimos, por questões de limitação de tempo não serão abordados.

No que se refere aos desafios, o Movimento planeja ações voltadas para combater o estigma e o preconceito que ainda são muito fortes na sociedade, através de campanha informativa veiculada pela mídia escrita e falada em todo



Estado, trabalhar a violência policial e fazer com que as Secretarias exerçam a intersetorialidade. De acordo com a liderança,

As Secretarias não sabem e não conseguem trabalhar de uma forma intersetorial, ainda é muito na sua panelinha, isso gera um desgaste enorme pro Movimento (...). Eu acho que o grande entrave é justamente isso, tirar as políticas do papel e fazer com que as secretarias possam começar a trabalhar de uma forma intersetorial, aí o Movimento vai poder fazer aquilo para que ele veio. Visitar as pessoas, ver como estão às coisas, monitorar os equipamentos e não esse desgaste de tá fazendo as coisas, que não é papel da gente tá fazendo, como preparar capacitações profissionais, acompanhamento social e psicológico para as famílias que vão fazer a transição para as casa do Programa Minha Casa Minha Vida. Mas também de outro lado, nenhuma secretaria pode olhar pra cara da gente e dizer que é impossível de fazer, porque a gente mostra pra eles. Olha que a gente se organiza sem dinheiro, vivendo desse jeito, com voluntariado, mas consegue esse 'bum' para que as coisas possam acontecer.

Segue o quadro síntese das atividades e conquistas do MPR Salvador.

**Quadro 03** - Atividades e Conquistas do Movimento da População de Rua Salvador (2010 a 2014)

<b>Conquista</b>	<b>Ação</b>
Lançamento do Projeto Bahia Acolhe (Decreto 13.795/12).	Implementação da rede socioassistencial, avanço das atividades do Movimento,
Sede do 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua em Salvador (2012).	Fortalecimento do Movimento em Salvador.
Parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).	52 pessoas já foram beneficiadas com apartamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida e 133 estão inscritas.
Parceria com a Secretaria Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).	Organização de capacitação para pessoas em situação de rua.
Parceria com empresas do ramo de construção civil.	Abertura de postos de trabalho para esse segmento.
Parceria com Universidades (públicas e privadas).	Pesquisa e abertura de campo de estágio.
Lançamento do Caderno de Orientação – Centro Pop Rua em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES).	Caderno de Orientação para Implantação e Funcionamento do Centro Pop Rua
Criação da Política Municipal para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Monitoramento e Acompanhamento, através do Decreto n. 23.836 de 22/03/2013.	Garantir o acesso às políticas públicas para esse segmento social
Fundação da Associação RUAATUA (2013).	Possibilitar a realização de convênios com órgãos públicos e instituições privadas para realização de capacitação para o mercado de trabalho, obter recursos e contratar pessoas que vivem nas ruas para trabalharem na entidade.
Criação da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Institui e dá outras providências. Lei nº 12.947 de 10/02/2014.	Assegurar os direitos sociais da população em situação de rua, criando condições para promover a garantia dos seus direitos fundamentais, da sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Fonte: MPR Salvador (2014).

Em relação aos avanços do Movimento na capital baiana, podemos destacar a organização de eventos, entre eles a realização do 1º Congresso das *pessoas em situação de rua*, ocasião importante para a visibilidade e o fortalecimento desse segmento social.

Parcerias com instituições públicas e privadas visando à capacitação, moradia, posto de trabalho para atender às demandas desse grupo populacional.

Lançamento do Projeto Bahia Acolhe e do Caderno de Orientação para a implantação e funcionamento do Centro POP, iniciativas relevantes para ampliar e organizar os serviços de atendimento.

Instituição das Políticas Estadual e Municipal para a População em Situação de Rua que visam assegurar os direitos sociais desse público

Criação da Fundação RUAATUA com o objetivo de consolidar o Movimento.

É importante destacar que o Movimento Nacional de População de Rua conseguiu importantes conquistas, que possibilitaram a saída dessa população da situação de absoluta invisibilidade, pois não eram percebidos pelos poderes públicos e nem por significativa parcela da sociedade. A partir da organização desse segmento social surgiram as primeiras normas com o objetivo de atender suas demandas, mas essas conquistas ainda são bastante insuficientes, promove um mínimo de assistência, como pernoite, alimentação, higiene pessoal, além de encaminhamentos para serviços de saúde, aquisição de documento e assistência social, não garantindo medidas que, de fato, viabilizem a inclusão social dos moradores em situação de rua.

Neste capítulo, analisamos a configuração da proteção e da Política de Assistência Social no Brasil, em cujo cenário é possível afirmar que a reparação das injustiças sociais só ocorrerá a partir da efetivação de políticas públicas que possibilitem o acesso a trabalho e renda, habitação, saúde, educação,

segurança, lazer, a reinserção social plena. No capítulo 3, descreveremos a rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua na cidade.

### **CAPÍTULO 3: ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR<sup>8</sup>**

*Bebida é água. Comida é pasto. Você tem sede de que? Você tem fome de que? A gente não quer só comida, A gente quer comida, diversão e arte. (Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito).*

O entendimento da condição da *população em situação de rua* em Salvador requer que se apresente como se constituiu a rede socioassistencial. No caso do município soteropolitano, a rede de proteção abrange tanto instituições públicas como filantrópicas. Buscaremos, também, conhecer a assistência prestada por entidades de cunho religioso, destinada a esse segmento social.

A partir da luta do MNPR com o setor público, surgiram, principalmente na esfera federal, como já foi mencionado, os primeiros aparatos legais e organizativos direcionados à garantia de direitos desse segmento social. Podemos destacar a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2010), e mais especificamente a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b). Esta última estabelece entre os seus princípios o respeito à dignidade da pessoa humana e o atendimento humanizado e universalizado, além de determinar um padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento, que deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de assistência nas áreas urbanas.

A Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009c), estabelece a padronização, em todo o território nacional, dos serviços de proteção social básica, média e de

---

<sup>8</sup>Neste capítulo, voltaremos à 1ª pessoa do discurso, em função do contato direto com as situações e pessoas aqui descritas.

alta complexidade, em relação ao atendimento, público-alvo, propósito de cada um deles e os resultados para a garantia de direitos. Com base nessas normas legais, relacionamos, a seguir, os serviços específicos para atendimento às pessoas que vivenciam a situação de rua.

### **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade<sup>9</sup>**

**Serviço Especializado de Abordagem Social** - deve ser ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar um trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos, onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar o atendimento de necessidades imediatas e promover a inserção das pessoas em situação de rua na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

**Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua** - tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

---

<sup>9</sup>São considerados serviços de média complexidade, conforme a PNAS, aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requer maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado. (BRASIL, 2010, p. 38).

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir para a construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, alimentação e provisão de documentação civil e proporcionar endereço institucional para utilização, como referência do usuário.

Nesse serviço, deve realizar-se a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim como um melhor acompanhamento do trabalho social.

### **Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade<sup>10</sup>**

**Serviço de Acolhimento Institucional** – Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de auto-sustento.

Deve estar distribuído no espaço urbano, de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos.

---

<sup>10</sup>Os serviços de proteção social especial de alta complexidade de acordo a PNAS, são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. (BRASIL, 2010, p. 38).

Pode ser desenvolvido em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de cinquenta pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto, ou em unidade institucional de passagem, para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

As instituições de atendimento devem ofertar acolhida em condições de dignidade, promovendo acesso a ambiente físico adequado, guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, regularização de documentos, proporcionar endereço institucional como referência do usuário, encaminhamento para benefícios e serviços socioassistenciais, além de atividades culturais e esportivas

**Serviço de Acolhimento em Repúblicas** - destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Oferece tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual, formulado em conjunto com o profissional de referência. As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas. O atendimento deve apoiar a qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida.

As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

No caso de Salvador, a rede de proteção é formada por instituições dos governos municipal, estadual e da sociedade civil. O município, por meio da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS), Coordenação de Proteção Social Especial ampliou a oferta de serviços a partir



de 2012, com a implantação de mais duas instituições de atendimento, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das oito às dezessete horas, na Cidade Baixa e no Centro Histórico, áreas de concentração desse público, com o objetivo de prestar atendimento para jovens a partir de dezoito anos, adultos e idosos. A rede passou a contar com os seguintes serviços: Projeto de Atendimento Itinerante, dois Centros de Convivência Brasil e do Cidadão, Casa da Cidade e Abrigo de Salvador.

O Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, Superintendência de Assistência Social - SAS, lançou em 21 de março de 2012 o Programa Bahia Acolhe, instituído pelo Decreto n. 13.795/12 (BAHIAL, 2012a), no 1º Congresso do Movimento Nacional de População de Rua, tendo como tema “Protagonizando Histórias e Garantindo Direitos” que aconteceu em Salvador, nos dias dezenove e vinte de março do mesmo ano, no Centro de Treinamento de Líderes, no bairro de Itapuã.

Nessa ocasião, o chefe do executivo estadual, Jaques Wagner, na presença da Ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, declarou: “vamos combater qualquer tipo de preconceito, seja religioso, racial, por opção sexual ou contra moradores de rua. Por isso lançamos o Bahia Acolhe” (JORNAL AURORA DA RUA, 2012).

As ações promovidas pelo Programa Bahia Acolhe (BAHIA, 2012a), têm por objetivo a garantia dos direitos e a inclusão na rede de proteção social básica e especial de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que estão em situação de risco social e pessoal, vivendo nas ruas, vítimas de violência, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, assegurando proteção social, reconhecendo suas demandas e necessidades para promover as seguranças de acolhida e sobrevivência, fortalecendo, preservando ou restabelecendo vínculos familiares e comunitários.

Ele tem como princípios a descentralização das ações, cabendo à esfera Estadual a coordenação e a formulação das normas gerais, e a coordenação da execução direta às esferas Municipais, bem como as organizações não governamentais de assistência social em caráter complementar. (BAHIA, 2012a).

O modelo é o de um Estado que reduz suas intervenções no campo social, que apela à solidariedade e se apresenta como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais. A palavra parceria ganha força (privatização também). A sociedade tem que ser solidária, quer dizer, tem que dar um jeito, tem que resolver. (YAZBECK, 2001, p. 42).

O Programa é estruturado nos seguintes eixos: vigilância social, para diagnóstico e registro de informações sobre a população beneficiária do Programa Bahia Acolhe, bem como o monitoramento da ocorrência de vulnerabilidades e fragilidades, ambos visando à redução dos riscos sociais e seu agravamento; atendimento móvel, realizado por profissionais capacitados, de forma regular e sistemática, buscando construir e estabelecer vínculos com os beneficiários, promovendo, também, o encaminhamento de suas demandas; acolhimento/proteção integral, para prover os beneficiários de suas necessidades humanas de alimentação, saúde, educação, segurança, higiene, vestuário e abrigo, na perspectiva de sua autonomia e de sua emancipação; monitoramento e avaliação, possibilitando o acompanhamento do Programa Bahia Acolhe, através de instrumentos capazes de mensurar a eficácia das ações e dos objetivos propostos. (BAHIA, 2012a).

Para a eleição das instituições da sociedade civil, a SEDES lançou o edital de seleção para projetos nº. 06/2012 (BAHIA, 2012b), com o objetivo de escolher e dar apoio institucional e técnico-financeiro a dez projetos, para formação de uma rede socioassistencial composta por duas repúblicas, dois abrigos institucionais e quatro centros, 24 horas/casas de passagem e, ainda, um projeto de abordagem social e busca ativa de pessoas, além de um projeto de assessoria e formação de profissionais e operadores de serviços. Os

recursos disponibilizados são oriundos do Programa Bahia Acolhe, e estão em consonância com o seu plano estratégico para o período compreendido entre 2012 a 2014. Foram aprovados apenas cinco projetos.

Atualmente, o Programa Bahia Acolhe desenvolve, por meio dos serviços conveniados, ações voltadas para formação e assessoria para os profissionais que, por sua vez, desenvolvem atividades com a população em situação de rua, serviço de atendimento móvel, um dormitório público e parceria com o Projeto Cidadania e Oficina do Obreiro.

É sabido que a participação de entidades de cunho confessional na assistência às pessoas que vivem nas ruas é histórica, mas não está no propósito dessa pesquisa, mensurar a quantidade de grupos voluntários de distribuição de alimento que atuam na capital baiana. Porém, um levantamento realizado em 1999, por técnicos da SETRAS e SETRADS na Baixa dos Sapateiros, pelo período de uma semana, no horário das vinte às duas horas cadastrou cinquenta e seis instituições, entre evangélicas, católicas, espíritas, colégios, empresas e famílias, dados que demonstram a dimensão do grande número de associações que realizam essa ação na grande Salvador.

Na atenção prestada pelas organizações de cunho religioso a essa parcela da população, observamos que algumas se destacavam pela antiguidade e visibilidade. No intuito de conhecer a dinâmica e o impacto dessas ações para a vida dos moradores em situação de rua, selecionamos quatro entidades entre as mais consolidadas na cidade para fazer parte desta pesquisa.

Pode-se acompanhar, a seguir, a rede socioassistencial que atua no atendimento desse segmento social, mantida pelas esferas municipal e estadual, além das instituições voluntárias de distribuição de alimento escolhidas como expressão do universo das corporações beneficentes. O quadro apresenta os serviços de acolhimento ofertados para esse público em Salvador.

**Quadro 4** - Rede Socioassistencial de Atendimento à População em Situação de Rua em Salvador  
Salvador, 2013.

VÍNCULO INSTITUCIONAL	INSTITUIÇÃO	ATIVIDADES
Religiosas	Centro Espírita Igreja Católica Comunidade Católica Igreja Evangélica	Doação de Alimentos Doação de Alimentos Pernoite, Alimentação, Higiene Pessoal, Oficinas e Serviço Social Doação de Alimentos
Prefeitura Municipal de Salvador	Projeto Atendimento Itinerante Centro de Convivência Brasil Centro de Convivência do Cidadão Abrigo de Salvador Casa da Cidade	Abordagem Social e Busca Ativa nas Ruas Alimentação, Higiene Pessoal, Serviço Social, Psicológico, Pedagógico Alimentação, Higiene Pessoal, Serviço Social, Psicólogo Pernoite, Alimentação, Higiene Pessoal, Serviço Social Pernoite, Alimentação, Higiene Pessoal, Serviço Social
Governo do Estado da Bahia em parceria com instituições filantrópicas	Instituto de Educação Projeto Atendimento Móvel Projeto Cidadania Dormitório Público Oficina do Obreiro	Projeto de Assessoria e Formação de Profissionais Abordagem Social e Busca Ativa nas Ruas Alimentação, Higiene Pessoal, Oficinas, Serviço Social Pernoite, Alimentação, Higiene Pessoal, Serviço Social Pernoite, Alimentação, Higiene Pessoal, Serviço Social, Psicológico.

Fonte: Levantamentos de campo.

### **3.1 Viver ao deus-dará: A assistência das entidades religiosas às pessoas em situação de rua**

Como já foi mencionado no decorrer da pesquisa, foram feitas visitas a diversas instituições governamentais e da sociedade civil que desenvolvem ações voltadas para população em situação de rua com o objetivo de conhecer e analisar os serviços ofertados.

A primeira entidade visitada por mim foi um Centro Espírita tradicional, que funciona há cinquenta e seis anos, em um conservado casarão no centro da cidade. No local, são realizados trabalhos voltados para a espiritualidade e para caridade material. No tocante ao trabalho religioso, a casa espiritualista mantém um salão aberto ao público de segunda-feira a sexta-feira, das dezenove às vinte horas, para que as pessoas, espontaneamente, possam realizar suas orações, pedidos e agradecimentos por graças alcançadas. A instituição não realiza culto, reuniões ou cerimônias, apenas disponibiliza o ambiente para que as pessoas possam ali exercer sua fé.

Em relação ao trabalho destinado à caridade material, diariamente são fornecidas três refeições (café da manhã, almoço e jantar) às pessoas em situação de rua. A distribuição da alimentação é realizada num espaço semelhante a uma garagem coberta, com cinco mesas retangulares grandes, os tampos revestidos de aço inoxidável, com dois bancos de concreto com capacidade para quatro pessoas cada e um cômodo anexo, onde funciona a cozinha.

A alimentação é doada pelas pessoas que participam da entidade e a distribuição é realizada por quatro voluntários. Para entender o funcionamento do refeitório, descreverei o atendimento durante o café da manhã observado em uma das visitas que fizemos à Instituição.<sup>11</sup> Cheguei ao centro espírita antes das

---

<sup>11</sup>Conforme dito anteriormente foram utilizados nomes fictícios para os participantes da pesquisa e instituições visando à garantia do anonimato.

sete horas, o portão estava fechado e quatorze homens aguardavam próximo ao caseiro. Onze deles estavam sentados no passeio do outro lado da rua, em frente ao imóvel e três aguardavam junto à entrada, iniciando uma fila, que rapidamente aumentou.

O refeitório iniciou suas atividades às sete e vinte da manhã. O primeiro grupo a entrar no espaço era formado por vinte e um usuários, todos do sexo masculino, sendo seis idosos, a maioria carregando “galos”, nome dado pelos moradores em situação de rua para suas sacolas, bolsas e mochilas. Um trazia uma quantidade pequena de papelão e outro uma lata de tinta grande, provavelmente utilizada como balde, para lavar carros. Apresentavam uma aparência envelhecida, estavam sujos e com roupas amarrotadas. Alguns se dirigiram ao coordenador e entregaram a “cascuda”, (como é chamada na linguagem do “mundo da rua” à vasilha que levam na sacola). Na ocasião, eram garrafas plásticas vazias. A maioria se acomodou nos bancos e aguardou a entrega da alimentação.

No decorrer da visita pude observar da porta da cozinha, grandes panelas onde estava sendo preparado o café. Vinte minutos depois, o coordenador retornou com as garrafas que lhe foram entregues cheias de café preto e várias vasilhas feitas de fundo de garrafas pet cortadas, vasos de iogurte e latas de leite em pó que continham café, sopa e outra maior, cheia de pães. Os usuários se levantaram e fizeram uma fila, os idosos, tiveram preferência e ficaram na frente. A maioria guardou as vasilhas com o alimento e os pães no “galo”, poucos sentaram nas mesas para comer. Após todos serem servidos, a primeira turma deixou o local, dando lugar aos demais, que já aguardavam do lado de fora.

O segundo grupo era composto por quatorze pessoas, sendo onze homens adultos, um adolescente e duas mulheres. Como o primeiro grupo, a maioria deixou a instituição logo após receber a alimentação, poucos utilizaram as mesas para tomar café.

A segunda entidade visitada foi idealizada por um religioso acompanhado de moradores em situação de rua e de pessoas que nunca viveram essa realidade, mas que optaram por um modo de vida alternativo, despojado materialmente e passaram a morar, em 11 de agosto de 2000, nas ruínas de uma antiga igreja na cidade baixa.

Na instituição, atualmente, vivem cinquenta pessoas, homens e mulheres de diversas condições sociais e econômicas, na maioria dos casos pessoas oriundas das ruas, mas também estão entre seus membros, um padre, um professor e uma artista plástica, que escolheram compartilhar suas vidas, ao redor de um propósito comum. Quem desejar pode conviver, não existe diferença em razão de sexo, idade, religião ou ter morado no “mundo das ruas” ou não. Os laços que os unem é o desejo de crescer em todas as dimensões humanas da vida, como também na espiritualidade. Como diz o responsável “a instituição é um espaço religioso de vivência e convivência”.

Diariamente, os membros participam das atividades de limpeza e manutenção do local. Além do respeito ao pacto de sobriedade, no espaço não é permitido o consumo de bebida alcoólica e uso de drogas.

As pessoas que vivem na comunidade, ao restaurarem sua saúde e sobriedade, e alcançarem independência financeira, se o desejarem podem voltar para suas famílias ou viver no bairro de sua preferência. Os que pretenderem continuar na entidade podem pleitear uma vaga no projeto moradia. Trata-se de dezesseis pequenas casas que foram construídas na área externa do velho templo e os interessados contribuem com um aluguel de valor simbólico e têm suas contas de água e energia individuais. Ao deixar de dormir na antiga igreja, dão oportunidade para o acolhimento de um novo morador. Essas pessoas tornam-se exemplo para os indivíduos vindos das ruas, por terem conquistado sua sobriedade e autonomia.

No contato com a Instituição, pude conversar com um dos seus membros. Gabriel, 63 anos, em seu depoimento, contou que nasceu em Salvador e, com a

morte do seu pai, a família mudou para o interior. Com treze anos foi para a cidade de São Paulo de caminhão, passou também por Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 2000, retornou para Salvador, instalando-se nas ruas do bairro do Bonfim, onde passou a viver da mendicância. Com a saúde debilitada em decorrência do consumo abusivo de bebida alcoólica, aceitou o encaminhamento de uma religiosa para a Instituição. No espaço, inicialmente, começou a fazer artesanato e hoje trabalha no bazar e no jornal. Sobre o papel da entidade em sua vida o entrevistado revelou que a instituição “ilumina sua vida, faz a pessoa reviver”.

A terceira instituição visitada, de orientação católica, localizada no centro da cidade, foi construída na primeira metade do século XVIII, por volta de 1751, fundada por uma irmandade que hospedava viajantes pobres por caridade. A obra continua, hoje, porém, voltada para o atendimento da população em situação de rua. Há sete anos, o cônego iniciou um trabalho de distribuição de sopa para esse segmento social, que acontece todas as terças-feiras às quinze horas na igreja, além de promover confraternizações nas datas festivas, como Páscoa, São João, Natal e aniversários das pessoas que frequentam o espaço, ocasião em que presenteiam os participantes com kits de material de higiene pessoal.

Tomei conhecimento do trabalho realizado na entidade em uma das minhas visitas ao Centro de Convivência do Cidadão, ao ler uma matéria sobre a distribuição da sopa em um exemplar do Jornal Aurora da Rua que estava na recepção. Com intuito de conhecer o trabalho, solicitei à Coordenação, autorização para passar a tarde, no salão, acompanhando a distribuição da refeição.

A responsável declarou que “o grupo é formado por dezessete mulheres, começamos a preparar a sopa às oito horas”. Os ingredientes são doados pelas próprias voluntárias e por outros fiéis que colaboram com a paróquia. São atendidas cerca de cento e vinte pessoas, em sua maioria homens que vivem



nas ruas do bairro e adjacências e que trabalham guardando carros na área de Nazaré.

O espaço onde é servido o alimento foi cuidadosamente arrumado pelas voluntárias. O salão é amplo, limpo e possui dois ventiladores, dez mesas com quatro cadeiras cada, forradas com toalhas azuis e de xadrez azul e branco e novamente cobertas com toalhas de plástico transparentes. Nas mesas foram colocadas garrafas pet com água gelada, copos plásticos, copos de cafezinho cheios de manteiga e um cesto com pães cortados em forma de torradas.

Antes de iniciar a distribuição da sopa, as voluntárias fizeram uma oração e logo depois se dividiram em dois grupos, um foi para a cozinha preparar os pratos e o outro para o salão servi-los.

As portas do salão foram abertas e rapidamente os usuários ocuparam as mesas. Foram convidados a fazer algumas orações, como Pai Nosso e Ave Maria no final todos aplaudiram. Em seguida, os pratos de sopa foram servidos.

A maioria dos usuários são homens jovens negros, que chegam carregando seus “galos”; dois estavam com baldes e um estava acompanhado de dois cães. Os baldes e os animais permaneceram na área externa da igreja, enquanto seus donos se alimentavam. Constatei a presença de um número pequeno de mulheres e crianças, inclusive recém-nascidas, acompanhadas dos seus responsáveis.

Após todos serem servidos começa a repetição, os cestos de pão foram reabastecidos. Depois da sopa foi servido um cafezinho, as pessoas satisfeitas foram saindo das mesas e os pratos vazios foram recolhidos pelas voluntárias, o lugar foi rapidamente ocupado pelos que estavam aguardando do lado de fora.

Depois de todos servidos, uma mulher agradeceu, gritando ao sair do salão “Deus pague a vocês”. Já com o espaço vazio, o grupo começou a limpeza das mesas, varreram o chão e organizaram o local.

A quarta instituição é de cunho evangélico e funciona em um imóvel alugado na cidade baixa, sendo mantida com o dízimo dos seus membros. O trabalho de distribuição de alimentação para a população que vive nas ruas é realizado há dois anos, por um grupo de fiéis, composto de seis pessoas, entre homens e mulheres.

Todas as sextas-feiras compram pães, café, leite, copos plásticos e levam para a casa de uma diaconisa, onde tudo é preparado. Levam o alimento e a palavra de Deus inicialmente para as pessoas que encontram vivendo nas ruas da Ribeira, e seguem caminhando, passando pelos bairros de Jardim Cruzeiro, Caminho de Areia e Largo de Roma e por último no Abrigo de Salvador.<sup>12</sup> Segundo o responsável, a obra é motivada, primeiramente, pelo mandamento de Deus de “dar o que comer aqueles que tivessem fome e o que vestir aqueles que tivessem nus”, seguido de um sentimento de solidariedade para com as pessoas que se encontram em situação de rua.

Com o objetivo de conhecer o trabalho, acompanhei a distribuição da refeição na Instituição. Nesse dia, às vinte horas e trinta minutos, compareceram no Abrigo três homens e duas mulheres que, ao entrarem no espaço social, cumprimentaram e convidaram as pessoas para participarem da oração e tomarem café. Dentro do refeitório, vinte e uma pessoas se acomodaram alguns sentados nos poucos bancos que existiam, outros em cima das mesas, um idoso estava deitado em um colchão no chão e os demais ficaram em pé. O culto começou com um dos evangélicos proferindo palavras de incentivo, melhora e mudança de vida, todos acompanharam com atenção e depois oraram o Pai Nosso, a Ave Maria e entoaram cânticos. Encerram o louvor com uma salva de palmas. Após esse momento, cada pessoa recebeu um copo de café e dois

---

<sup>12</sup> O Abrigo de Salvador é um equipamento social mantido pelo município de Salvador. Localizada na cidade baixa, atende pessoas em situação de rua de ambos os sexos, maiores de dezoito anos.

pães. O que sobrou seria entregue a quem eles encontrassem no trajeto de volta, como explicou um dos membros da equipe.

Sebastião, 37 anos, ex-usuário da Instituição que participa do grupo, declarou que morava na cidade de São Paulo, perdeu o emprego e separou-se da esposa por causa do consumo abusivo de bebida alcoólica; passou a dormir em albergue e não teve mais contato com seus familiares. Veio para Salvador em busca de emprego, chegou a ficar dois dias dormindo na rua –, na primeira noite, dormiu na área externa de um hospital e na segunda na praia; depois procurou o Abrigo de Salvador, onde permaneceu por um mês e dez dias. Começou a participar dos cultos promovidos pelos evangélicos, após ficar muito deprimido, pois não foi contratado para trabalhar por duas empresas, porque estava sendo assistido pela Instituição. As palavras de conforto do grupo o animaram. Passou a frequentar a igreja, e logo em seguida foi chamado para trabalhar de segurança em uma clínica, atividade informal, e convidado para participar do grupo de doação de alimento. Atualmente, mora em quarto alugado próximo ao templo.

Para o grupo, esses exemplos são muito importantes, motivam a realização do trabalho. Como diz o coordenador “isso é que nos incentiva a fazer mais. É isso que empolga a gente a fazer mais e mais e mais. É ver essas vidas transformadas, eles vivendo aquilo que ele (sic) sempre sonhou”.

### **3.2 A Política de Assistência Social implementada pelo município de Salvador**

#### **Projeto Atendimento Itinerante**

As ações voltadas para abordagem desse segmento social é realizada por uma equipe formada por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, dez educadores sociais e dois motoristas. É importante destacar que

a equipe não é formada por servidores, e sim por pessoas contratadas a título de prestação de serviços.

Os profissionais são divididos em duas equipes, composta por um técnico e cinco educadores sociais que utilizam dois carros modelo Kombi. O horário de trabalho foi organizado em plantões de doze horas e folga de vinte quatro horas, o que garante que todos os dias uma equipe esteja nas ruas, no período das sete às dezenove horas.

Para determinar os locais de atuação, a SEMPS adotou a mesma divisão dos distritos sanitários, que é formado por doze áreas, sendo a primeira o Centro Histórico, a segunda Itapagipe, a terceira São Caetano/Valeria, a quarta Liberdade, a quinta Brotas, a sexta Barra/Rio Vermelho, a sétima Boca do Rio, a oitava Itapuã, a nona Cabula/Beiru, a décima Pau da Lima, a décima primeira Subúrbio Ferroviário e a décima segunda Cajazeiras. Isa, um dos prepostos do município, explicou que essa organização teve como objetivo “facilitar o contato com os serviços de saúde”.

A entrevistada declarou que a população, comerciantes e repartições públicas demandam o serviço da abordagem através de um número de telefone divulgado pela SEMPS, Ouvidoria do Município, Ministério Público e o Disque 100. Recebida a solicitação, a equipe se desloca até a região para verificar a situação da pessoa, os prepostos buscam conquistar a sua confiança e oferecer os serviços da rede socioassistencial. No caso de recusa, os profissionais passam a visitar constantemente o local, procurando criar vínculos, até conseguir conduzir a pessoa para um dos equipamentos de atendimento. “Os reclamantes têm a expectativa de que a equipe vai tirar as pessoas imediatamente. Hoje se faz um contato inicial para criar vínculo e confiança. Quando as pessoas aceitam, são encaminhadas para os serviços da rede”, concluiu.

No período de abril a agosto de 2013, a SEMPS identificou e abordou quinhentos e dezessete moradores em situação de rua no Distrito do Centro

Histórico, que compreende os bairros do Aquidabã, Comércio, Terreiro de Jesus, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Rua Chile e Praça Castro Alves. Já no Distrito Itapagipe foram encontrados cento e quarenta e dois moradores nos largos dos Mares e Roma, noventa e nove no Distrito Barra-Rio Vermelho e no Distrito de Brotas vinte e cinco, ratificando que a região do centro antigo ainda exerce um grande poder de atração sobre esse segmento social, (SEMPS, 2013).

No que se refere à busca ativa,<sup>13</sup> a informante explicou que as equipes diariamente circulam pela cidade, e quando localizam pessoas vivendo na rua procuram, através da escuta, conhecer os motivos para se encontrarem nessa situação e oferecem os serviços. A depender da urgência, podem conduzir as pessoas para centros de saúde, emergência de saúde mental, para o Abrigo de Salvador ou o Centro de Convivência, além de fazer contato com parentes, visando ao retorno ao convívio familiar.

### **Centro de Convivência do Cidadão**

O Centro de Convivência do Cidadão foi inaugurado em 28 de julho de 2011, está localizado na cidade baixa, funciona de segunda a sexta-feira das 08h00 às 16h00. O Centro atende pessoas que vivem nas ruas, de ambos os sexos e maiores de 18 anos.

---

<sup>13</sup>Busca ativa é um trabalho social que está inserido no Serviço Especializado em Abordagem Social, tem a finalidade de identificar, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. (BRASIL, 2009c, p. 22).

O espaço é amplo, arejado e bem iluminado, sendo composto de recepção, sala da gerência, sala dos técnicos, banheiro para funcionários, sala de leitura, sala de vídeo, sala de artes, espaço para jogos, banheiro para os usuários e uma quadra de esporte.

A equipe é formada por uma gerente, uma psicóloga, uma assistente social, um professor de arte, um educador esportivo, uma agente administrativa e quatro educadores sociais. Apenas a agente administrativa pertence ao quadro de servidores do município, todos os demais são terceirizados.

A grande maioria dos usuários desse equipamento social está sendo atendido no Abrigo de Salvador ou na Casa da Cidade que se localizam na mesma rua. A partir das oito horas, quem desejar, pode se dirigir para o Centro de Convivência do Cidadão, permanecendo no local até as onze horas e quarenta minutos, horário que voltam para suas respectivas Unidades de acolhimento para almoçar, e retornam às quatorze horas, permanecendo até o encerramento dos trabalhos, às quinze horas. Já as pessoas que não estão sendo assistidas pelos referidos espaços, podem receber a refeição, se houver excedente nos abrigos vizinhos, porque o Centro não dispõe de alimentação, explicou Maísa, integrante do grupo de trabalho da Instituição.

Sobre a demanda pelo serviço, a entrevistada ressaltou que há uma inconstância no número de atendimentos. No mês de agosto, por exemplo, por causa da chuva, quatrocentas e noventa e três pessoas participaram das atividades lúdicas oferecidas no local. No setor social, foram quarenta e dois novos cadastros; trinta e oito atendimentos sociais; vinte orientações para higienização; setenta e três acompanhamentos sociais; quinze encaminhamentos para abrigamento, sendo que desses, treze eram para o Abrigo de Salvador e dois para o Dormitório do Povo; trinta e oito articulações com o Dormitório do Povo e Centro de Atenção Psicossocial Adilson Sampaio e nove encaminhamentos para documentação e tratamento de saúde. Já no setor de psicologia, foram realizados trinta e dois atendimentos; quarenta e dois

acompanhamentos e quarenta e dois encaminhamentos para acolhimento, ocorrendo períodos em que a procura pelo serviço é menor.

### **Centro Convivência Brasil**

O equipamento iniciou suas atividades no dia 21 de dezembro de 2012, na região do Centro Histórico, no imóvel onde funcionou a Casa da Cidade e o Abrigo de Salvador. De acordo com Lenita, funcionária da Instituição, o espaço tem o objetivo de “acolher as pessoas que estão em situação de rua e tentar buscar, juntamente com os moradores em situação de rua um projeto de vida pra saída da rua”.

A instituição oferece uma boa estrutura física é ampla e limpa, dividida entre uma recepção, sala do gerente, duas salas de atendimento, guarita, sala para segurança, um corredor que dar acesso à sala de reunião técnica, uma sala multiuso, cozinha, refeitório, guarda-volumes, lavanderia, banheiros feminino e masculino para os usuários e banheiro para os funcionários.

A equipe de trabalho é formada por um gerente, uma assistente social, uma psicóloga, uma pedagoga, quatro educadores sociais, uma auxiliar administrativa e uma recepcionista, todos contratados como prestadores de serviço para a Prefeitura. É importante registrar que o Centro não dispõe do serviço de vigilância nos horários diurnos e noturno, mesmo existindo no local guarita e sala destinada para esse profissional.

De acordo com a entrevistada, são atendidas por dia cerca de oitenta pessoas, ocorrendo variações. “Eles são livres para entrar aqui. (...) Tomam banho, assistem um pouco de televisão ou só vêm conversar com uma das técnicas e vão embora”. Acrescenta também que “não é uma coisa que eles tenham obrigação de estar no Centro de Convivência e fazer as atividades”, finalizou.

## **A Casa da Cidade: Breve Histórico**

A Casa da Cidade foi fundada no ano de 1950, pelo então Governador Dr. Otávio Mangabeira e pelo Secretário de Segurança Pública, Dr. Antonio Ferreira de Brito, instalado no Centro Velho da Cidade, com objetivo de atender, inicialmente, a população de desabrigados e as pessoas em situação de rua.

Em 1960, foi implantado o Serviço Social, cuja finalidade era prestar assistência aos moradores em situação de rua recolhidos em via pública pela Vigilância do Corpo de Bombeiros, auxiliados pelos funcionários do Comando Sanitário.

No ano de 1977, a Casa do Cidadão passou a ser administrada pela Secretaria Municipal de Saúde, ocasião em que sofreu uma grande reforma e ampliação do trabalho social.

O equipamento, em junho de 1990, foi incorporado à recém-criada Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS). Nesse período, o acolhimento ao migrante e às pessoas em situação de rua era feito de modo precário, devido às péssimas condições das instalações e limitados recursos disponíveis: não era fornecida alimentação adequada, os usuários dormiam em beliches de ferro sem colchões e sem cobertores, utilizando-se de papelões que traziam da rua, e não havia um serviço voltado para o acompanhamento do acolhido, durante sua estadia no local.

No período de 1992 a 1996, na administração da Prefeita Lídice da Mata, o espaço passou por melhoramento e reaparelhamento, começando então a oferecer aos assistidos pernoite em dormitórios equipados com camas com colchões e cobertores, alimentação e passagens. Neste mesmo período, já se fazia um trabalho de atendimento individual, orientando os migrantes quanto às normas da unidade e os direitos e deveres, com o objetivo de encaminhá-los para sua cidade de origem ou para o mercado de trabalho, a exemplo das pessoas que trabalharam na construção da Avenida Mário Leal Ferreira, mais conhecida como Bonocô, e na revitalização do Pelourinho. As pessoas em



situação de rua que solicitavam atendimento eram encaminhadas para a Casa de Passagem na Baixa do Fiscal.

Em fevereiro de 1997, já na administração do Prefeito Antonio Imbassahy, a Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS) passou a ser denominada Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS), sendo atualmente chamada Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (SEMPS). Foi promovida uma mudança no regimento interno, e a elaboração de um projeto no qual foram apresentadas as necessidades e as dificuldades que precisavam ser discutidas para um adequado atendimento à população migrante. A Casa da Cidade passou a contar com dois assistentes sociais, que prestavam atendimento, encaminhamento e acompanhamento aos usuários do serviço.

Em dezembro de 1998, foi inaugurada a nova da Casa da Cidade, na cidade baixa, com capacidade de acolhimento para cento e quarenta pessoas, com o objetivo de atender a população migrante (homens, mulheres, crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsáveis), recém-chegada ou em trânsito na cidade, que recorressem aos seus serviços. Era prestada assistência social, médica, abrigo noturno com prazo de até quinze dias de permanência na instituição, passagem de retorno para a cidade de origem ou localidade próxima e fornecimento de encaminhamentos para recursos da comunidade, com vistas a minimizar os problemas sociais desse grupo populacional.

Esse novo espaço era composto de cinco dormitórios, sendo três masculinos e dois femininos com banheiros, refeitório, salão de reunião, sala de atendimento, sala da administração, sala da gerência, berçário, guarda-volumes, lavanderia e área ao ar livre. Desse modo, tornou-se possível acomodar o migrante com dignidade, prestando-lhe um atendimento de melhor qualidade.

Naquele período, houve um acréscimo no atendimento referente a pessoas que estavam em tratamento médico, devido à localização da Casa da Cidade, que era próxima a alguns serviços de saúde. As pessoas que chegavam

para este fim, já estavam agendadas com os hospitais públicos e os que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), a exemplo da Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA), Hospital Geral do Estado, Hospital Santo Antônio, Hospital São Jorge, Hospital Aristides Maltez, Hospital Santa Isabel, entre outros. A Casa da Cidade passou a ser referência para as Prefeituras do interior que traziam seus pacientes para consultas ou internamento e não tinham onde acomodá-los, quando não conseguiam assistência na rede de saúde.

Vale ressaltar que o novo espaço chegou a dispor de cinco assistentes sociais em seu quadro de servidores, atendendo nos três turnos, o que permitia o acompanhamento do abrigado em período integral.

Em agosto de 2002, por determinação do gestor, a Instituição passou a atender a população em situação de rua, recebendo um grupo de cento e vinte pessoas, sem nenhuma preparação do local. Já em relação aos servidores, os assistentes sociais foram remanejados, à revelia, para outros setores da Secretaria, permanecendo apenas um técnico de serviço social no equipamento.

Com o acolhimento desse grupo, os migrantes desistiram de pernoitar na Casa da Cidade devido ao descontentamento e ao receio de permanecer no espaço, principalmente aqueles que chegavam para tratamento médico. Com os problemas causados, e por tratar-se de segmentos diferentes, as pessoas em situação de rua passaram menos que dois meses no espaço que, com sua saída retornou à sua rotina habitual.

Já em 2003, por determinação da SETRADS, a Casa da Cidade passou a abrigar novamente a população em situação de rua, oriunda de centros de recuperação ou encaminhada pela Secretaria, voltando ao atendimento das duas populações no mesmo local. Os conflitos foram retomados em virtude da peculiaridade de cada segmento. Mais uma vez, os técnicos não foram envolvidos no planejamento das ações.

Ainda nesse período, era fornecida passagem para que as pessoas oriundas de outras cidades e Estados retornassem para seu local de origem, sendo que em junho de 2004, esse benefício foi suspenso, o que provocou uma superlotação da Casa e, conseqüentemente, conflitos internos entre os usuários.

Com o objetivo de solucionar o problema, a SETRDS lançou o Projeto Resgate da Cidadania da População de Rua, definindo que as pessoas em situação de rua, atendidas pelo Abrigo de Salvador e que estivessem aguardando para serem conduzidos para centro de recuperação, esperariam na Casa da Cidade, e os migrantes passaram a receber cinco diárias com alimentação em pousadas em bairros adjacentes, com direito à prorrogação em casos excepcionais. Encerrado o prazo, muitos migrantes sem alternativa de hospedagem, passaram a dormir nas vias públicas e foram conduzidos para a Casa da Cidade, na condição de pessoas em situação de rua.

Apesar das novas iniciativas, ficou constatado que as ações implementadas não modificaram o quadro de permanência dos moradores em situação de rua em Salvador. Assim, as duas populações continuaram compartilhando as dependências do mesmo imóvel.

Com a transferência do Abrigo de Salvador da Baixa dos Sapateiros para a cidade baixa, em 2009, a Casa da Cidade passou a atender exclusivamente a população migrante do sexo masculino.

Atualmente, a equipe é formada por uma gerente, uma chefe do setor administrativo, duas assistentes sociais, sendo que uma responde pela chefia do serviço social, dois agentes administrativos, quatro educadores sociais, uma auxiliar de serviços gerais e dois policiais. É interessante ressaltar que a Casa da Cidade é o equipamento social da Prefeitura com maior número de servidores, sendo a gerente, os educadores sociais e a auxiliar de serviços gerais, todos eles, terceirizados.

O espaço é composto de recepção, uma sala da gerência, uma sala do setor administrativo, uma sala do serviço social, um guarda volume, um

refeitório, dois dormitórios com banheiros, lavanderia e um posto policial que funciona vinte quatro horas. A estrutura do imóvel está bastante degradada, o ambiente é escuro e pouco ventilado.

A capacidade de atendimento foi reduzida de quarenta para vinte oito vagas, em virtude da interdição de um dos dormitórios, após a reforma mal sucedida do equipamento. No momento da visita, apenas dezoito pessoas estavam acolhidas no local.

### **Abrigo de Salvador: Breve Histórico da sua origem**

Em 1997, na gestão do Prefeito Antonio Imbassahy, foi inaugurada a Casa de Passagem, hoje denominada Abrigo de Salvador, localizada na Baixa do Fiscal, no antigo galpão da Leste, destinada ao atendimento à população adulta em situação de rua, com capacidade para oitenta pessoas. Na unidade, eram atendidos homens, mulheres, crianças e adolescentes, esses últimos acompanhados dos pais ou responsáveis, sendo-lhes oferecidos os seguintes serviços: acompanhamento e encaminhamento pelo serviço social, alojamento e refeições.

O trabalho de abordagem de rua era realizado pelos técnicos, quatro assistentes sociais e três servidores do setor administrativo da casa, sendo, depois estruturado, com a contratação de vinte e oito educadores sociais e aquisição de rádios portáteis, para atuar na ação “Verão Solidário”, em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETRAS), a fim de identificar, cadastrar, encaminhar e conduzir as pessoas que desejassem sair das ruas para a casa de passagem mantida pela SETRADS.

Diante da complexidade das demandas apresentadas pelos moradores de rua e da falta de uma rede de retaguarda que atendesse aos seus anseios, o equipamento social passou de abrigo provisório para abrigo permanente, atendendo um número de pessoas maior do que sua capacidade permitia,

gerando, assim, vários conflitos entre os próprios usuários e com a comunidade da Baixa do Fiscal, por causa do consumo de bebida alcoólica e outras drogas por parte das pessoas acolhidas, e aos pequenos roubos que passaram a acontecer no bairro.

A SETRADS realizou convênios com as instituições Desafio Jovem Peniel, que mantém um centro de recuperação no município de Dias D'Ávila e com a Associação Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), a qual, na época administrava o Centro de Recuperação Pró – Vida, localizado no distrito de Belém, município de Cachoeira, para atendimento de pessoas com transtornos decorrentes do consumo abusivo de bebida alcoólica ou uso de substâncias psicoativas. Entretanto, os técnicos constataram que a maioria das pessoas encaminhadas para esses centros não concluíam o tratamento, em função da metodologia utilizada, que tem como base a religião, que compreendemos poder oferecer um apoio emocional, mas não em detrimento do tratamento terapêutico.

A resolução de Diretoria Colegiada nº 101, de 30 de maio de 2001, adotada pela Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) (BRASIL, 2001) na época, estabelecia que os serviços de atenção aos usuários deviam ser realizados em locais que oferecessem ambiente protegido, fossem técnica e eticamente orientados e oferecessem suporte e tratamento aos usuários abusivos e/ou dependentes de substâncias psicoativas, durante período estabelecido de acordo com programas terapêutico adaptados às necessidades de cada caso.

As Comunidades Terapêuticas, como são conhecidas, são locais cujo principal instrumento terapêutico é a convivência entre os pacientes. Oferece uma rede de ajuda no processo de recuperação das pessoas, resgatando a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação física e psicológica.

Em janeiro de 1999, o Serviço Social, com o consentimento da SETRADS, deixou a Instituição porque essa não oferecia condições de trabalho e segurança aos técnicos e servidores, iniciando os trabalhos do Abrigo de Salvador, permanecendo na unidade apenas os servidores do setor administrativo e os usuários.

A Casa de Passagem foi desativada em julho de 2000, por solicitação do Prefeito, e seus ocupantes transferidos para instituições conveniadas e para a uma outra Casa de Passagem, mantida pela SETRAS, no bairro de Jardim Cajazeiras.

O Abrigo de Salvador iniciou suas atividades em janeiro de 1999, nas instalações da antiga Casa da Cidade, no Centro Histórico, após o imóvel tornar-se obsoleto, com a transferência do atendimento aos migrantes para um novo equipamento construído pela Prefeitura, na cidade baixa.

O espaço atendia cento e vinte pessoas, maiores de 18 anos de ambos os sexos. Uma grande parcela dormia nas marquises dos estabelecimentos comerciais da Rua J. J. Seabra e adjacências.

O grupo de trabalho era composto por um gerente, quatro assistentes sociais e quatro educadores sociais. Duas vezes por semana, um servidor da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS) também atendia no local.

O serviço pioneiro em Salvador, idealizado pelo serviço social, tinha como objetivo acolher no período noturno, as pessoas que, espontaneamente, procurassem o serviço e, ainda, possibilitar local adequado para banho, lavagem de roupas, guarda-volumes e atendimento social, já que, durante o dia, esse público estava concentrado em atividades que garantissem sua sobrevivência, como catar materiais recicláveis, ou em busca de alimentação.

O Serviço Social passou a ter um maior contato com essa população, o que possibilitou conhecer o seu perfil, rotina, dificuldades e demandas, além de promover intervenções que possibilitaram a regularização de documentos,

retorno ao convívio familiar e encaminhamentos para tratamento de saúde, Centro de Recuperação e Casa da Cidade.

Os técnicos da SETRAS e SETRADS realizaram um cadastramento dos grupos que distribuíam alimentação e convidaram as entidades a ofertarem a alimentação no interior do imóvel para a população que pernoitava ou não no espaço. A maioria aceitou a proposta ao perceber que o refeitório do equipamento era um local mais adequado para a realização da refeição. A partir dessa iniciativa, várias reuniões foram organizadas com os representantes das entidades, visando ao planejamento, à implantação e avaliação das atividades.

Os voluntários passaram a desenvolver as seguintes ações: distribuição de alimentos no refeitório da casa para os alojados e não alojados, no período noturno e, posteriormente, também no período matutino, proporcionando às pessoas que vivem nas ruas, um local mais adequado para sua alimentação e, ao mesmo tempo, contribuindo para a limpeza da cidade, já que eram deixados muitos resíduos nas ruas após a passagem das equipes; realização de atividades socioeducativas, religiosas e recreativas; doações de roupas, calçados e materiais de higiene pessoal, corte de cabelo, barba e curativos.

Em suma, a iniciativa teve muito êxito, levando-se em conta o curto período de planejamento, o reduzido número de servidores que participaram da sua execução e a antiga estrutura física do imóvel. Foi registrada a presença de duzentos assistidos por noite na instituição entre os abrigados e as pessoas que se dirigiam a local em busca de alimentação e atendimento social.

O trabalho desenvolvido no Abrigo de Salvador teve avaliação positiva tanto pelos técnicos como pelos grupos voluntários de distribuição de alimento: todos, porém, concordavam que as ações não poderiam ficar apenas no pernoite, sendo necessária a realização de atividades socioeducativas e, principalmente, de geração de renda, uma vez que o espaço permanecia ocioso durante o período diurno. Várias sugestões foram apresentadas à SETRADS, mas as atividades não se concretizaram.

Em 2009, o Abrigo de Salvador foi fechado. O trabalho desenvolvido no local passou a ser realizado em um espaço adaptado na Casa da Cidade, localizado na cidade baixa. Atualmente, o serviço continua destinado para o acolhimento de homens e mulheres em situação de rua, com idade acima de dezoito anos, como nos contou Marta, integrante do grupo de trabalho da SEMPS.

O abrigo é composto por recepção, sala da gerência, sala do serviço social, banheiro dos servidores, cozinha, refeitório, sala de curativo, guarda-volumes, lavanderia, dois dormitórios masculino com banheiro, um dormitório feminino com banheiro, área externa e um posto policial que funciona vinte quatro horas.

A atual equipe é formada por um gerente, duas assistentes sociais, cinco educadores sociais e uma técnica de enfermagem, todos terceirizados. Como exceção, apenas uma assistente social e dois agentes administrativos estatutários.

O local tem capacidade para receber cem pessoas, mas o número de vagas foi reduzido para noventa, porque dez camas estão danificadas. Atualmente, encontram-se abrigados no local quinze mulheres e setenta e um homens, portanto, no dia da entrevista só estavam disponíveis uma vaga para mulher e três vagas para homens. O equipamento não determina prazo para permanência, e ali constatei a presença de pessoas que estão acolhidas no espaço, desde 2010.



### **3.3 A Política de Assistência Social desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia.**

#### **Projeto de Assessoria e Formação de Profissionais e Operadores de Serviços**

O Projeto Formação/Assessoria – Qualificando os Serviços Socioassistenciais no Programa Bahia Acolhe ficou a cargo do Instituto de Educação. Segundo a responsável, a entidade foi formada em Salvador e atua sem fins lucrativos, tem como missão oferecer soluções para o segmento institucional das áreas de proteção e preservação do meio ambiente, agricultura, saúde e assistência social, (...) focalizando a capacitação dos indivíduos, instituições para resolver os seus problemas.

A equipe é formada por uma coordenadora e três assistentes sociais, que promovem capacitação continuada para os profissionais e servidores que atuam no Programa Bahia Acolhe, encontros de monitoramento da rede, seminários, visitas técnicas mensais às instituições parceiras e equipamentos socioassistenciais e acompanhamento a distância, além de desenvolver um sistema visando dinamizar o atendimento, facilitar o diálogo entre as políticas e gerar um banco de dados sobre os usuários e instituições.

A entrevistada declarou que já foram capacitados cerca de quatrocentos profissionais e servidores que atuam na abordagem, nos Centros de Convivência, nos equipamentos de alta complexidade e em órgãos governamentais e não governamentais que prestam assistência às pessoas que vivem em situação de rua nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Jequié e Vitória da Conquista.

Foram realizados três encontros com carga horária de vinte e quatro horas cada. No primeiro, foi trabalhado o marco teórico sobre esse grupo populacional, no segundo a legislação vigente sobre a problemática e no terceiro a utilização de mecanismos e protocolos informatizados que promovam a

intersetorialidade, possibilitem o monitoramento e aprimoramento dos processos administrativos e dos serviços em rede socioassistencial em tempo real.

### **Projeto Atendimento Móvel**

O Projeto Atendimento Móvel iniciou suas atividades em janeiro de 2013, sendo uma parceria entre o Governo do Estado e a Associação Viver Saudável, organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 2003 por lideranças evangélicas. Sua missão é oferecer serviços sociais e aperfeiçoamento tecnológico à população carente, através de cursos visando à inserção no mercado de trabalho, como explicitou Juci, funcionária da entidade em sua declaração.

A informante também destacou que a Associação Viver Saudável desenvolvia atividades voltadas para esse grupo social nas ruas e na Casa da Cidade, levando a palavra de Deus, inclusive, chegando a realizar encaminhamento para tratamento em centros de recuperação, mas tinham poucos recursos. “Não era assim como hoje, nós fazemos realmente um trabalho técnico, profissional”, afirmou.

A partir do convênio com o Governo do Estado passaram a desenvolver o trabalho de abordagem social. A equipe é formada por uma coordenadora que tem vínculo empregatício celetista com a Associação Viver Saudável, três assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga e dezesseis educadores sociais que são prestadores de serviço. Os profissionais dispõem de dois veículos tipo Kombi para desenvolver as atividades.

Inicialmente as ações foram limitadas à observação, em diversos bairros da cidade, sendo as áreas da Calçada, Aquidabã, Praça da Sé, Largo do Tanque, Parque Costa Azul, Itapuã, Lagoa do Abaeté, Viaduto do Politeama,

Vale do Canela e Centenário identificadas como os locais de maior concentração desse segmento social.

As equipes visitam diariamente essas áreas e encaminham as pessoas para os Centros de Convivência e também para órgãos como defensoria pública para a regularização de documentos, Centro de Recuperação para tratamento de dependência química e/ou consumo abusivo de bebida alcoólica e, quando necessário, conduzem para serviços de saúde e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Em relação aos moradores em situação de rua que não demonstram interesse em sair dessa situação, a responsável explicou: “não podemos forçar a nada, continuam onde estão, não podemos invadir o direito dele de permanecer na rua”.

O trabalho tem como principal característica a “descontração”, disse a entrevistada. As equipes buscam conquistar a confiança das pessoas, conhecer os motivos que as levaram à situação de rua, suas necessidades e se desejam sair das ruas. O principal objetivo é a reinserção social, familiar e no mercado de trabalho. Mas Juci ressaltou que “a gente tem conseguido alguns êxitos, mas reinserção familiar e no mercado ainda são muito difíceis, porque há um preconceito muito grande. É esse preconceito que a gente tá buscando quebrar”.

Durante o segundo mês de atividade – fevereiro – foram realizadas quinhentas e seis observações, e no período de março a setembro foram mil e setenta encaminhamentos, cerca de cem encaminhamentos mês. Existe duplicidade de atendimento, por exemplo, pessoas que foram indicadas para unidade de saúde e também para defensoria pública, com a finalidade adquirir documentos, explicou a entrevistada.

## **Dormitório Público**

O Dormitório Público iniciou suas atividades no mês de fevereiro, mas sua inauguração oficial data de 22 de março de 2012. O serviço socioassistencial iniciou suas atividades através da parceria do Governo do Estado da Bahia e a Associação Viver Saudável. O abrigo está instalado em um imóvel de propriedade da própria entidade na cidade baixa. Tem capacidade para atender, com pernoite, quarenta pessoas de ambos os sexos.

Em relação aos objetivos da instituição, Vilma, uma das componentes da equipe de trabalho, declarou que é tirar as pessoas da situação de rua, orientá-las em relação aos seus direitos enquanto cidadão, ampará-las, pois sofrem muita discriminação por parte da sociedade, além de encaminhá-las para atendimento médico.

Ainda no âmbito dessa entrevista, a informante revelou que enfrentaram resistência da comunidade para aceitar a implantação do dormitório, tendo sido, inclusive, organizado um abaixo-assinado contra a inauguração da instituição no bairro. Através de um líder comunitário, foi realizada uma reunião com os moradores e o representante da Associação Viver Saudável que explicou o objetivo do trabalho. Após esse esclarecimento, o equipamento foi aceito.

O imóvel tem dois andares. Em frente à entrada principal há uma pequena sala destinada à coordenação e ao serviço social, um refeitório que acolhe por vez quarenta pessoas, um banheiro utilizado pelos funcionários e uma copa onde são dispensadas as refeições. No primeiro andar, foi instalado o dormitório masculino. O espaço é dividido por divisória em cinco pequenos quartos, sendo que em quatro estão dispostas três camas beliche e, em um, duas camas também beliche, perfazendo um total de vinte e oito leitos, armários individuais com chaves para guarda de objetos pessoais e um banheiro com quatro chuveiros e cinco vasos sanitários separados em boxes com portas e pias. Uma escada de ferro modelo caracol permite o acesso ao segundo andar,

onde se encontra o dormitório feminino e a cozinha. Em relação ao dormitório feminino, são dois pequenos quartos separados por uma divisória, com três camas beliches cada, totalizando doze leitos. As mulheres compartilham os banheiros localizados no primeiro andar com os homens.

A equipe é composta por uma coordenadora, uma assistente social, uma nutricionista, sete educadores sociais, duas cozinheiras, duas auxiliares de cozinha e um funcionário de limpeza. É importante esclarecer que são quatro vagas para funcionário de limpeza, mas, no momento da visita apenas uma estava preenchida. Outro registro relevante é que um dos educadores sociais e uma auxiliar de cozinha são pessoas que viveram em situação de rua. Toda equipe presta serviço à Associação Viver Saudável.

De acordo com a entrevistada, a entidade diariamente atende cerca de oitenta pessoas, entre os acolhidos para pernoite, pessoas que solicitam alimentação e atendimento social, como encaminhamento para regularização de documento, Unidades de saúde, entre outros.

### **Projeto Cidadania**

O Projeto Cidadania iniciou suas atividades em agosto de 2008, na antiga Igreja de São Francisco de Paula, construída no final do século dezoito e localizada na ladeira do mesmo nome, que liga o bairro de Águas de Menino ao bairro da Lapinha. Faz parte do Programa Bahia Acolhe, através de convênio entre o Governo do Estado e a Associação Social, aberto ao público de segunda-feira a sexta-feira das oito às dezessete horas.

No interior da antiga igreja, funciona uma recepção, banheiro para funcionários, uma sala improvisada que é utilizada pelo setor administrativo; no salão principal, o lugar do antigo altar é ocupado por uma grande cruz de madeira e uma estátua também de madeira de São Francisco de Paula, sendo

esse espaço utilizado como sala de vídeo, jogos, leitura e bazar. À esquerda, fica a sala do serviço social, do lado direito há uma área externa e ali funciona a lavanderia e banheiros para os usuários. Uma escada leva ao primeiro andar, onde estão as salas destinadas às oficinas.

O público-alvo são homens e mulheres acima dos 18 anos, que estejam vivendo em situação de rua, preferencialmente os que habitam a cidade baixa e que se sintam atraídos pelas propostas do Projeto.

O objetivo do espaço é funcionar como um Centro de Convivência para esse segmento social, visando à promoção humana, resgate da dignidade e o aumento da autoestima através do desenvolvimento de habilidades.

A equipe é formada por oito componentes: uma assistente social, que exerce dupla função, de técnica e coordenadora do local, quatro educadores sociais, sendo duas pessoas que viveram em situação de rua, dois monitores e um porteiro. Em seu depoimento, Nélia, funcionária da Instituição, ressaltou a importância da presença das pessoas que passaram pela situação de rua no grupo de trabalho:

esta característica é uma referência do projeto, pois o atendimento se torna muito mais digno e humano. Favorece também a possibilidade do resgate dos acolhidos pelo fato de que as pessoas em situação de rua podem perceber que outras como elas conseguiram levantar e transformar suas vidas.

No decorrer da pesquisa, conversei com Judite, 45 anos, que viveu nas ruas e hoje é funcionária da entidade. Ela contou que mudou para Salvador em busca de emprego de empregada doméstica, com a finalidade de enviar dinheiro para o sustento da filha que ficou sob os cuidados da sua mãe, em Pernambuco. Inicialmente, alugou um quarto na Ladeira de São Bento.

Sem êxito na conquista do ofício e com pouco dinheiro, solicitou abrigo na Casa da Cidade, onde ficou aguardando passagem para voltar para sua cidade natal. Passou a usar drogas por influência de outras pessoas que viviam

em situação de rua e por curiosidade. O vício levou-a para o mundo das ruas por vinte anos. Segundo suas palavras “não tinha nome, não tinha beira nem eira, não tinha nada, casa, roupa”. Sua saída das ruas começou com o encaminhamento de uma religiosa para a Comunidade Católica, e ali adquiriu documentos, trabalhou como vendedora do Jornal Aurora da Rua e há cerca de três anos foi convidada para integrar a equipe do Projeto Cidadania. Como afirmou “não escolhi o Projeto, o Projeto que ‘mim’ escolheu”. Atualmente reside em um imóvel alugado com o esposo e a filha e milita no MPR Salvador. Declarou que “hoje eu tenho uma vida. Hoje eu vivo”.

### **Projeto Oficina do Obreiro**

O Projeto Oficina do Obreiro foi inaugurado no dia 01 de fevereiro de 2013. Está localizado em um imóvel alugado no bairro de São Caetano. Foi inaugurado através da parceria entre Governo do Estado e Centro Comunitário da Luz, com objetivo de oferecer acolhimento institucional de caráter provisório, destinado à pessoa adulta do sexo masculino, em processo de saída de rua.

O imóvel, onde funcionara uma creche, foi adaptado para atender até trinta homens. O térreo é dividido por uma parede, isolando a parte administrativa do restante da casa, que é composta de recepção, sala da coordenação, um banheiro para os funcionários e a sala para os técnicos. Na parte destinada ao acolhimento, há uma sala de televisão, uma sala de leitura, um canto para fumantes, lavanderia com uma máquina de lavar roupa e os banheiros. Uma escada dá acesso aos três quartos, cada cômodo tem cinco camas beliche, e um salão onde foram instaladas a cozinha e o refeitório.

A equipe é formada por uma coordenadora, uma assistente social, um psicólogo quatro educadores sociais, sendo que dois são ex-moradores em situação de rua, uma cozinheira e uma auxiliar de cozinha. Os funcionários

prestam serviço ao Centro Comunitário da Luz, com exceção da Coordenadora que mantém vínculo celetista com a entidade.

A implantação da casa de acolhimento gerou conflito com a comunidade do entorno, que foi solucionado após um evento em que os responsáveis pela instituição explicaram os objetivos do espaço e o seu funcionamento.

A rotina do Projeto Oficina do Obreiro prevê regras de conduta: não é permitido usar drogas ou consumir bebida alcoólica, como também brigas, sob pena de perder o direito de permanecer na casa. O usuário que infringir as normas é conduzido no carro do Projeto Atendimento Móvel para a instituição de origem, isto é, os Centros de Convivência Brasil ou Cidadão.

O depoimento de Mário, 63 anos, que vivenciou a situação de morar nas ruas e atualmente trabalha como educador social na instituição, descreve sua trajetória de saída das ruas. Revelou que veio para Salvador com dezessete anos para morar com a tia. Trabalhou como operador de máquina em uma fábrica de refrigerante. Com a morte da mãe passou a consumir abusivamente bebida alcoólica, fato que o fez perder o emprego.

Viveu como trecheiro durante quinze anos, viajou por vários municípios, como Porto Seguro e Barreiras. Conseguia algum dinheiro fazendo reciclagem, alimentava-se e tomava banho em postos de gasolina que encontrava nas estradas. Estilo de vida que não foi aceito por seus familiares “Meus irmãos brigavam comigo porque eu estava na rua” declarou ele.

O consumo abusivo de bebida alcoólica provocou sérios problemas de saúde, decidiu parar de beber, procurou atendimento no Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolistas (CATA) das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID). Ao receber alta recusou o encaminhamento para a Casa da Cidade, sendo acolhido pela Comunidade Católica onde, finalmente, alcançou sua sobriedade. Na instituição, conquistou a confiança de todos, cuidava da reciclagem, do bazar e passou a militar no MPR Salvador.



Em 2012, foi beneficiado pelo programa Minha Casa Minha Vida com um apartamento. Em sua entrevista ao jornal Aurora da Rua expressou a alegria de conquistar um lar. “Viver em comunidade é complicado, mas ensina a gente a conviver e partilhar. Vou deixar minha casa do meu jeito. Estou muito feliz”. Aurora da Rua (2012-2013).

Foi convidado para fazer parte da equipe do Projeto Oficina do Obreiro. Em relação ao emprego contou que “é diferente conviver e trabalhar, mas acho que o trabalho é bom para aprender mais. Mas, continuo frequentando a Comunidade Católica e fazendo a peregrinação”, finalizou.

Neste capítulo, realizamos a caracterização dos equipamentos sociais destinados ao atendimento dos moradores em situação de rua. É importante assinalar a forte presença das entidades confessionais nos serviços destinados a esse segmento populacional. A seguir, por meio da análise de discurso de alguns indivíduos selecionados, buscaremos entender como a rede socioassistencial se organiza, como são as suas ações e como ela é percebida pelos atores envolvidos.

## **CAPÍTULO 4: CARACTERÍSTICAS E LIMITES DA ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR**

*Que país é esse? Que país é esse? Que país é esse? Que país é esse? (Renato Russo)*

No capítulo anterior, foram apresentadas as principais características e práticas das diversas instituições atuantes na assistência à população em situação de rua em Salvador. A partir dos dados mencionados neste capítulo, avalio, agora, o alicerce e os limites das suas modalidades de atenção, iniciando pelas entidades confessionais e passando, em seguida, para as instituições mantidas pelos órgãos governamentais.

### **4.1 Entidades Confessionais**

As entidades confessionais visitadas têm em comum a prática da doação de alimentação. São as chamadas “bocas de rango”, como são conhecidos os pontos de distribuição de comida pela população que vive nas ruas, sendo que o Centro Espírita e a Igreja Católica oferecem a alimentação em refeitórios na própria instituição. É diferente a situação da Igreja Evangélica, que distribui café e pão para as pessoas nas ruas e no refeitório do Abrigo de Salvador, e da Comunidade Católica, onde a comida é preparada no próprio local com alimentos provenientes de doação, além de verduras e frutas que são recolhidas na feira de São Joaquim pelos membros da comunidade. Para Frangella (2009, p. 32), “a saciação parcial da fome (...) é mantenedor de uma dependência dos moradores de rua com as instâncias que operam em seu limiar, ao mesmo tempo em que alimenta o circuito assistencial”.

As instituições não mantêm qualquer tipo de registro dos trabalhos que são realizados, nem preenchem cadastros das pessoas acolhidas, apenas

fornecem a alimentação para quem a solicita. Quando questionada sobre o número de pessoas atendidas, a responsável pelo Centro Espírita não soube informar o quantitativo, mas destacou que “antes atendiam crianças, jovens e senhoras, mas hoje o público, em sua maioria é formado por homens, que variam em relação às refeições, sendo um número maior no almoço”.

No que se refere à interação com as pessoas atendidas, as entidades promovem um momento de comunhão, ocasião em que convidam os acolhidos a fazerem algumas orações, como Pai Nosso, Ave Maria, entoam cânticos e proferem palavras de incentivo de mudança de vida, com exceção do Centro Espírita, que não fomenta qualquer tipo de comunicação com os usuários. Não faz sermão, pregação, reza ou reflexão sobre o “mundo das ruas”. A assistência prestada é limitada à entrega da alimentação. Segundo Frangella (2009, p. 173), “cada perspectiva religiosa possui seu caráter missionário, o qual dota de sentido a razão daquele serviço prestado. Assim, quase toda entidade religiosa que oferece comida exerce-a acompanhada de pregação religiosa”.

Em relação à promoção da autonomia desse grupo da população, as ações realizadas pelo Centro Espírita, Igreja Católica e Igreja Evangélica não trabalham com a questão de inclusão social tendo, portanto, efeitos bastante limitados. Como disse Joel, 38 anos, que vivenciou a situação de rua, “acho legal, interessante. Em parte ajuda, ficar com fome é difícil. Mas, acho que não ajuda tanto, porque te deixa preguiçoso, muitas vezes deixa preguiçoso”. Já a Comunidade Católica desenvolve diversas atividades com o objetivo de gerar renda e inserção social, a exemplo da coleta de materiais recicláveis, confecção de artesanato, bazar, jornal, além da parceria com empresas do ramo da construção civil. Para Gabriel, 63 anos, “a comunidade é vida, oferece tudo pra nós, primeiro alimentação, depois acolhida, depois é o cuidar da saúde, depois oferece emprego e a moradia. Ela dá o gosto da vida, o gosto pelo trabalho”.

Segundo o seu idealizador a “comunidade faz questão de viver do fruto do seu trabalho”. Considera, também que o acolhimento dado à população em situação de rua na instituição, não atende às demandas desse segmento social.

O espaço pretende ser apenas um sinal de que existe uma saída. Há algo dentro de cada um que pode ser mudado. A comunidade tem um espaço que favorece essa mudança, mas na verdade quem opera a mudança é a própria pessoa, concluiu.

Corroborando esse pensamento, Rosa (2005) ressalta que

a rua tem saídas e elas são múltiplas e diversificadas, tanto no plano institucional como no movimento social, cujas ações devem levar em conta a heterogeneidade dos perfis das pessoas em situação de rua e as perspectivas e aspirações que elas elaboram na reconstrução de suas vidas (ROSA. 2005, p. 194)

Historicamente, as entidades filantrópicas desenvolvem ações direcionadas para a população mais pobre da sociedade através da caridade. As que atuam na doação de alimentação para as pessoas em situação de rua suprem uma das necessidades imediatas desse segmento – saciar a fome. Mas suas atividades estão longe de promover a integração social; ao contrario, estabelecem e mantêm uma relação de dependência desse segmento populacional com as entidades. Ivo (2008, p. 173), destaca em seu estudo que “a pulverização das práticas solidárias por iniciativas das entidades da sociedade civil, ainda que produzam resultados particulares efetivos e válidos, escapam à determinação de prioridades mais amplas pactuadas numa rede pública”.

#### **4.2 Serviço especializado de abordagem social**

O Serviço de Abordagem Social em Salvador é prestado à população em situação de rua tanto pelo Projeto de Atendimento Itinerante, mantido pela SEMPS, como pelo Projeto Atendimento Móvel, realizado pelo Governo do Estado em parceria com a Associação Viver Saudável. Cada um mantém duas equipes que, diariamente, visitam diversas áreas da cidade, no intuito de encaminhar esse segmento social para os serviços socioassistenciais.

Manolo, 33 anos, acolhido no Abrigo de Salvador, ao ser indagado sobre a atuação da equipe do projeto de abordagem, contou: “decidi procurar ajuda. O rapaz que ‘mim’ atendeu marcou pra falar comigo no outro dia, porque ele ia procurar saber se tinha vaga aqui. Fui pro Centro de Convivência Brasil, fiquei lá por uma semana, depois vim pra cá”. Já Cecílio, 36 anos, que pernoita no Dormitório Público declarou: “eu estava dormindo na frente do Mercado Popular no Comércio quando a Kombi me abordou (...) foram todo mundo educado, perguntou se eu queria vim pra aqui, eu aceitei”.

Em relação aos desafios para o desenvolvimento do trabalho, Juci declarou que as principais dificuldades encontradas pelos profissionais do Projeto Atendimento Móvel se deveram

ao fato da rede de proteção, que ainda é muito pequena. A gente conta com o Centro de Convivência da Cidade e Centro de Convivência Brasil, mas os Centros não têm muito recurso, eles não têm como encaminhar logo essas pessoas. A Casa da Cidade é sempre lotada. Vagas para mulheres são muito poucas. A gente tem o Dormitório Público, mas é pequenininho atende vinte e oito homens e doze mulheres. Realmente, tem que ter uma política pública voltada para a população de rua. (...) na saúde não tem internamento. (...) o Brasil precisa atentar para o ser humano, pra reconhecer que é necessário ter uma política de saúde firmada e social também, eu sei que eles estão buscando, mas a gente conhece como é.

Para Isa, a primeira dificuldade do Projeto Atendimento Itinerante para suprir as demandas das pessoas que vivem nas ruas é o acesso aos serviços de saúde, principalmente pela falta de documentos desse público; a segunda é o número insuficiente de vagas para acolhimento; a terceira é a inexistência de locais apropriados para abrigar famílias, a casa lar preconizada na Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009c), ainda não foi implantada e a quarta é o reduzido quadro de pessoal para prestar o atendimento ideal.

Isa informou que a SEMPS está buscando prestar um melhor atendimento e, para isso, promove ações intersetoriais, participa do grupo de trabalho sobre a população em situação de rua, está planejando um evento com objetivo de fomentar o debate sobre essa problemática e produzindo em parceria com o

Governo do Estado, através da Secretaria de Direitos Humanos, um guia da rede socioassistencial existente na cidade para o referido grupo.

Juci, no entanto, considera o Projeto de Atendimento Móvel de extrema importância para o atendimento desse público, como revelou em seu depoimento, “só através da abordagem, a gente pode ter a visão clara das condições dessas pessoas, o porquê que elas estão ali na rua. A gente não pode erradicar a pobreza, a gente pode minimizar a situação da população menos privilegiada”, finalizou.

Os Projetos que realizam abordagem social na cidade procuram cumprir o que preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, porém são poucos os avanços, em decorrência dos recursos limitados, apresentados pelas instituições de atendimento. Segundo Magni (2006)

ao utilizarem os locais públicos como calçadas, viadutos, praças, parques, etc, com a finalidade domésticas, essas pessoas afrontam o ideal de controle e domesticação do meio citadino, além de corromperem a ordem de classificação (público/privado) dos espaços urbanos. Dormir, comer, excretar, copular, divertir-se, brigar, enfim, sobreviver e conviver com seus pares na própria rua subverte a organização espacial citadina. Dessa forma, agentes da polícia, da limpeza urbana, da fiscalização de áreas de riscos, da assistência social dentre outros, tentam inutilmente retirar daqueles locais os nômades que não se enquadram à forma sedentária de viver. (MAGNI, 2006, p. 37).

Vale a pena apresentar o depoimento indignado de Juliano, 28 anos, que se encontrava abrigado na Oficina do Obreiro, quando o inquiri sobre as ações que o Governo deveria executar para atender às demandas da população em situação de rua. Disse ele que

devia abrir mais instituições, centro de reintegração, para capacitar as pessoas, chamar a responsabilidade pra cima da pessoa mesmo, pra pessoa sair dali capacitada com trabalho e do trabalho pra casa. Só assim, melhorava. O governo não se preocupa muito com isso não. Você ver tava fazendo a limpeza na rua por causa do negócio da COPA. A COPA vem aí, tem que tirar os maloqueiros tudo da rua, mas tirar os maloqueiros tudo da rua e botar na Casa da Cidade, não se vê nada na Casa da

Cidade, só vê comida e dormida. A pessoa moradora de rua precisa de um lugar que ele aprenda e saia trabalhando, na minha visão.

#### **4.3 Serviços especializados para pessoas em situação de rua**

Em relação ao espaço físico, o Centro de Convivência Brasil, o Centro de Convivência do Cidadão e o Projeto Cidadania oferecem uma boa estrutura, são amplos, bem iluminados e limpos. O Projeto Cidadania apresenta características bem distintas das demais instituições, é rodeado por jardins bem cuidados e ornamentados com peças artesanais produzidas com garrafas pet pelos usuários, nas oficinas promovidas pelo espaço. O seu interior também é decorado com várias peças de plástico coloridas e outras esculpidas em madeira.

No Centro de Convivência do Cidadão as pessoas chegam por demanda espontânea, conduzidos pelos Projetos de Atendimento Móvel e Itinerante, encaminhados por hospitais, defensoria pública, presídio e terminal rodoviário. No Centro de Convivência Brasil, elas chegam ao local por iniciativa própria, através dos Projetos de Atendimento Móvel e Itinerante ou encaminhado por instituições que conhecem o trabalho realizado no equipamento social. Também no Projeto Cidadania, a grande maioria dos acolhidos procura a entidade por iniciativa própria.

Sobre o atendimento no Centro de Convivência do Cidadão, primeiramente as pessoas são acolhidas na recepção e, em seguida, pelo serviço social; caso seja necessário, são atendidas também pela psicóloga e, após a escuta, são encaminhadas, de acordo a sua necessidade, para higiene pessoal, tratamento de saúde, assistência social, psicológica ou jurídica, centro de recuperação e, na maioria das vezes, para acolhimento. Nos casos de

migrantes são encaminhados para a Casa da Cidade e os moradores em situação de rua para o Abrigo de Salvador.

É importante destacar que as pessoas que não têm documentos são orientadas a procurar a Delegacia para fazer um boletim de ocorrência e a instituição disponibiliza o endereço para referência. Maísa explicou que o procedimento é necessário,

porque a gente precisa saber quem é ele, o boletim de ocorrência já identifica, já nos dá uma segurança. Eles negam no primeiro momento até o nome. Tem muitos aqui, para você identificar é depois de três, quatro ou cinco escutas é que eles começam a se soltar. Já teve caso aqui de uma pessoa, que após um contato por telefone com a delegacia descobrimos que estava procurada pela justiça no interior, já estava aqui com outro nome. E as pessoas que chegam após consumir bebida alcoólica não são atendidas, a gente pede para retornar quando estiver sóbria.

Para Scorel (1999, p. 161), “mentir faz parte dos códigos, é aceito como mecanismo de proteção. (...) A desconfiança é permanente: ‘na rua não se pode confiar em ninguém’ é uma frase repetida”.

No Centro de Convivência Brasil, inicialmente os usuários são atendidos pelos técnicos que preenchem um cadastro. Na escuta, os profissionais procuram conhecer sua história de vida e demandas que, em sua maioria, são por aquisição de documentos, local para acolhimento e, em menor número, tratamento para dependência química.

Após esse primeiro contato, recebem orientações sobre como utilizar os serviços ofertados pela instituição, como banho, lavanderia, sala de televisão, guarda-volumes, endereço para correspondência ou para encaminhamentos mais complexos como regularização de documentos, unidades de saúde, centro de recuperação e abrigo. Em relação ao acolhimento, Lenita declarou:

encaminhamos para as Unidades se tiver vaga, aí a gente vai avaliar, se ele é de Salvador vai para o Abrigo de Salvador ou Dormitório Público. Se ele é de fora para a Casa da Cidade, por enquanto em Salvador a gente não vê outras casas de acolhimento, só são essas três mesmo, duas do município e



uma do Estado. A Oficina do Obreiro é um passo final pra saída de rua, quando ele já está se estruturando, já está visualizando a saída dele de rua, a gente já trabalhou com ele. Não adianta encaminhar se ele não tem em mente o caminho dele de saída de rua.

No Projeto Cidadania, primeiro as pessoas são atendidas pelo Serviço Social, onde são informadas e estimuladas para participar das atividades disponibilizadas pela entidade.

Sobre os serviços ofertados, o Centro de Convivência do Cidadão disponibiliza: um curso de alfabetização, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação que iniciou uma turma do Programa Salvador Cidade das Letras.<sup>14</sup> Inicialmente, vinte pessoas foram matriculadas, mas apenas oito frequentam as aulas, todas do sexo masculino; atividades esportivas e recreativas (jogo de dominó, dama) sob a orientação do educador esportivo; oficina de reciclagem com jornal e garrafas pet, realizada pelo professor de arte; sala de leitura, sala de vídeo e televisão; quinzenalmente, uma escola de cabeleireiro do bairro promove corte de cabelo e faz barba dos usuários.

Na primeira visita que realizei à Instituição, encontrei apenas dois usuários nas dependências do imóvel, um na sala de televisão e o outro sentado no pátio externo. Na segunda visita, encontravam-se no espaço apenas quatro pessoas, que estavam participando da aula.

---

<sup>14</sup>Programa Salvador Cidade das Letras integra a política pública da Educação de Jovens e Adultos do município de Salvador que visa atender as pessoas acima de 15 anos de idade não alfabetizadas, garantindo-lhe ao término do programa a continuidade dos estudos nas escolas da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com os objetivos e metas do Plano Municipal de Educação 2010 – 2020 que estabelece “reduzir em aproximadamente 80% ao longo de cinco anos os índices de analfabetismo. Tem duração de oito meses, podendo ser prorrogado, as aulas são ministradas por uma alfabetizadora, capacitada pela Secretaria Municipal de Educação, de segunda a quinta feira, com duração de duas horas e meia, no turno vespertino. Após alfabetizados os alunos serão encaminhados para rede de ensino mais próxima da Unidade de acolhimento ou local moradia.

Na oportunidade, conversei com Ricardo, 33 anos, que contou sua história de vida e o atendimento recebido no local. Declarou que morava com os pais no bairro da Capelinha, com a morte deles foi para São Paulo com a esposa, onde morou nos últimos oito anos. Passou a viver nas ruas, após se desentender com a sogra. Trabalhava em um ferro velho em Praia Grande, na baixada. Depois voltou para São Paulo, onde passou a dormir em um dos albergues mantido pela Associação Beneficente Caminho de Luz (ABECAL) na região da Jabaquara. Conseguiu trabalho como pintor, o que lhe possibilitou alugar uma casa e deixar a instituição.

Retornou para a Bahia há quatro meses, para resolver um problema de família, ficando, inicialmente, na casa da ex-sogra em Camaçari, mas após novo desentendimento, foi para rua onde teve seus pertences furtados durante a noite. “Um dia na rua dormi demais, levaram minhas mochilas e meus documentos. Infelizmente a rua é um veneno, só quem passa sabe o que é essa situação de rua” explicou.

Quanto aos seus familiares que residem em Salvador, ele contou:

não procurei, minha irmã tem a vida dela, depois que meus pais morreram infelizmente tem família que muda tudo, (...) é como se não tivesse esse vínculo, da minha parte não tem mais, é como se eu não tivesse família, não quero manter contato.

Segundo Escorel (1999, p.106), “a desintegração familiar por morte é uma “fonte” de população de rua desde a época medieval. (...) Quando os pais morrem, a dispersão dos irmãos pode ser uma estratégia de sobrevivência”.

Veio para Salvador há cerca de dois meses. Hoje, dorme no Abrigo de Salvador, onde espontaneamente solicitou acolhimento e frequenta o Centro de Convivência do Cidadão. Sobre sua rotina narrou que

pela manhã tomo café, posso voltar de tarde pra almoçar e dezessete horas posso entrar novamente pra tomar um banho, assistir televisão e esperar a janta. Lavo roupa mais aqui, porque lá não tem pia. Alimentação não falta é uma em cima da outra, é

uma benção em cima da outra que Deus manda pra gente se alimentar, é sopinha, é um bolinho, pão sempre tem. (...) Quando tenho um tempinho venho fazer atividade de arte plástica, eu gosto de fazer um barato desse assim (...). A casa tá 'mim' dando oportunidade pra eu me organizar e fazer alguma coisa. Realmente eles tão de parabéns.

Sobre as dificuldades para conseguir emprego, ressaltou a falta de documentos, “o Centro de Convivência do Cidadão e a Prefeitura deveriam dá oportunidade de serviço”. E complementou:

preciso de dinheiro, independente de eu tá aqui. Não têm alguém pra dá cinco e oitenta, duas passagens. Pra cortar o cabelo tenho que pagar, pra tirar foto tenho que pagar. Higiene pessoal, o cara que comprar um sabonete, pegou uma micose tem que comprar o remédio. (...) Em São Paulo tive minha carroça, se tivesse aqui eu esbagaçava, porque é cidade baixa, é plano. Eu tô pensando em fazer uma carroça pra trabalhar nesse setor.

O Centro de Convivência Brasil realiza palestras e, uma vez por semana, grupo de convivência com os acolhidos, visando fomentar discussões e reflexões sobre suas vidas e aos profissionais conhecê-los. Lenita informou que “as pessoas em situação de rua são muito desconfiadas, então a gente deixa bem aberto para que eles se sintam à vontade de se inserir no grupo. Geralmente participam de sete a quatorze pessoas”.

Através da parceria com a Secretaria Estadual de Educação foi implantada uma sala do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA).<sup>15</sup> As aulas são ministradas por duas alfabetizadoras da Secretaria Municipal de Educação

---

<sup>15</sup> Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), criado pelo Governo da Bahia, em 2007, com o objetivo de promover uma educação de qualidade para a população de jovens, adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural desses sujeitos.

de segunda a quinta-feira, das oito às onze horas. É importante ressaltar que, na data da entrevista, apenas duas pessoas estavam matriculadas no Programa.

Outro serviço prestado são os encaminhamentos para inclusão nos Projetos Sociais do Governo Federal, na Central de Informação e Atendimento Social (CIAS) que está atendendo no Shopping da Baixa dos Sapateiros, vinculado à SEMPS, que é a responsável pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) em Salvador. Segundo Lenita, as dificuldades para inclusão desse público nos programas passam pela falta de documentos:

quando conseguem regularizar os documentos, perdem, a polícia bate e leva ou se estragam em consequência da chuva. Não retornam para concluir o cadastramento, poucos recebem bolsa família. Já teve uma pessoa que recebeu uma casa do Programa Minha Casa Minha Vida, mas perdeu a casa e voltou para rua, finalizou.

A entidade está programando oficinas de capoeira e música, além da parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) para oferecer cursos de reciclagem com garrafas pet, jornal e biscuit, em função da facilidade de adquirir o material, e porque já são conhecidos por esse público. O SESC vai ensinar a fazer e comercializar os produtos.

É importante registrar que, na primeira visita ao Centro de Convivência Brasil, não foi possível conhecer o espaço físico, porque os funcionários estavam empenhados em solucionar os problemas provocados por uma tentativa de arrombamento que ocorrera durante a noite. Na segunda tentativa, conheci, parcialmente, as instalações, pois não estavam disponíveis para atendimento ao público e a maioria das salas estava fechada por causa do roubo dos fios de energia. Na terceira visita ao equipamento, encontrei dezenove pessoas, sendo dezoito homens e uma mulher. A maioria estava deitada sobre papelões no refeitório, alguns dormindo, outros assistindo televisão e dois lavando roupas.

Ao abordar Rui, 38 anos (que estava utilizando a lavanderia) sobre sua trajetória nas ruas, ele contou que a morte da mãe fez com que fosse a viver na rua quando tinha sete anos. Foi para São Paulo com dezoito anos, na cidade freqüentou Albergues e o Movimento de População de Rua. Há cerca de um ano e meio, dorme na Praça da Piedade, desde que voltou da última viagem que fez a São Paulo. Diariamente, pela manhã, comparece no espaço, “eu venho aqui todos os dias, chego às oito horas, tomo banho, tiro um sono, converso, às vezes lavo roupa, mas tem que olhar, se não os donos leva”, disse brincando. “Fico até o meio-dia. Saio, almoço no Prato do Povo e vou embora trabalhar”.

Como podemos perceber na fala de Rui, os locais implantados para possibilitar autonomia às pessoas em situação de rua não alcançam seus objetivos. Eles reforçam os vínculos de dependência desse segmento com os serviços de atendimento. Confirmando o que assinala Silveira (2006),

percebe-se, hoje que as estruturas institucionais existentes para atender ao desabrigo, tendem a deslocar o foco da superação da situação de rua para o da sobrevivência nessa situação, pois acabam por capturar a energia e atenção desses sujeitos. É exemplo disso a articulação irregular da rede de serviços, que impõe ao morador de rua uma eterna itinerância de um serviço a outro, (SILVEIRA, 2006, p.122).

No Projeto Cidadania, a metodologia de trabalho é dividida em duas etapas: oficina de convivência e oficinas de capacitação. Inicialmente os acolhidos participam da oficina de convivência que é realizada no turno vespertino, com capacidade para atender quarenta pessoas. A atividade tem o objetivo de fortalecer a identidade individual e proporcionar o cuidado com o corpo, oferecendo espaço para higiene pessoal, isto é banho, corte de cabelo, fazer a barba e local para lavar roupa.

Após participarem das oficinas de convivência, os interessados são encaminhados para as oficinas de arte e culinária, que têm como objetivo o preparo de alimento, limpeza e higiene, organização de cozinha e utensílios;

oficina de manutenção para arrumação e limpeza de espaços e pequenos consertos; oficina de artesanato com papel, madeira e materiais recicláveis e oficina de espaço verde para produção de adubo orgânico, mudas, plantio e conservação de jardins. As atividades visam estimular as relações interpessoais, o exercício dos direitos e deveres, além da capacitação profissional. São realizadas no turno matutino, com capacidade para atender dezesseis pessoas.

Além das oficinas, a entidade mantém um bazar que vende roupas a preço simbólico para os assistidos; realiza curativos; disponibiliza endereço da Instituição para correspondência, envio e recebimento de cartas; local para jogos, leitura e filmes; realiza palestras, atendimento social com encaminhamentos para os programas sociais Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, regularização de documento, Casa da Cidade, Abrigo de Salvador, centro de recuperação, serviços de saúde e trabalhos direcionados para a espiritualidade.

O Projeto Cidadania também disponibiliza diversos serviços em parceria com as seguintes instituições: Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujos alunos dos cursos de serviço social, psicologia, medicina, letras desenvolvem atividades no local; Universidade Católica de Salvador, campo de estágio do curso de serviço social; Faculdade São Bento oferece acompanhamento psicológico grupal; Serviço Social do Comércio (SESC) com o Mesa Brasil, que doa alimentos; Fórum de População de Rua; Fórum Baiano de Tuberculose encaminhamentos e atendimento nas Unidades de Saúde e no Hospital Otávio Mangabeira; Distrito de Saúde do Centro Histórico que realiza acompanhamento e prevenção da tuberculose; Defensoria Pública; Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC); e Empresas do ramo da construção civil. Viabiliza, assim, uma rede de atenção para essa população.

Com o objetivo de conhecer a rotina do Projeto Cidadania passei a tarde no espaço, onde encontrei quinze usuários. No salão principal, sete pessoas estavam acomodadas assistindo filme e duas estavam lendo. Após o término do filme, cinco pessoas iniciaram uma partida de dominó e três aguardavam para

ser atendidos pela assistente social. Seis pessoas utilizavam a área da lavanderia e dos banheiros. Às dezesseis horas, iniciaram o encerramento das atividades, todos se reuniram no salão e se formou uma ciranda. Nélia falou algumas palavras de incentivo e reflexão sobre viver nas ruas. Logo em seguida, todos deram as mãos e fizeram uma oração, encerrando a comunhão com uma salva de palmas.

Quanto ao atendimento dispensado aos usuários, Domingos, 51 anos, contou que vive nas ruas há dez anos, dorme no Aquidabã. Mantém contato com seus familiares, mãe e irmãos. Consome diariamente bebida alcoólica. Sobrevive de pequenos trabalhos de pedreiro. Frequenta o Projeto Cidadania há um mês, veio com um amigo que dorme no mesmo local. Participou de palestra, assiste à televisão, toma banho, corta cabelo e aprendeu a ler e escrever nas aulas que eram ministradas.

Em relação à alimentação, no Centro de Convivência do Cidadão é servida uma sopa no final da tarde, doação da Fundação Cidade Mãe (FCM), que funciona próximo do espaço. Os educadores sociais são responsáveis pelo transporte do alimento até o abrigo, “a sopa que eles dão aqui, eles têm que buscar no outro lado, um panela de sopa a tempo de se queimar, eu sempre ajudo a trazer a sopa”, relatou Ricardo, 33 anos. No Centro de Convivência Brasil a sopa é fornecida pela Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) da Prefeitura e oferecida à tarde aos assistidos; no Projeto Cidadania, a alimentação é preparada no próprio local e distribuída no final das atividades.

Sobre os desafios da equipe para atender às demandas desse segmento social, Maísa, do Centro de Convivência do Cidadão, destacou a área da saúde como um grande obstáculo, principalmente na assistência a saúde mental. Segundo a entrevistada,

as unidades que atendem pessoas com transtornos mentais são agora hospitais dia. Atende de dia e a noite eles vão para onde? (...) Eles ficam soltos por aí, chegam aqui, a gente não sabe para

onde encaminhar, às vezes estão com documento no bolso, a família não tem como acolher e as instituições Casa da Cidade e Abrigo Salvador não têm como recebê-los porque não tem profissionais para atender esse público. Seguindo da necessidade de capacitar a equipe porque atender a população em situação de rua não é brincadeira, é muito difícil.

Sobre isso, Pagot (2012) destaca o pensamento de Gonzalez

os 'loucos' apresentam como um dos seus sintomas característicos o fato de fugir dos lares; esse sair pela rua está associado, muitas vezes, a falta de condições que a família tem de dar conta de sua enfermidade; assim, eles acabam vagando pelas ruas. (GONZALEZ, 1996 apud PAGOT, 2012, p. 87).

Já no Centro de Convivência Brasil, Lenita informou que

é difícil a grande maioria não quer sair da rua, não estão preparados, têm o receio de sair, têm medo de estar lá de novo e cair, então tudo isso passa pela cabeça deles. A gente teve perdas de algumas pessoas que voltaram ao uso de substâncias psicoativas, mas a gente tem mais vitórias que derrotas.

No Projeto Cidadania, Nélia falou dos principais desafios no atendimento desse grupo populacional: “primeiro é quando os usuários chegam drogados e agressivos; segundo o rompimento do processo de acompanhamento; terceiro são as recaídas e desobediências das regras, e quarto, a manutenção do convênio”.

No que se refere aos resultados exitosos do trabalho no Centro de Convivência do Cidadão, Maísa destacou “o compromisso de alguns funcionários com a continuidade das atividades na Unidade apesar das dificuldades”. No Centro de Convivência Brasil, Lenita pontuou que

o grupo tem se esforçado, por toda dificuldade que nós temos, de tudo, de gestão. Se bem que agora está se organizando, essa nova gestão está começando a se esforçar mais. Mas a equipe tem se esforçado muito para atender com qualidade e não por quantidade e estão nos trazendo bons frutos, porque a



gente percebe que desde a época que a gente abriu até agora nós conseguimos muita coisa. Muitos já chegaram aqui para gente e falou assim “eu já saí de situação de rua”.

Para Nélia, do Projeto Cidadania

o trabalho atende aos seus objetivos são oitocentas pessoas atendidas no mês nas oficinas e mais duzentos pelo serviço social. Cem pessoas já deixaram de usar drogas e retornaram para casa, voltaram a ter uma renda através da atividade de baleiro, trabalhando com o carrinho de mão na Feira de São Joaquim e alguns passaram a receber Bolsa Família.

#### **4. 4 Serviço de acolhimento institucional e em república para adultos em situação de rua**

Sobre a estrutura física dos serviços da rede socioassistencial que oferecem pernoite, a Casa da Cidade está bastante degradada, o ambiente é escuro e pouco ventilado. O espaço não dispõe de sistema de ar condicionado e nem de bebedouro para os usuários.

O Abrigo de Salvador também apresenta instalações precárias, insalubres e sem as mínimas condições de higiene; as paredes são pintadas com cores escuras que estão bastante desgastadas, o espaço também não tem equipamento de refrigeração e não dispõe de bebedouros para os acolhidos. No refeitório, que também é utilizado como sala de televisão, a maioria das cadeiras está quebrada, as pessoas sentam em cima das mesas e também utilizam colchões para deitar no chão.

O espaço destinado à lavagem de roupa, não tem tanque, a água sai do cano diretamente para o chão, que também está danificado. No dormitório, os assistidos mantêm seus pertences em caixas próximas à sua cama, não existem armários. Os móveis, em geral, apresentam péssimas condições de conservação. A fala de Manolo, 33 anos, explicita sua resignação “eu não falo nem mais de melhora disso aqui, porque a gente tá bebendo água do tanque, já

faz tempo”. Bela, 43 anos, contou sobre a presença de ratos “nós colocamos quentinha com chumbinho, acabamos com a ratazana”.

No Dormitório Público, apesar de estar instalado em um imóvel que passou por recente reforma, observei que os quartos masculinos, assim como os femininos são extremamente pequenos, sem ventilação. Os beliches impedem qualquer movimentação nos cômodos, porque foram postos lado a lado. As camas estavam desferradas com os lençóis amontoados e exalando um forte odor. Provavelmente, essa situação é um reflexo da reduzida equipe responsável pela higienização do local, além da questão da mobilidade, pois os dormitórios estão localizados nos andares superiores do imóvel, o que dificulta o acesso aos quartos por pessoas deficientes e, em alguns casos, pode até impossibilitar o acolhimento desse público.

A Oficina do Obreiro é exceção, a instituição está bem estruturada, o espaço é amplo, limpo, bem iluminado e ventilado. Como destacam Bulla, Mendes e Prates (2004)

o ambiente em sua precariedade, reproduz a cultura de exclusão existente na sociedade, em que o padrão de aceitabilidade requerido para o atendimento social à população em condições de miserabilidade é mínimo. Ou seja, aceita-se como “natural” a utilização de “ambientes pobres, para pobres”. (BULLA; MENDES; PRATES, 2004, p. 130-131).

Quanto aos serviços, todas as instituições dispõem para os acolhidos, de pernoite, banho, alimentação, guarda-volumes, lavanderia e atendimento social que os encaminha para regularização de documentos, tratamento de saúde, programas sociais e de transferência de renda, além de retorno para a família. Apenas a Oficina do Obreiro oferece acompanhamento psicológico.

Na Casa da Cidade, pela manhã os acolhidos tomam o desjejum e fazem a limpeza do dormitório e banheiros, depois deixam o local. Retornam às doze horas para almoçar e novamente saem do espaço. A partir das dezessete horas retornam. Nesse turno lavam roupa, jantam, assistem à televisão. Às vinte e uma

horas os portões são fechados e pelas vinte e duas horas se dirigem ao dormitório, quando, então as luzes são apagadas. Um educador social permanece no equipamento durante a noite.

No Abrigo de Salvador, pela manhã é servido o café, que consiste de um copo de café puro ou com leite e dois pães com margarina. A partir das oito horas, todos devem deixar o espaço, exceto as mulheres, idosos e os que apresentam problemas de saúde, que têm permissão para permanecer no local. Os que desejarem, podem se dirigir ao Centro de Convivência do Cidadão, que se localiza na mesma rua. Às doze horas retornam para o almoço e, novamente, deixam o espaço às quatorze horas, voltando a partir das dezessete horas. À noite é servido o jantar. As três refeições são fornecidas por uma empresa de alimentação que presta serviços à Prefeitura.

O dia dos acolhidos no Dormitório Público começa por volta das seis horas. Após a higiene matinal e retirarem seus objetos pessoais do armário, devem descer, devolver a chave e aguardar o café da manhã no lado de fora da Instituição. São servidos grupos de quarenta pessoas por vez para a refeição, que pode consistir de pão ou biscoito, mingau ou mungunzá, raízes e café com leite. Tomam o café e saem, cedendo o lugar para outra pessoa. Não podem permanecer no interior nem na frente da Instituição. A partir das onze horas, o ritual se repete, o educador social registra os nomes das pessoas por ordem de chegada e, novamente, as pessoas vão sendo servidas em número de quarenta e, após almoçarem, deixam o lugar para outro. Além dos horários de entrar, acordar, sair e das refeições, as normas da casa não permitem fumar, nem consumir bebida alcoólica. Pessoas sob efeito de álcool e/ou drogas não podem entrar no espaço.

Às dezessete horas, quando chegam à unidade, informam o nome ao educador social e ficam aguardando o jantar do lado de fora da casa. Os que pernoitam, têm permissão para entrar no equipamento, tomar banho e guardar seus objetos pessoais nos armários. Vilma justificou que a rotina do refeitório, visa promover mudança de hábitos dos assistidos “não pode servir lá fora a

alimentação, tem que ser aqui, muitas das vezes ele querem levar, querem sair com a alimentação. Aqui estão se reeducando, vão entender que não é assim”. Após todos serem servidos, os trabalhos são encerrados. As pessoas que pernoitam no local, se dirigem para o dormitório. Durante a noite, um educador social permanece no equipamento.

Na casa do Obreiro, os assistidos acordam às seis horas, mas quem vai trabalhar sai às cinco horas. Após a higiene pessoal, cada um arruma a própria cama e se dirige ao refeitório para a primeira refeição. A partir das oito horas, o grupo que permanece no espaço começa a limpeza da casa, sendo a arrumação dos quartos, feita por seus próprios ocupantes, para evitar mudar as coisas do lugar. Às doze horas, é servido o almoço. Em duas das três visitas que realizei ao abrigo, fui convidada para almoçar, aceitei o convite e aproveitei para observar a rotina da casa e estreitar os vínculos com a equipe de trabalho e os usuários. O refeitório é amplo, arrumado e limpo, com duas janelas gradeadas que possibilitam uma boa iluminação e circulação de ar. O mobiliário compreende duas mesas grandes com bancos de madeira. Sobre as mesas tinha molho de pimenta, farinha e guardanapo.

A refeição é preparada no local e arrumada em uma bancada de inox, cada pessoa se serve, podendo repetir. Não foi servida sobremesa nem suco ou refrigerante. Almocei na mesa menor em companhia da coordenadora, assistente social, psicólogo, um educador social e a cozinheira. A outra mesa foi ocupada por cinco usuários, dois conversavam animadamente e os demais almoçaram em silêncio. Ao final da refeição, cada pessoa se dirige à pia para lavar seu prato, copo e talheres. Às dezenove horas, é servido o jantar, havendo exceção para os que estão trabalhando. Às vinte e duas horas todos se recolhem e as luzes são apagadas. O horário de assistir televisão é estendido nos dias de jogo e final de semana e, como nas demais entidades, um educador social permanece à noite na Instituição.

Observei que os equipamentos sociais centram suas ações para o atendimento das necessidades básicas dos usuários, como pernoite, alimentação, higiene pessoal, não contemplando efetivamente, porém, atividades socioeducativas, profissionalizantes, cultural e de lazer que poderiam contribuir para o seu processo de autonomia. Como nos conta Demo (2001)

o apelo emancipatório apenas enfeita o discurso, prevalecendo no dia-a-dia a assistência como mau tratamento do pobre. É neste sentido que tento afirmar que certa assistência imbeciliza o pobre, pois não só lhe dá restos, como principalmente impede que se forme capacidade crítica e autocrítica, (DEMO, 2001, p. 64).

Nesse sentido Muñoz (1997) salienta que

quaisquer atividades, relações, circunstâncias e procedimentos que constituam os diversos trabalhos junto à população de rua, devem representar espaços em que essas pessoas vivam uma experiência qualitativamente diferente daquela que as levou e que as mantém na rua. Devem representar uma experiência que ofereça condições para novas e livres opções de vida e na que se encontre o apoio para tal escolha. Isto equivale a dizer que tudo no trabalho deve ser educativo, (MUÑOZ, 1997, p. 09).

É importante ressaltar que o ingresso nos serviços de atendimento da rede socioassistencial é feito por meio dos encaminhamentos das Instituições Centro de Convivência do Cidadão e Centro de Convivência Brasil, mas “nos finais de semana, quando a Secretaria recebe denúncia, os Projetos de Atendimento Móvel e Itinerante podem levar pessoas diretamente para abrigos”, explicou Marta. À exceção da Oficina do Obreiro, onde inicialmente os usuários passam por uma entrevista com a equipe técnica da instituição que verifica se o candidato possui perfil para inserção imediata no mercado de trabalho (possuir documento, apresentar boa saúde, não fazer uso de substância psicoativa ou consumir abusivamente bebida alcoólica) atendendo os requisitos, o acolhido é conduzido para o espaço pelo Projeto de Atendimento Móvel.

A Oficina do Obreiro é o único serviço que determina prazo de permanência, onde o assistido tem um período de três meses (que pode ser prorrogado por outros três meses) para inserir-se no mercado de trabalho; não obtendo sucesso será conduzido para a unidade de atendimento de origem. No espaço, são encaminhados para cursos profissionalizantes, para processos seletivos em empresas parceiras, para cadastro no SINE e SIMM e incentivados a elaborar seus currículos e procurar oportunidades de emprego. Uma vez inseridos no mercado de trabalho, a partir do segundo mês, o usuário aluga um imóvel e deixa o espaço. A equipe continua acompanhando-o por um período de três meses. Lídia funcionária da instituição destacou que

depois que eles descobriram que existe a Oficina do Obreiro, todo mundo tem o sonho de vim pra cá. Existe uma fantasia, muitos deles perguntam se é um quarto para cada um. Nós não damos emprego, não damos casa, nós fazemos o encaminhamento. Tanto que tem um aí emburrado, ele não se sente a vontade em ir atrás de um emprego e quer que a gente arranje alguma coisa pra ele. Esse erro é que a gente não quer mais cometer.

De acordo com Pinto (2007)

esses equipamentos tornam-se vitalmente necessários a muitos dos moradores de rua que os procuram, e o funcionamento desses lugares não parece procurar romper com essa necessidade. Ao mesmo tempo, apesar de necessário, ele reforça, a todo o momento, para os moradores de rua que lá estão, sua condição de vida. (PINTO, 2007, p. 92)

Os abrigos não fornecem produtos para higiene pessoal. No dormitório público, Vilma declarou que “foi programada a entrega de um kit de higiene (sabonete, xampu, creme dental, escova de dente, desodorante) para as pessoas acolhidas com pernoite”, mas no período da entrevista, essa distribuição tinha sido interrompida por falta do material. No Abrigo de Salvador, Manolo, 33 anos, contou que “de vez em quando eu faço reciclagem, carrego

material, descarrego um caminhão de ferro pra comprar pasta, sabonete, essas coisas básicas”.

Marta informou que

até o ano passado era fornecido desodorante, aparelho de barbear. Já foi feito um pedido, mas não chegou. Tem um grupo da Assembléia de Deus que comemoram aniversário dos usuários com bolo e refrigerante e distribuem um kit higiene para todos que estão presentes. Os que têm Bolsa Família compram o material de higiene que precisam. Só sabão para lavar roupa, diariamente, é fornecido pela casa.

Quanto à violência, Marta pontuou que no Abrigo de Salvador foi adotado um protocolo de conduta, pelo qual não é permitido o uso de drogas, consumo de bebida alcoólica, agressões físicas, nem desacato aos funcionários, sob pena de receber advertência oral, escrita e até suspensão. “Teve um que o policial encontrou um com duas garrafas “bombinhas”, aí recebeu uma semana de suspensão. (...) Se não melhorar o comportamento, sai”. No Dormitório Público, Vilma informou que “no início tinha muita briga, tinha muita divergência entre eles mesmos (...) mas, acabou, eles foram entendendo, eles estão vendo que não é assim que se vive, eles estão aprendendo, estão evoluindo”.

A Oficina do Obreiro também possui regras de conduta. Lídia assinalou que “não é permitido usar drogas ou consumir bebida alcoólica, como também discussões e brigas, sob pena de perder o direito de permanecer na casa”. Juliano, 28 anos, assistido pela Instituição, relatou seu descontentamento ao ser encaminhado inicialmente para Casa da Cidade pelo Centro de Convivência Brasil, citado como o equipamento social mais violento entre os entrevistados. “Eu falei que não ia, pelo meu temperamento, eu falei logo pra ela, se você quer “mim” botar na Casa da Cidade, o que eu tô sabendo, no falar do pessoal sobre a Casa da Cidade, eu tô indo pro campo de batalha desarmado”.

Já Cecílio, 36 anos, assistido pelo Dormitório Público, contou o que passou na instituição Casa da Cidade, “lá é muita zoada, muita discussão, muita

briga”, disse ele. No Abrigo de Salvador permaneceu durante quatro meses, retornando para as ruas. Também frequentou o Centro de Convivência do Cidadão. Segundo Nasser (2001), na Instituição o convívio é controlado pelos funcionários, plantonistas e até pelos acolhidos, que se fiscalizam mutuamente. Atividades tais como comer e dormir são realizadas em espaços coletivos, portanto, regras de conduta que não são respeitadas podem até levar à expulsão, isto é, ao retorno para as ruas.

Sobre os pontos positivos, Dulce, integrante da equipe de trabalho da Casa da Cidade, destacou o encaminhamento de quinze idosos para uma instituição asilar no subúrbio ferroviário. No Abrigo de Salvador, Marta declarou que as principais conquistas, apesar das limitações, são o fato de que muitos usuários estão com sua documentação regularizada, 70% dos abrigados já estão incluídos no Programa Bolsa Família, percebendo mensalmente setenta reais e foram estabelecidas parcerias com a Defensoria Pública, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE), o Serviço de Atendimento ao Cidadão do Comércio (SAC), 5º Centro de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial Rubim de Pinho, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Gregório de Matos, Centro de Acolhimento, Tratamento de Alcoolistas das Obras Sociais de Irmã Dulce.

No Dormitório Público, Vilma ressaltou o atendimento diário de oitenta pessoas, entre os acolhidos para pernoite e os que solicitam alimentação e atendimento social, como encaminhamento para regularização de documentos e unidades de saúde, entre outros. Lídia, da Oficina do Obreiro, informou o ingresso de treze dos trinta acolhidos no mercado formal de trabalho e o retorno de dois para a sua cidade de origem, com recursos próprios, além de que “todos foram inscritos nos programas do Governo Federal Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família”, concluiu.

Em relação aos desafios, Dulce, da Casa da Cidade, afirmou que o primeiro é o retorno dos acolhidos para sua cidade natal, pois a Instituição não dispõe de passagem. “Muitas pessoas vão para rua em busca de atividade,



“bico”, catar latinha ou papelão com objetivo de conseguir dinheiro para a passagem”; segundo, o encaminhamento de pessoas idosas e com transtornos mentais que se encontram no espaço. “Hoje, sete pessoas nessas condições têm autorização para permanecer durante o dia na Casa da Cidade”; o terceiro desafio é a falta de veículo em tempo integral para atender às necessidades da casa, pois “a SEMPS disponibiliza apenas um veículo tipo Kombi para servir a Casa da Cidade e o Abrigo de Salvador, o que influencia na rotina dos trabalhos”.

No Abrigo de Salvador, Marta citou o atendimento na área da saúde como a principal dificuldade, seguida da indisponibilidade de veículo em tempo integral para a instituição, pois o carro é também utilizado pela Casa da Cidade, o que muitas vezes impossibilita a condução dos usuários, principalmente os mais debilitados, para os órgãos responsáveis por emissão de documentos, para serviços de saúde, para perícia no INSS; a inexistência de recursos para transporte para atender pessoas que estão em busca de emprego ou realizam acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), o que influencia no tratamento, “o CAPS-AD faz uma programação semanal; pela distância eles interrompem, porque não têm dinheiro para ir, e terminam largando o tratamento”, isso tudo, além da reforma do ambiente físico e reduzido número de profissionais, tanto para atendimento, como para higienização e a compra de novo mobiliário, por exemplo, camas.

No tocante à reinserção familiar, a entrevistada assinalou que, apesar de “50% dos assistidos manterem contato com a família e alguns receberem visitas, os familiares relatam que ‘não’ o (s) querem lá [no bairro], porque tem a questão da dívida por causa das drogas, porque o parente está marcado e pode prejudicar a família também”.

No Dormitório Público, Vilma frisou a resolução das dificuldades do abrigo “não tem recursos para foto, vale transporte, não tem carro, não tem passagens (...). A metodologia inicial era para eles dormirem no máximo três dias, porém

em virtude das dificuldades, a gente releva (...) aqui eles se sentem seguros”. Já na Oficina do Obreiro, Lidia destacou que “existe uma grande solicitação por emprego e casa”. Mas um dos grandes obstáculos é o preconceito, pois, segundo ela “a dificuldade maior ainda é o preconceito. Quando acontece de ligar pra saber o que é a Instituição, um de nós explica o Projeto. Tem um que foi contratado por um supermercado, tá sendo um dos melhores funcionários de lá”, explicou.

Verificamos que a maioria dos entrevistados expressa o desejo de reinserção social através do trabalho, o que fica evidente no depoimento de Nina, 29 anos, que me concedeu a entrevista, na rua, enquanto aguardava atendimento social no Dormitório Público, onde ia pleitear uma vaga.

Na minha opinião, o que a gente precisa não é só comida, dormida. (...) Precisa de um lugar pra fazer um curso, uma coisa pra fazer o dia todo, porque a gente dorme aqui e vai passar o dia na rua, aí você se droga, se prostitui ou vai roubar, vai fazer a mesma rotina. A pessoa acaba dormindo de novo na rua. Tão dizendo que a prefeitura vai prender e colocar num galpão lá no CIA, vai prender quem não tiver documento. A gente não somos cachorros, a gente somos seres humanos, o que a gente precisa é de oportunidade, porque muitas vezes tem vergonha por causa das drogas, porque não tem força de vontade. (...) Muitos precisam de trabalho, carteira assinada, mas eles não dão oportunidade, você mora onde? Qual seu endereço? Não tem endereço, você não vai trabalhar, você é vagabundo, você é ladrão, você é prostituta, você é sacizeira, você é drogada, não tem oportunidade. Muitos dormem aqui, de dia vão roubar, se prostituir, vai usar drogas, eles não dão oportunidades não. Tenho vontade de trabalhar em uma coisa que eu soubesse fazer, trabalhar em uma lanchonete, em um caixa, eu sei mexer com computador. Gostaria de ser bancária, secretária, alguma coisa assim.

No que se refere ao tratamento dispensado pelos profissionais. Cecílio, 36 anos, declarou que frequentou o Centro de Convivência do Cidadão e “todo mundo me considerou, toda a vida as portas estão abertas, eu vou lá até hoje”. “Eles tratam a gente muito bem, é muito bom aí, é melhor que na rua”, disse Nina, 29 anos, em relação ao Dormitório Público. Manoel, 57 anos, acolhido na

Oficina do Obreiro contou que “elas [as assistentes sociais] não fazem o que não podem fazer, porque não podem mesmo, fazem o possível”. Diante dos depoimentos, podemos constatar que apesar das limitações apresentadas pela rede socioassistencial em relação ao espaço físico, recursos material e humano, os usuários avaliam bem as equipes de trabalho.

#### **4.5 Recursos humanos da rede socioassistencial**

Com o intuito de conhecer as características dos profissionais que atuam nos serviços de atendimento da rede socioassistencial em Salvador e as condições de trabalho a que estão submetidos, tracei o perfil das assistentes sociais, tomando essa categoria como ilustração do conjunto dos trabalhadores. Apresentamos, a seguir, um quadro com os dados gerais das assistentes sociais entrevistadas.

**Quadro 5 - Profissionais de Serviço Social que Atuam na Rede Socioassistencial em Salvador.  
Salvador, 2013**

Nome	Idade <sup>1</sup>	Declaração cor/etnia <sup>2</sup>	Natural	Universidade de origem	Anos de graduação	Pós-graduação	Anos de trabalho na instituição	Vínculo empregatício	Cargo na instituição	Carga horária (semanal)	Possui outro vínculo empregatício	Faixa salarial (SM)
Vilma	60 anos	Branca	Recife /PE	Universidade Leonardo da Vinci	01 ano	Não	08 meses	Terceirizada	Assistente Social	12h	Não	1 - 3
Marta	52 anos	Negra	Salvador	Universidade Católica do Salvador	25 anos	Sim	15 anos	Estatutária	Assistente Social	40h	Sim	7 - 9
Dulce	35 anos	Negra	Salvador	Universidade Católica do Salvador	05 anos	Sim	05 meses	Terceirizada	Gerente	40h	Não	1 - 3
Maisa	48 anos	Negra	Salvador	Universidade Vasco da Gama	04 anos	Sim	03 meses	Terceirizada	Gerente	40h	Sim	1 - 3
Flora <sup>3</sup>	42 anos	Negra	Salvador	Universidade Católica do Salvador	23 anos	Sim	04 anos	Estatutária	Chefe do S. Social	40h	Não	7 - 9
Maria <sup>3</sup>	47 anos	Parda	Salvador	Universidade Católica do Salvador	25 anos	Não	15 anos	Estatutária	Assistente Social	40h	Sim	7 - 9
Diva <sup>3</sup>	40 anos	Negra	Ribeira do Pombal/Ba	Universidade Estácio de Sá	01 ano	Não	01 ano	Terceirizada	Assistente Social	30h	Não	4 - 6
Luci <sup>3</sup>	34 anos	Branca	Salvador	Universidade Católica do Salvador	11 anos	Sim	01 ano	Terceirizada	Assistente Social	30h	Não	4 - 6
Lola	32 anos	Negra	Teodoro Sampaio/Ba	Universidade Estácio de Sá	01 ano	Não	01 ano	Terceirizada	Assistente Social	30h	Não	4 - 6
Lia	28 anos	Negra	Salvador	Universidade Católica do Salvador	05 anos	Não	05 meses	Terceirizada	Assistente Social	40h	Não	4 - 6

Fonte: Levantamentos de campo.

1 Idade declarada no momento da entrevista.

2 A classificação tem como base a autodeclaração.

3 Profissionais que apenas responderam à entrevista estruturada.

**Quadro 5 - Profissionais de Serviço Social que Atuam na Rede Socioassistencial em Salvador (continuação).  
Salvador, 2013**

Nome	Idade <sup>1</sup>	Declaração cor/etnia <sup>2</sup>	Natural	Universidade de origem	Anos de graduação	Pós-graduação	Anos de trabalho na instituição	Vínculo empregatício	Cargo na instituição	Carga horária (semanal)	Possui outro vínculo empregatício	Faixa salarial (SM)
Lenita	33 anos	Parda	Salvador	Universidade Católica do Salvador	07 anos	Não	01 ano	Terceirizada	Assistente Social	40h	Não	1 - 3
Isa	34 anos	Parda	Salvador	Universidade Católica do Salvador	08 anos	Não	07 meses	Terceirizada	Coordenação	40h	Não	1 - 3
Nélia	37 anos	Negra	Salvador	Universidade Católica do Salvador	05 anos	Não	05 anos	Terceirizada	Coordenação	40h	Não	1 - 3
Mila <sup>3</sup>	39 anos	Negra	Itaberaba/Ba	UNOPAR /Itaberaba	04 anos	Cursando	01 ano e 09 meses	Terceirizada	Assistente Social	40h	Não	1 - 3
Juci	55 anos	Parda	Santo Antonio de Jesus	Universidade Católica do Salvador	32 anos	Não	01 ano	CLT	Coordenação	30h	Não	1 - 3
Isis <sup>3</sup>	30 anos	Negra	Salvador	Universidade Católica do Salvador	03 anos	Cursando	03 anos	Terceirizada	Assistente Social	40h	Não	1 - 3

Fonte: Levantamentos de campo.

1 Idade declarada no momento da entrevista.

2 A classificação tem como base a autodeclaração.

3 Profissionais que apenas responderam à entrevista estruturada.

O universo das assistentes sociais envolve 20 profissionais, sendo que 16 foram entrevistadas. Três, apesar das tentativas, não foi possível contatar e uma não aceitou participar.

As profissionais entrevistadas são todas do sexo feminino. Em relação à idade, varia entre 28 a 60 anos, concentrando-se entre 30 a 48 anos (12 entrevistadas ou 75,0% do total). De acordo com Iamamoto (2008),

O contingente profissional, hoje é proveniente de segmentos médios pauperizados, com um nítido recorte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. (...) Com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto à discriminação a ela impostas no mercado de trabalho (com diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, exercício de funções menos qualificadas, etc), (IAMAMOTO, 2008, p.104).

No que se refere à cor/etnia 10 (62,5%) se autodeclararam negras, 04 pardas (25,0%) e 02 (12,5%) brancas. Sobre a naturalidade 11(68,7%) é de Salvador, 04 (25,0%) do interior da Bahia e 01(6,2%) de outro Estado da Região Nordeste.

Dessas profissionais, 68,7% (11) graduaram-se na Universidade Católica do Salvador, 12,5% (02) na Universidade Estácio de Sá, 6,2% (01) na Faculdade Vasco da Gama, 6,2%, (01) Centro Universitário Leonardo da Vinci, 6,2% e (01) Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Quanto ao tempo de graduação, varia entre 01 a 32 anos. A maioria (09 entrevistadas ou 56,2% do total) concentra-se entre 01 a 05 anos, sendo 03 (18,7%) com 01 ano, 01 (6,2%) com 03 anos, 02 (12,5%) com 04 anos e 03 (18,7%) com 05 anos. Já em relação ao aperfeiçoamento profissional cinco (31,2%) possuem título de especialista nas áreas de saúde e família e 02 (12,5%) estão cursando no campo de saúde e políticas públicas.

O tempo de serviço na rede socioassistencial varia de 03 meses a 15 anos, sendo que 37,5% (06) trabalham de 02 a 15 anos, 31,2% (05) trabalham há 01 ano e 31,2% (05) trabalham de 03 a 08 meses. Verificamos que 62,4% (10) profissionais ingressaram recentemente no mercado de trabalho, a partir da expansão da rede de atendimento para as pessoas em situação de rua na cidade.

Quanto ao vínculo empregatício, 12 (75,0%) são terceirizados, 03 (18,7%) são estatutários e 01 (6,2%) é celetista. Sobre o cargo ocupado 11 (68,7%) são assistentes sociais, 02 (12,5%) respondem pela gerência da instituição, 02 (12,5%) são coordenadoras de serviços e 01(6,2%) é chefe do setor social. Diante dos dados expostos, podemos considerar que, em relação ao vínculo trabalhista, a grande maioria dos profissionais da rede socioassistencial é terceirizada, o que vai de encontro ao que preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH-SUAS) que ressalta o caráter público da prestação de serviço, fazendo-se necessária a existência de servidores públicos responsáveis por sua execução e garantindo a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS, via terceirização, com o objetivo de garantir continuidade e qualidade dos serviços prestados. (BRASIL, 2013).

A carga horária de trabalho de 68,7% (11) das entrevistadas é de 40 horas semanais, 25,0% (04) é de 30 horas semanais. Para 6,2% (01) é de 12 horas semanais. Verificamos que a jornada de trabalho da maioria das entrevistadas não está de acordo com a Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010, que estabelece que a duração do trabalho do profissional é de 30 horas semanais. Desses, 13 assistentes sociais, ou seja, (81,2%) possuem apenas um emprego e 03 (18,7%) mantém 02 vínculos.

Constatamos que o salário das entrevistadas, em sua maioria, 09 (56,2%) está na faixa de 01 a 03 salários mínimos. 04 (25,0%) entre 04 a 06 e 03 (18,7%) entre 07 a 09. São mantidas diferentes remunerações para a mesma

categoria profissional, além da discrepância do provento entre os trabalhadores terceirizados e os concursados.

O Serviço Social integra a divisão social e técnica do trabalho como uma profissão liberal, desde 1949. Mas como destacam Yazbeck, Martinelli e Raichelis (2008, p.15) “seu desempenho é vinculado majoritariamente a instituições públicas e privadas, como um dos responsáveis pela implementação de políticas e programas sociais, o que vai configurando seu perfil assalariado”.

Nas visitas às unidades de acolhimento, verifiquei que os equipamentos estão fragilizados em relação às condições de trabalho: falta sala para atendimento social individual ou em grupo; há carência de recursos humanos, materiais e financeiros, além de falta de móveis e veículo. Duas das instituições não dispõem de computador, sendo os registros de dados e atendimentos feitos à mão.

Ainda que disponham de um conjunto de características inerentes às profissões liberais, como presença de um código de ética e uma regulamentação jurídica da profissão, os (as) assistentes sociais não detêm os meios necessários para exercer sua prática como um profissional autônomo. Segundo Iamamoto (2008),

dependem de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata (...). Em outros termos parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira. (...) A instituição organiza o processo de trabalho do qual ele participa. (...) Importa salientar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais. (IAMAMOTO, 2008, p. 63-64).



Atualmente, os (as) assistentes sociais estão sujeitos, como toda classe trabalhadora, à crescente precarização dos vínculos e relações de trabalho, com a justificativa da reforma do Estado, que restringe as políticas públicas o que, conseqüentemente, implica a redução dos direitos sociais e aumento da terceirização em detrimento de concursos públicos. Como ressalta Iamamoto (2008, p. 118), “o problema da insegurança do trabalho (...) não é peculiar ao Assistente Social: o seu enfrentamento exige ações comuns que fortaleçam a capacidade de articulação e organização de coletivos de trabalhadores”.

Nesse contexto, a autora destaca que o desafio para os (as) assistentes sociais

é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizonte para a formulação de propostas que façam frente a questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. (IAMAMOTO, 2008, p. 75).

E continua afirmando que

os assistentes sociais, apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente (IAMAMOTO, 2008, p. 80-81).

Por fim, dados apresentados nesta análise revelam as precárias condições de trabalho a que estão submetidas as assistente sociais e, por conseguinte, os demais trabalhadores da rede socioassistencial de atendimento à população em situação de rua em Salvador.

Nesse contexto, torna-se imperiosa a organização do conjunto de profissionais, em prol do cumprimento do estabelecido na NOB/RH-SUAS

(BRASIL, 2013), que preconiza a manutenção de um quadro de pessoal qualificado por meio de concurso público, além da educação permanente e valorização dos trabalhadores, com o objetivo de ofertar serviços de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação **Direito a Ter Direitos: Assistência Social à População Adulta em Situação de Rua em Salvador** se propôs a analisar a rede socioassistencial de atendimento a esse grupo populacional, dando destaque ao atendimento prestado pela rede formada pelos poderes públicos estadual e municipal e pela sociedade civil. Os serviços socioassistenciais são compreendidos como “o conjunto de ações unificadas e direcionadas para a concretização dos direitos”. Dessa forma, “mesmo as iniciativas realizadas por organizações não governamentais são públicas e determinadas pelos parâmetros e definições no SUAS”, (COLIN; SILVA, 2007, p. 157).

Este estudo foi realizado usando-se a revisão bibliográfica e pesquisa de campo nas quais foram empregadas as técnicas de entrevista e observação para obtenção de dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foi utilizado o método materialismo histórico dialético. Foram realizadas quarenta e quatro entrevistas, sendo privilegiada a análise de discurso.

Entre as normativas promulgadas para garantir os direitos desse segmento social destaco a Política Nacional de Assistência Social, em particular a Política Nacional para a População em Situação de Rua, promulgada pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, normatizada pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que têm o objetivo de padronizar os serviços prestados em todo o território nacional. É importante ressaltar que a partir da organização desse segmento social surgiram as primeiras normas com o objetivo de atender suas demandas, mas essas conquistas ainda são insuficientes, promove um mínimo de assistência, não garantindo medidas que, de fato, viabilizem a inclusão social dos moradores em situação de rua.

As pessoas que vivenciam a situação de rua desde a época das cidades pré-industriais, eram representadas pela figura do mendigo que recebia os

cuidados da família, vizinhança e comunidade, o que Castel (2009, p. 47) denominou de “proteção próxima”. Com o surgimento da industrialização capitalista houve mudanças na organização do trabalho, o que intensificou a migração da população rural para as grandes cidades. A economia urbana, no entanto, não foi capaz de absorver esse grande número de trabalhadores, formando o chamado “exército industrial de reserva”. No caso do Brasil como salienta Buarque (2003), foi implantado um setor industrial dinâmico, mas que manteve a agricultura em grandes latifúndios, provocando o êxodo rural, o que gerou a população apartada que hoje enche as grandes cidades do país.

O agravamento da crise econômica nos anos 90, quando o governo de FHC implantou de fato as orientações do neoliberalismo no Brasil, o país passou por transformações na organização do aparato produtivo e do trabalho, além da restrição do orçamento das políticas públicas, piorando as condições sociais e acarretando o aumento do desemprego, influenciando no crescimento do número de pessoas que passaram a fazer das ruas seu local de moradia e sustento. Somaram-se, então, aos “mendigos tradicionais”, os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho.

Quanto às características dos moradores em situação de rua envolvidos na pesquisa, constatamos que não difere dos perfis apresentados nos estudos realizados nas principais capitais brasileiras sobre a população em situação de rua (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997, 2003; ESCOREL, 2003; ROSA, 1994, 1995, 2005). Majoritariamente, são homens, negros, jovens, desempregados e com poucos anos de escolaridade. Em sua maioria, concentram-se nos bairros centrais da cidade, com o objetivo de satisfazer suas necessidades básicas realizando atividades como catação de materiais recicláveis, guarda e lavagem de carro, entre outras.

No Brasil, o MDS (BRASIL, 2009a) estima que 50.000 mil pessoas vivam nas ruas. Na Bahia, apesar da ausência de informações sobre o quantitativo desse segmento social no Estado, podemos citar as informações das pesquisas realizadas em Salvador. Em 2002, foram localizados oitocentas e dezoito

moradores em situação de rua. Já em 2009, esse quantitativo se expandiu para duas mil e setenta e seis pessoas. No mesmo ano, o censo nacional identificou na capital baiana três mil duzentos e oitenta e nove sujeitos nessa condição. Diante dos dados, envolvendo quase uma década, verificamos o acelerado crescimento desse contingente populacional no município soteropolitano.

No passado as ações voltadas para o atendimento das necessidades desse segmento social na capital baiana demonstrou que duas instituições estiveram presentes: a igreja, por meio da caridade, e a polícia, pela repressão.

Com as mudanças na proteção social do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a contar com um sistema universal de seguridade social formado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, conquistas teóricas, que não se efetivaram plenamente na prática, deixando à margem uma grande parcela da população brasileira, parcela essa representada também pelas pessoas que vivem nas ruas. Para Battini e Costa (2007, p. 40), “seguindo a agenda dos organismos internacionais, cresceu a idéia da focalização, da atuação do Estado contrária à universalização dos direitos sociais (...). Os serviços públicos devem se voltar apenas para os mais pobres”.

Nesse sentido, a Assistência Social foi elevada à política de direito não contributivo voltada para os que dela necessitarem, mas no campo da seguridade social é a política que apresenta mais dificuldade para se consolidar, em razão dos seus padrões tradicionais. Como destaca Araujo (2013, p. 100), “a sua essência mantém o caráter distributivo e compensatório, constituindo-se em atenuante dos efeitos mais visíveis e danosos da pobreza”.

É importante assinalar que a redução do papel do Estado, em consequência da adesão às orientações neoliberais, também exerceu forte influência na composição da Política de Assistência Social, pois transfere para a sociedade o atendimento das necessidades dos segmentos mais vulneráveis. Assim, “a sociedade civil foi chamada a participar por meio de ações solidárias,

levando ao processo de refilantropização da área social, como se boa vontade bastasse para reverter o grave quadro social do país”, (BATTINI; COSTA, 2007, p. 40-41).

Essa configuração é observada na composição da rede socioassistencial analisada neste estudo, a presença significativa de entidades filantrópicas, atuando em parceria com o Governo do Estado. Mas, como salienta Yazbeck (2001, p. 43) “o problema não está no crescimento da rede solidária, mas na redução da responsabilidade estatal face aos crescentes problemas sociais do país”.

Nesse contexto, as pessoas que vivem nas ruas passam a se fazer politicamente visíveis a partir da criação do Movimento Nacional de População em Situação de Rua, após o ataque contra moradores que dormiam no centro da cidade de São Paulo. Inicialmente suas demandas foram consideradas pelo Governo Federal, mas a partir das normas legais promulgadas no país passaram a ser atendidas de forma descentralizada e articulada entre a União, Estados e Municípios que a elas se engajarem por meio de instrumento próprio.

Em Salvador, o Movimento contabiliza como uma das suas conquistas a atuação da rede socioassistencial composta pelo Governo do Estado, Prefeitura e entidades da sociedade civil com o objetivo, teoricamente, de garantir os direitos sociais desse segmento populacional.

No município, os serviços foram ampliados com a inauguração de dois equipamentos sociais. O Governo do Estado em parceria com entidades filantrópicas lançou um programa específico para o atendimento desse público-alvo. Contudo, o que verificamos nos serviços de atendimento é que essas instituições estão voltadas basicamente para a sobrevivência, deixando em plano secundário medidas voltadas para a sua reinserção social.

O modelo de atendimento centrado no albergamento tornou-se padrão e as instituições são acanhadas para receber o número de pessoas que estão em situação de rua em Salvador. No decorrer da pesquisa toda a rede

socioassistencial foi visitada, além de quatro entidades religiosas. Verificamos que o atendimento é realizado por dez instituições, sendo que cinco serviços de acolhimento são mantidos pelo município e cinco administrados pelo governo do estado por meio de convênio com entidades filantrópicas. Os equipamentos sociais limitam-se a atender de forma precária às necessidades básicas desse público, como pernoite, alimentação e local para higiene pessoal, prevalecendo a dependência, em detrimento da emancipação desse grupo populacional e o estigma da incapacidade de superação dessa posição precária e marginal que ocupam, como salienta em sua obra José de Souza Martins (2007).

Evidenciamos, também, na pesquisa, as condições de trabalho dos profissionais das instituições de atendimento, formada quase que exclusivamente por trabalhadores terceirizados, infringindo o determinado na NOB/RH-SUAS (BRASIL, 2013) que estabelece que os profissionais se insiram no SUAS, por meio de concurso público, visando acabar com a precarização dos vínculos trabalhistas e garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados. Esse princípio, no entanto, está longe de se concretizar, visto que a Prefeitura de Salvador nunca realizou seleção pública para provimento do quadro de recursos humanos da SEMPS.

O panorama apresentado revela uma rede socioassistencial incipiente, como também é recente a atuação do Movimento de População de Rua em Salvador, sendo necessários novos estudos visando acompanhar até que ponto as ações governamentais efetivarão os direitos sociais tão almejados nas falas dos participantes desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cleonice Correa. A pobreza no contexto da política de assistência social. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 89-110.

BAHIA. Decreto n.º 13.795, de 21 de março de 2012a. Institui o Programa Bahia Acolhe. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Bahia, 21 mar. 2012. p. 3. Disponível em: <<http://dovirtual.ba.gov.br/eqba/reader2/>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Edital de Seleção de Projetos nº. 06/2012b, de 03 de ago. de 2012. Disponível em: <[www.sedes.ba.gov.br/media/arquivos/edital-bahia-acolhe.pdf](http://www.sedes.ba.gov.br/media/arquivos/edital-bahia-acolhe.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BAHIA. Secretaria da Educação: Programa Todos pela Alfabetização – TOPA. Disponível em: <<http://www.sec.ba.gov.br/topa/topa.html>>. Acesso em: 21 maio 2014.

BAHIA. Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais. **Diagnóstico sobre a População de Rua na Cidade do Salvador**. Salvador, 2002. 52 p. Pesquisa realizada em conjunto com a Secretaria de Trabalho e Ação Social e a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social.

BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes. Estado e políticas públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **SUAS: sistema único de assistência social em debate**. São Paulo: Veras; Curitiba: CIPEC, 2007. P. 19-58

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, C. Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 17-63.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e histórias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann et al. Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. **SMAD. Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, SP, v. 6, p. 536-555, nov. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/smad/article/view/38731>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BRASIL. CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. – Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar; pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; 2009a. 240 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2008>>. Acesso em: 25 set. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento socioassistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, reimp. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº. 145, de 15 de out. de 2004. Brasília, reimp. 2010

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução n.º 109, de 11 de nov. de 2009c. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p 1-2, nov. 2009. Disponível em: <[www.mds.gov.br/cnas](http://www.mds.gov.br/cnas)>. Acesso em 26 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009b. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n. 8.748, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 101, de 2001. Estabelecer Regulamento Técnico disciplinando as exigências mínimas para o funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas. Brasília, DF, maio. 2001. Disponível em: < [http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/res\\_0101.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/res_0101.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2014.

BULLA, Leonia Capaverde et al. Desvendando a situação de rua. In: \_\_\_\_\_; MENDES, Jussara M. Rosa; PRATES, Jane Cruz (Org.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 109-134.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

BRITO, Gisele. Movimento denuncia “extermínio de moradores de rua”. *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/9943>>. Acesso em: 17 maio 2013.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação: o apartheid social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CANZONIERI, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil**. EURE (Santiago. Impresa), Santiago de Chile, v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

A CHAVE dos sonhos. *Jornal Aurora da Rua*, Salvador, ano 5, n. 35, dez. 2012/jan. 2013. p. 6.

COLIN, Denise Arruda; SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Serviços socioassistenciais: referencia preliminares na implantação do Suas. In: BATTINI, Odária (Org.). **SUAS: sistema único de assistência social em debate**. São Paulo: Veras; Curitiba: CIPEC, 2007. p. 153-181.

1º Congresso do Movimento da População de Rua. Salvador, *Jornal Aurora da Rua*, Salvador, ano 5, n. 31, abr/maio. 2012. p. 10.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DORNELLES, Aline E. et al. O retrato censitário da população adulta em situação de rua em Porto Alegre. In: \_\_\_\_\_.; OBST, Júlia; SILVA, Marta B (Org.). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 1. ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 43-57.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política social de primeira dama. In: SILVA, Maria Ozanira Silva (Coord.). **O comunidade solidária: o não enfretamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 43-69.

DIEESE. **Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: Bursz, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 139-171.

\_\_\_\_\_. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Revista Lua Nova**: São Paulo, n. 24, set. 1991.

Esculturas urbanas. Disponível em: <[http://www.esculturasurbanas.blogspot.com.br/2010/06/homenagem-aico\\_18.html](http://www.esculturasurbanas.blogspot.com.br/2010/06/homenagem-aico_18.html)>. Acesso em: 21 maio 2014.

FARIA, Vilmar. Política social brasileira: diretrizes e prioridades. In: SILVA, Luiz A. Palma; STANISCI, Silvia Andrade (Org.); SPOSATI, Aldaíza... [et al.]. **Assistência social: parâmetros e problemas**. Brasília: MPAS/SEAS; São Paulo: FUNDAP, 1999. p. 53-62.

FLEXOR, Maria H. Ochi. Igrejas e conventos da Bahia. Brasília, DF: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2014.

FRAGA, Walter. **Mendigos, moleques e vadios: na Bahia do século XIX**. São Paulo: ed. Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, W. Martin, GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 244-270.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social**. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Poder e contra poder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris**. São Paulo: FAPESP: EDUC, 2007.

GOIÂNIA tem 30 assassinatos de moradores de rua na escuridão da madrugada. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/globo-repórter/noticia/2013/5/Goiânia>>. Acesso em: 19 maio 2013.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Cidades, história, Salvador. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 21 maio 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IVO, Anete B. Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008.

JACCOUD, Luciana, (Org.); SILVA, F. Barbosa et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo horizonte: Editora UFMG, 1999. p.186-187.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, E. D. A. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2011. p. 99.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: Bursz, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 56-87.

\_\_\_\_\_. A exclusão social no Brasil; algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas. In: **Cadernos do CEAS**, n. 152, Salvador, 1994. p. 57-66.

NASSER, Ana Cristina Arantes. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MINAYO, Maria C. de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Ednilza Ramos. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MUÑHOZ, Jorge Vicente. **População adulta de rua**: uma proposta de metodologia socioeducativa. Rio de Janeiro: Nova, 1997.

MOLJO, B. Carina; DURIGUETTO, L. Maria (Org.). **Sistema único de assistência social, organizações da sociedade civil e serviço social**: uma análise da realidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAGOT, Angela Maria. **O louco, a rua, a comunidade**: as relações da cidade com a loucura em situação de rua. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

PAIXÃO, Marcelo. Nas encruzilhadas da democracia: um olhar sobre as desigualdades sociais no Brasil. In: GONÇALVES, Eliane. **Desigualdades de gênero no Brasil**: reflexões e experiências. Goiânia: Grupo Transas do Corpo, 2004. p. 45-104.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, 2012. p. 729-753.

\_\_\_\_\_. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Maira Meira. **Sou capaz**: uma experiência de auto-organização de moradores de rua. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

PIZZATO, Rejane M. S. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELLES, A; OBST, J; SILVA, M. (Org.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1. ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 69-86.

POCHMANN, Marcio. **Outra cidade é possível**: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.

POUSA JUNIOR, Efren Fernandez. Moradores em situação de rua. Novas pesquisas censitárias e considerações. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3017, 05 out. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20145>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Maria; BEZERRA, Eneida (Org). **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994

\_\_\_\_\_. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec: Rede Rua, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Relatório da pesquisa sobre a população de rua no município de Salvador - BA**/Prefeitura Municipal de Salvador. 1 ed. - Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2009.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação: Programa Salvador Cidade das Letras. Disponível em: <<http://www.educação.salvador.ba.gov.br/site/projetos-cidade-letras.php>>. Acesso em: 21 maio 2014.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A; OBST, J; SILVA, M. (Org.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. 1. ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012. p. 11-25.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza e SUAS diferentes expressões: questões teóricas conceituais e empíricas. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 23-68.

SILVEIRA, Sandra da Silva. **O morador de rua: o uno! E o múltiplo?** A construção social da homogeneidade. Canoas: ULBRA, 2006.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo de rua. Petrópolis: Vozes, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. Os mais excluídos entre os excluídos. In: A população de rua: seminário sobre políticas públicas, 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, 1998. p. 129-149.

\_\_\_\_\_. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1987.

TEIXEIRA, Solange Maria. A centralidade da família nas políticas sociais e o trabalho social com famílias. In: LIMA, Antônia Jesuíta; FERREIRA, Maria D’Alva Macedo; VIANA, Masilene Rocha. **Políticas públicas e cidadania**: temas em debate. Teresina: EDUFPI, 2012. p. 101-118.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

TRINDADE, Luiz Carlos de. **O Analfa-Poeta**. Juiz de fora: Mosteiro da Santa Cruz, 2003.

URIARTE, Urpi Montoya. Intervenções recentes em centros históricos: as políticas de “recuperação” dos centros históricos de Salvador, Lima e Quito. In: **Cadernos do CEAS**, n. 208, Salvador, 2003. p. 73-92.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, n.1, p. 67, jan.-abr. 2004.

YAZBEK, M. Carmelita. Assistência Social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. **Cadernos Abong**, n. 30. São Paulo, Abong, 2001. p. 39-54.

\_\_\_\_\_.MARTINELLI, M. Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 95, 2008. p. 5-32.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
(TCLE)

(Conf. Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)

(Em duas vias, sendo uma para o sujeito da pesquisa)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa cujo tema é: ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR.

Essa pesquisa tem como objetivo geral examinar como os serviços de assistência social prestada atendem as pessoas adulta em situação de rua em Salvador. Como objetivos específicos: Analisar a Política de Assistência Social e relacionar com a legislação específica para as pessoas em situação de rua e sua efetivação; Levantar e conhecer a rede de serviços e equipamentos sociais mantidos pelo poder público e organizações não governamentais para atendimento da população em situação de rua em Salvador; Conhecer as instituições assistenciais, filantrópicas, grupos autônomos e estabelecimentos comerciais que atendem as necessidades básicas dos indivíduos em situação de rua.

Sua participação no estudo será:

Entrevista identificando: sua história de vida; suas estratégias de sobrevivência nas ruas; conhecimento e utilização dos serviços oferecidos pelos órgãos governamentais; sua opinião sobre o atendimento que lhe é prestado nas Unidades públicas e instituições assistenciais; conhecimento dos direitos; sua visão sobre o MNPR; seu conhecimento sobre a Política Assistência Social;

As entrevistas serão (se possível) gravadas para posterior transcrição dos dados e análise.

Em função da natureza do estudo os riscos se restringem ao manuseio das informações concedidas, ou seja, quebra de sigilo e privacidade, utilização de informações para fins outros que não a pesquisa. Mas consciente destes riscos, como pesquisadora irei tomar todas as medidas necessárias para que somente eu, e a professora orientadora da pesquisa, tenhamos acesso aos dados brutos do estudo (documento e conteúdos integrais das entrevistas) e me comprometo a não fazer uso deste material para outro fim que não a pesquisa em questão. Você é livre para recusar responder ou fornecer qualquer informação que julgue confidencial.



Sua participação é voluntária e não lhe acarretará nenhum ônus financeiro, você poderá solicitar outros esclarecimentos a respeito da pesquisa a qualquer tempo, podendo desistir em qualquer fase da pesquisa se assim considerar necessário.

Coloco-me a disposição para qualquer informação adicional, você poderá se comunicar comigo através do telefone (XX) XXXX-XXXX

.....

Pesquisadora Responsável (nome e número do conselho de classe)

Consentimento pós-informação

Eu, \_\_\_\_\_  
do sexo \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ anos de  
idade.

Declaro ter sido informado e estar devidamente esclarecido sobre os objetivos e intenções deste estudo, sobre as técnicas (entrevista) que estarei participando. Recebi garantias de total sigilo e de obter esclarecimentos sempre que o desejar. Sei que minha participação está isenta de despesas. Concordo em participar voluntariamente desta pesquisa e sei que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

\_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito de pesquisa/Impressão digital

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL QUE ATUAM NA REDE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO RUA**

LOCAL.....

DATA.....

NOME.....

SEXO.....

IDADE.....

COR/RAÇA.....

NATURALDE.....

UNIVERSIDADE EM QUE SE FORMOU.....

HÁ QUANTOS ANOS TRABALHA NA INSTITUIÇÃO.....

VÍNCULO EMPREGATÍCIO.....

CARGA HORÁRIA.....

TEM OUTRO EMPREGO ?.....

TEM PÓS-GRADUAÇÃO..?.....

**APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA PROFISSIONAIS/VOLUNTÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS**

Nome da instituição.....

Localização.....

Data.....

1-Nome do informante

2-Sexo

3-Idade

4-Formação

5-Cargo

6-Quanto tempo trabalha na Instituição?

7-Qual o vínculo com a instituição?

8-Quantos anos têm a instituição?

9-Qual o objetivo da instituição?

10-Como a instituição se mantém?

11-Há quanto tempo à instituição presta serviço para essa população?

12-Por que a instituição despertou para o problema das pessoas em situação de rua?

13-Qual o atendimento prestado a esse público?

14-Como se dá o atendimento?

15-Você acha que o atendimento vem sendo realmente efetivo? Por quê?

16-Quantas pessoas em situação de rua são atendidas mensalmente pela instituição?

17-Como estas pessoas chegam até a instituição?

18-Quais os critérios para atendimento dessa população?

19-Qual a importância do atendimento prestado pela instituição para as pessoas em situação de rua?

20-Perfil da população em situação de rua atendida pela instituição:

Idade

Sexo

Cor

Naturalidade

Ocupação

21-Principais demandas apresentadas por essa população?

22-Existem dificuldades para atender essa população? (Caso positivo)

Quais?

23-A instituição mantém parceria com órgãos públicos, projetos ou outras instituições para manutenção do atendimento a esse segmento social? (Caso positivo) Com quais?

24-Qual a participação do órgão público, projeto ou instituição na parceria?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Local da entrevista .....

Data.....

1-Nome

2-Sexo

3-Idade

4-Cor

5-Estado civil

6-Naturalidade?

7-(De outra Cidade/Estado) Por que veio para Salvador?

8-Escolaridade

9-Tem profissão? (Caso positivo). Qual?

10-Qual sua ocupação? (O que faz para ganhar dinheiro?)

11-Possui família?

12-Tem contato com familiares? (Caso positivo). Recebe algum auxílio?)

13-Há quanto tempo está nas ruas?

14-Motivo de estar nas ruas?

15-Possui documentos? (Caso positivo, quais?) (Caso negativo) Já recorreu a alguma instituição para regularizar sua documentação? (Caso positivo) Qual instituição? E porque não regularizou a documentação?

16-Onde você dorme?

17-Como você consegue suas refeições?

18-Como você consegue roupas?

19-Onde você toma banho, escova dentes, lava roupa?

20-Quando precisa de assistência médica ou odontológica onde você é atendido?

21-Você conhece algum serviço/equipamento da Prefeitura ou Governo do Estado para Pessoas em Situação de Rua? (Caso positivo) Qual?

22-Você já foi atendido nesse serviço/equipamento? (Caso positivo) Como foi o atendimento?

23-Você ficou satisfeito com ele? (Caso positivo) Por quê?

24-Você frequenta alguma instituição ou projeto? (Caso positivo). Qual?

25- Por que você frequenta essa instituição?

26-Você conhece o Movimento Nacional de População em Situação de Rua? (Caso positivo) Você participa? (Caso positivo) Qual a sua participação?

27-Para você, o que o governo (Prefeitura ou Estado) deveria fazer para atender as pessoas que estão nas ruas?

**ANEXO A**

Logomarca do Movimento Nacional de População em Situação de Rua e do  
Movimento de População em Situação de Rua Salvador

